

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Área de concentração: História Social
Linha de pesquisa: Cultura política e Identidades

O jornal *Movimento*: a experiência na luta democrática

Inara Bezerra Ferreira Sousa

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Menezes Klemi

Brasília
Abril/2014

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Área de concentração: História Social
Linha de pesquisa: Cultura política e Identidades

O jornal *Movimento*: a experiência na luta democrática

Inara Bezerra Ferreira Sousa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História – Área de Concentração: História Social, Linha de Pesquisa: Cultura Política e Identidades – da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Menezes Klemi

Brasília
2014

INARA BEZERRA FERREIRA SOUSA

O jornal *Movimento*: a experiência na luta democrática

Professora Doutora Albene Miriam Menezes Klemi – PPGHIS/UnB
Orientadora

Professora Doutora Mercedes Gassen Köthe - UPIS
Examinadora

Professora Doutora Lucília de Almeida Neves Delgado - PPGHIS/UnB
Examinadora

Professora Doutora Ione de Fátima Oliveira – PPGHIS/UnB
Examinadora Suplente

Aos meus pais,
César e Fátima

Os historiadores explicam o passado em resposta às preocupações e perguntas atuais”.

John Tosh

Agradecimentos

Os dois anos de pesquisa e escrita desta dissertação de mestrado foram engrandecedores, mas, ao mesmo tempo, foi uma caminhada árdua que se tornou possível com a ajuda de algumas pessoas. Seus conselhos, conversas, orientação, paciência, amor, advertências, amizade, permitiram que eu prosperasse nessa jornada.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, em especial aos meus pais, que me ensinaram a sonhar e a lutar por um mundo melhor. Não poderia deixar de agradecer meus irmãos, Ubiratan e Valéria, que sempre estiveram ao meu lado mesmo nas desavenças comuns da infância.

À minha orientadora, professora doutora Albene Miriam Menezes Klemi, que sempre foi muito solícita, ouvindo minhas angústias no decorrer da escrita e orientando com carinho e rigor minha pesquisa sempre alertando para o papel do historiador no fazer histórico e na sociedade em que está inserido.

Aos funcionários da Pós-graduação em História da Universidade de Brasília sempre disponíveis a ajudar. Ao Arquivo Público do Estado de São Paulo e ao Arquivo Nacional que disponibilizaram documentação sobre o jornal *Movimento* que foi fundamental para as reflexões desse trabalho.

Às professoras doutoras Lucília de Almeida Neves Delgado e Ione de Fátima Oliveira que desde a graduação me acompanham e sempre se mostraram disponíveis a ajudar. Suas observações e orientações na banca de análise de projeto foram essenciais para alguns caminhos traçados nessa dissertação.

Às colegas de pós-graduação e de estudo Maura Leal e Ana Carolina Pompeu que muito auxiliaram nas leituras e nas discussões das disciplinas do curso. Um agradecimento especial a amiga Sabrina Steinke, que além de se debruçar nas leituras do meu trabalho, esteve disponível para os choros, as alegrias, as longas conversas no Mendes regadas a gargalhadas e reflexões. Sua amizade foi um lindo presente! À Marina Bezzi pela paciência e cuidado em formatar essa dissertação.

Por fim, agradeço aos amigos de longa data que compreenderam minhas ausências e sempre me acolheram calorosamente Isabela Costa Fernandes, Felipe Pessoa, Isac Pires, Laura Brasil, Juliana Ludovice, Morgana Braga, Luisa Jannuzzi, Maíra Bonafé e Bruna Schettini.

Resumo

Esta dissertação analisa o jornal *Movimento* como um dos vertes da chamada mídia alternativa na luta democrática no Brasil, no período da ditadura civil-militar. Desse modo, a linha de abordagem centra-se na questão relativa à utilização da mídia pela oposição ao governo militar, 1964 a 1985, em especial da imprensa alternativa em prol da luta democrática. A opção pela via democrática apresentou-se como forma de contestação a partir de 1974, quando se pode considerar que as lutas armadas, praticamente, estavam desarticuladas pelo regime. Além disso, outros fatores contribuíram para o aumento do uso dos periódicos como articuladores explícitos dessa luta; ilustrativamente citam-se o restabelecimento dos direitos políticos dos cidadãos cassados pelo regime instaurado via golpe de 1964, o projeto de abertura política do governo Ernesto Geisel (1974-1979), a vitória do partido oposicionista, MDB, nas eleições parlamentares de 1974 e, por fim, a política norte-americana em defesa dos direitos humanos a partir de 1976, com o governo Jimmy Carter. Nesse cenário de “abertura política lenta, gradual e segura”, acrescido da crise econômica que pôs fim ao propalado milagre econômico brasileiro, foi criado, em 1975, o jornal *Movimento*, órgão da imprensa alternativa, fonte e objeto de estudo desta dissertação. Este trabalho parte do pressuposto que o semanário foi uma das opções encontradas pela oposição, principalmente as esquerdas, em defesa do fim da ditadura e do retorno da democracia. O foco de análise deste estudo é a coluna Ensaio Populares, escrita clandestinamente por Duarte Brasil Lago Pacheco, ex-militante da Ação Popular – AP, que ao longo dos anos de 1975 a 1977 praticamente assumiu, de forma não consensual, o papel de editorialista do jornal. Por meio da análise dos temas e assuntos abordados, problematizar o viés propalado por essa coluna em prol da luta democrática e prováveis caminhos apontados para alcançar a (re)democratização do País. A partir desse escopo, tomando como fonte o próprio jornal, a literatura especializada e documentos identificados em arquivos e fontes da Internet e considerando pressupostos teóricos da História do Tempo Presente e da mídia como fonte e objeto de estudo, pretende-se apresentar questões para o debate sobre o lugar da mídia na luta pela democracia no Brasil.

Palavras-chave: jornal *Movimento*, Ensaio Populares, luta democrática, abertura política, imprensa alternativa.

Abstract

This research analyzes the newspaper *Movimento* that composed the called alternative media in the democratic struggle in Brazil during the civil - military dictatorship. Thus, the line of approach focuses on questions regarding the use of the media by the opposition to the military government, 1964-1985, in particular the alternative press for democratic struggle. Opting for the democratic path presented itself as a form of defense since 1974, when it is probable that the armed struggle, practically were disconnected by the government. In addition, other factors contributed to the increased use of newspapers as explicit articulators that fight, illustratively can mention the restoration of political rights of citizens disfranchised by the scheme introduced via coup of 1964, the project of political openness in government Ernesto Geisel (1974 -1979), the victory of the opposition party, MDB, the parliamentary elections of 1974 and, finally, the U.S. policy on human rights from 1976 with government Jimmy Carter. In this scenario, the "political opening measured, gradual and safe", plus the economic crisis , which ended the vaunted Brazilian economic miracle, was created in 1975 , the newspaper *Movimento*, member of the alternative press, source and object of study of this dissertation . This paper assumes that the paper was one of the options found by the opposition, especially the left, in defense of the end of the dictatorship and the return of democracy. The focus of analysis of this study is the *Ensaio Populares* column, written clandestinely by Duarte Pacheco Brasil Lago, former militant of the *Ação Popular* (AP), which over the years 1975 to 1977 practically assumed, not consensus, the role of the columnist newspaper. It is intended, through the analysis of the themes and issues addressed, question the bias heralded by that column for democratic struggle probable paths aimed to achieve (re) democratization of the country. From this scope, using as source the newspaper itself, the literature and identified documents in archives and Internet sources and considering theoretical assumptions of the History of the Present and the media as a source and object of study, we intend to put questions to debate on the place of the media in the struggle for democracy in Brazil.

Keywords: newspaper *Movimento*, *Ensaio Populares*, democratic struggle, political openness, alternative press.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 – Brasil militarizado: embates pela democracia nas páginas da imprensa	19
1.1. Cenário da Ditadura Civil-Militar.....	19
1.2. Uma abertura <i>lenta, gradual e segura</i>	30
1.3. A imprensa no Brasil nos anos 1964 a 1985	35
1.4. De nanicos eles não tinham nada	42
1.5. Pasquim, Opinião e Movimento.....	45
Capítulo 2 – Movimento: um jornal democrático	54
2.1. As tratativas da criação	54
2.2. Número Zero: nasce o jornal Movimento	58
2.3. Nas páginas de Movimento.....	63
2.4. O cotidiano do jornal: diante da censura e das dificuldades financeiras.....	68
2.5. <i>Movimento</i> : imprensa <i>nanica</i> de abrangência nacional	70
Capítulo 3 - Ensaios Populares – polêmica e perfil	72
3.1. Ensaios Populares: coluna ou editorial	72
3.2. Ensaios Populares e o Racha de 1977	76
3.3. Nas linhas de <i>Ensaios Populares</i>	81
3.4. Temas de Ensaios Populares	84
3.3.1. Política Nacional: partidos, democracia e constituinte	86
3.3.2. Economia: soberania nacional, problemas sociais e inflação	91
Considerações finais	95
Fontes e Referências Bibliográficas	98
Anexos	112

Introdução

Esta dissertação trata da atuação do jornal *Movimento* (1975-1981), periódico pertencente à imprensa alternativa no Brasil durante a abertura política iniciada no governo do general Ernesto Beckman Geisel (1974-1979). Este semanário, fonte e objeto desta pesquisa, publicou nos anos de 1975 a 1978, a coluna Ensaios Populares que assumiu, de forma não consensual, a função de editorial do jornal. Além de tratar da trajetória do jornal, este trabalho analisa a coluna, discutindo os temas tratados e seu papel na luta democrática no Brasil, no final da década de 1970.

O uso da imprensa como fonte e objeto de estudo vem se destacando na historiografia brasileira. Sua utilização aumentou na década de 1970, a partir das discussões suscitadas pelos historiadores da Escola dos *Annales* que propunham um alargamento de possíveis objetos da historiografia e aperfeiçoamentos metodológicos, ou seja, “propunham novos problemas, métodos e abordagens à pesquisa histórica”.¹ Esse movimento historiográfico francês questionou a corrente positivista, predominante no século XIX, quanto ao papel do historiador, ao papel da História enquanto ciência e ao uso dos documentos. Atualmente, a imprensa como fonte tem embasado novas pesquisas no campo da História, pois seu estudo pode auxiliar na compreensão de como agia, pensava e articulava uma sociedade em seu tempo.

Com isso, o conceito de documento foi ampliado e suas possibilidades de análise também. Além disso, a retomada por René Remond da história política e a defesa de uma História do Tempo Presente possibilitaram, segundo Tânia de Luca, a ampliação do uso da imprensa como fonte.² Esta que por muitos anos foi questionada por ser uma fonte questionável, subjetiva e parcial, segundo os historiadores do século XIX.

No Brasil, o uso da imprensa como fonte iniciou-se com Gilberto Freyre na década de 1940, através da análise de anúncios de jornais para remontar aspectos da sociedade brasileira do

¹ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*. - 2.ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p.41.

² LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 114 e 115.

século XIX. O trabalho de referência de Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, abordou a história da imprensa brasileira desde seu surgimento, com a vinda da família real em 1808 até meados da década de 1960.

No entanto, foi somente a partir da década de 1970 que a adoção da imprensa como objeto tomou lugar na historiografia brasileira com as dissertações das historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, que foram reunidas no livro *O bravo matutino* (1980). As autoras escolheram o jornal *O Estado de São Paulo* como “fonte única de investigação e análise crítica”.³ Destacando que o impresso ia além de ser um mero veículo de informações, pois entendiam que era um fundamental instrumento de manipulação de interesses e de intervenção da vida social.

Depois das obras das referidas historiadoras, outros trabalhos surgiram com a imprensa como objeto. Entretanto, a maior parte das análises sobre a imprensa alternativa recai no campo do jornalismo. É o caso da obra de Bernardo Kucinski, *Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*, que traça um panorama dos principais jornais alternativos durante o período aludido, destacando a atuação de alguns jornalistas como Henfil e em quatro jornais *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*. O livro obra de Kucinski é uma adaptação de sua tese de doutorado, defendida na Faculdade de Comunicação da Universidade de São Paulo (USP) e se tornou referência sobre a trajetória do jornal *Movimento*.

Assinala-se que a expressão “imprensa alternativa” se reporta a veículos impressos de abordagem distinta e formato diferenciado dos jornais “convencionais”; a maioria tinha formato tabloide e, sobretudo, de posicionamento crítico e de oposição ao regime da ditadura civil-militar. Essa imprensa era, também, chamada de “imprensa nanica”, devido, dentre outros fatores, ao seu porte econômico. Afinal, poucos jornais alternativos obtiam lucros.

Especificamente sobre o jornal *Movimento* na historiografia se destacam quatro trabalhos: o da historiadora Maria Aparecida de Aquino, da década de 1990, intitulado *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*, que comparou a grande imprensa com a imprensa alternativa por meio da análise dos jornais *Movimento* e *O Estado de São Paulo* (OESP). Ainda na década de 1990, duas teses de doutoramento abordaram *Movimento* como objeto de estudo, nominalmente: *Movimento: um jornal alternativo*, de Célia Costa Cardoso, defendida em 1995

³ CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p.XIX.

na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e *Movimento: a janela de uma geração – a organização do fundo de arquivo “Jornal Movimento”*, de Rosane Montiel defendida em 1996 na USP.

Célia Costa Cardoso analisou as 334 edições do jornal, identificou e separou os principais temas veiculados pelo semanário, como o movimento contra a carestia, os movimentos sindicais, o papel da mulher na vida social e política, o estado de direito e a democracia, a reivindicação de uma assembleia nacional constituinte, a luta pela anistia e pelos direitos humanos e a sucessão do governo de Ernesto Geisel para João Figueiredo em 1979. A dissertação traz um anexo de quase trezentas páginas com a citação de todas as fontes trabalhadas.

A tese de Rosane Montiel foi resultado da meticulosa organização do acervo do jornal *Movimento* doado ao Arquivo Público do Estado de São Paulo pelo editor-chefe do periódico, Raimundo Pereira. A organização do acervo do periódico foi feita por Montiel e a colaboração dos funcionários do arquivo foi fundamental para a execução desta dissertação; afinal, consultei as doze caixas organizadas por sua equipe, e os documentos encontrados foram essenciais para a construção deste trabalho.

Em 2007, Juliana Sartori defendeu sua dissertação de mestrado *Movimento, um jornal “partido”: trajetórias e conflitos em torno de um semanário*. Em sua análise, a autora concluiu que esse periódico, além de ser um jornal para os seus participantes, seus idealizadores e executores, também pode ser compreendido como a organização de um partido político. Contudo, ele foi essencialmente um espaço de atuação da oposição ao governo.

No ano de 2011, Carlos Azevedo lançou *Jornal Movimento: uma reportagem* que pode ser classificado como um livro de memórias da história do periódico. Seus capítulos contemplam os principais episódios do jornal, trazendo trechos de entrevistas de membros e colaboradores do semanário. Anexado ao livro, vem um *CD-ROM* com a digitalização dos 334 números de *Movimento* e quatro entrevistas com os jornalistas Luiz Bernardes, Raimundo Pereira, Marcos Gomes e Carlos Ferreira, conhecido como Tônico.

O presente trabalho se diferencia dos demais ao trazer o debate instigado na coluna *Ensaios Populares*, como esta via a luta democrática e como essa luta deveria ser travada. Dessa forma, acredita-se que a coluna colaborou para a formação da opinião pública em defesa da democracia a ser reestabelecida no Brasil.

Desse modo, trabalhos de análise da imprensa como o presente podem colaborar para a reflexão metodológica do uso da imprensa, ao mostrar quais caminhos foram percorridos pelo pesquisador para chegar às suas conclusões.

Após as considerações apresentadas, destaca-se a escolha do meu objeto e fonte de estudo. O jornal *Movimento* (1975-1981) foi um periódico que nasceu no conturbado período de distensão política no Brasil durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). A escolha do jornal como objeto da pesquisa deu-se após a leitura da referida obra de Bernardo Kucinski. O interesse pelo tema veio ao perceber o árduo trabalho desses jornalistas em construir jornais que eram destroçados pela censura e que essa era uma das possibilidades não clandestinas de ação da oposição contra o regime militar.

Acredita-se que a análise do jornal *Movimento* insere-se nas contribuições que levam a uma melhor compreensão da conjugação de forças democráticas que se formou no Brasil durante a distensão política no período de 1974 a 1978. Afinal, a lenta retirada da censura nos jornais durante a década de 1970, fez com que esse espaço se tornasse um local de discussão e debate contra a ditadura. Sendo assim, um dos meios possíveis para o estudo da luta democrática no Brasil é a análise de jornais do período. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, os jornais são um dos mais importantes registros da memória política do país.⁴

Apesar de a partir do século XX os jornais terem assumido um papel mais informativo, pois, além de se limitarem a descrever os fatos ocorridos, selecionavam criteriosamente as informações que deveriam chegar ao leitor e como deveriam chegar, alicerçando essas escolhas em um discurso de imprensa pretensamente imparcial. Essa fala imparcial é ardilosa, pois desqualifica as matérias opinativas e imbui na sociedade que o bom jornalismo deve ser distanciado de correntes políticas e ideológicas.

É evidente que a imprensa seleciona e elege o que acha digno de chegar até o público. No caso da grande imprensa, esses interesses são permeados nas matérias e direcionados de acordo com os proprietários e, principalmente, com os anunciantes no jornal. Quanto ao semanário *Movimento*, havia publicidade em suas páginas, quase que se restringindo a anunciantes de

⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (orgs.). *A Imprensa Confiscada pelo DEOPS 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003, p.20. – (Série Labirintos da Memória).

pequenos negócios como livrarias, manifestações culturais como peças, *shows*, lançamentos de discos, ou seja, não havia a presença do grande capital ou do capital estatal.

Entretanto, independente de quais interesses a imprensa atenda, é uma falácia a imparcialidade no fazer jornalismo. Todos os impressos defendem uma opinião, mesmo que esta só esteja explícita nos editoriais. Quando se vive em uma ditadura, o risco de acreditar em uma mídia “oficialista” é de o leitor vir a ser imbuído de conceitos, normalmente da classe dominante, pois ela tem maior poder de propagação de seus ideais, e, por consequência, o público os absorve e os difunde como seus, assim, formando-se o chamado bom senso social.

No período do governo civil-militar, 1964-85, cerne deste trabalho, a imprensa, em geral, sofreu com a censura, mas a grande imprensa teve menos problemas. Desta forma, à luz das novas publicações, afirma-se que houve uma censura consentida nos grandes meios de comunicação. Seria um impropósito dizer que não houve censura nos grandes jornais, além do mais, ela era muito combatida pelos veículos de comunicação; porém, a forma como o regime atuou em relação à grande imprensa foi mais branda. Também afirmar que os jornais censurados, eram totalmente contra os preceitos do regime em si é um erro. Alguns argumentos corroboram para isso. Primeiro, concomitante à censura que exercia, o governo afagava as grandes empresas jornalísticas com incentivos estatais, como importações de novas tecnologias para as redações, que foram facilitadas e financiadas, contratos de anúncios governamentais nas páginas desses, isenções fiscais concedidas, além de troca de favores. Outro fator que comprova essa convivência entre regime e imprensa “pode ser atestado no fato de o governo não haver criado seus próprios veículos de comunicação”,⁵ o que é muito comum em regimes ditatoriais, como chama atenção Martins e Luca. Todavia, apesar de a mídia reverberar positivamente o regime, quem construiu a imagem positiva do governo com maestria foi a televisão, em especial a Rede Globo.

Aventa-se que cenários ditatoriais, como esse apresentado, colaboraram para o surgimento de uma contracultura ou uma cultura contra-hegemônica. O termo contracultura é datado nos anos 1950-60, criado pela imprensa norte-americana, para designar as manifestações culturais que surgiram pelo mundo naqueles anos. Segundo Luís Carlos Maciel, “contracultura é a cultura

⁵ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p.110.

marginal, independente do reconhecimento oficial”.⁶ Essa terminologia pode ser utilizada a qualquer forma de manifestação alternativa à cultura vigente ou ao Estado, a partir do final dos anos 1950 e início de 1960. Sendo assim, a imprensa alternativa no Brasil, pós-1964, em uma abrangência macro, pode ser classificada dessa forma.

A mídia assume, assim, mais um espaço de dominação da sociedade civil, por isso, será tanto utilizada pelo Estado, quanto por seus opositores. Cabe ressaltar que a dominação não é feita exclusivamente por métodos coercitivos, e muitas vezes busca-se o consenso do dominado. Para Gramsci, é o ponto de contato entre o consenso do dominado e a coerção do dominador que forma a opinião pública e que seria o consenso da maioria. Nesse momento em que a opinião pública está formada, é que a ação coercitiva do Estado será justificada, legalizada. Ele acrescenta: “quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil”.⁷ Nesse sentido, tanto antes quanto após o golpe civil-militar no Brasil (1964-85), a atuação da imprensa foi imprescindível na construção e preparação da opinião pública para apoiar o golpe, segundo Juremir Machado da Silva em *1964, golpe midiático-civil-militar*. Anos depois, num movimento contrário, a oposição ao regime ocupou a imprensa alternativa e a utilizou como instrumento de luta contra a ditadura.

Para a abordagem do tema, a pesquisa utilizou o *CD-ROM*, anexado ao já referido livro *Jornal Movimento: uma reportagem*, que contém todas as edições digitalizadas do periódico. Ainda no *CD-ROM* contém quatro reportagens feitas aos jornalistas Luiz Bernardes, Raimundo Pereira, Tônico Ferreira e Marcos Gomes que também foram úteis a esta pesquisa.

Além da obra acima citada, foi publicada uma coleção de relatos de pessoas que participaram de jornais alternativos pós-1964 no Brasil, patrocinada pela Petrobrás e lançada em 2012. Essa obra faz parte do projeto “Resistir é preciso...”, que trouxe à luz, no mesmo ano, um livro com as capas dos principais jornais alternativos do regime militar. A coleção conta com

⁶ MACIEL Apud PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Nova Cultural Brasileira, 1986, p. 13.

⁷ COUTINHO, Eduardo Granja. A comunicação como política. In: COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE, João, PAIVA, Raquel (Orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 50.

depoimentos de Ziraldo, Raimundo Pereira, Tonico Ferreira, Elifas Andreato, Aguinaldo Silva, Bernardo Kucinski, Maria Rita Kehl, Audálio Dantas, Carlos Azevedo, entre outros.

Ademais o levantamento bibliográfico de singular importância para a coleta de dados e informações, fez-se necessário a visita ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde se localiza o acervo do jornal *Movimento* doado por Raimundo Pereira, e ao Arquivo Nacional com sede no Distrito Federal, no qual se encontram disponíveis documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). O cotejamento dessas documentações com a bibliográfica pré-existente e as edições do jornal possibilitaram as análises contidas nesta dissertação.

Quanto à estrutura da abordagem do tema, dividiu-se a dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se um panorama da conjuntura política e econômica do país durante a ditadura civil-militar, 1964-1985, com ênfase nos anos do governo Ernesto Geisel (1974-1979). Neste capítulo, aborda-se, também, a imprensa alternativa pós-golpe 1964 e seus conceitos. Além disso, apresenta-se uma sucinta trajetória dos semanários *Pasquim* e *Opinião*. No segundo capítulo, prioriza-se os percursos do jornal *Movimento*, apresentando suas origens, seus principais colaboradores, o funcionamento interno, as principais colunas, a censura em suas páginas e as ameaças que sofria. Por último, no terceiro capítulo, analisa-se a coluna Ensaio Populares, as divergências suscitadas em torno dela, a cisão de 1977, denominada a época de “racha de 1977”, os principais temas trabalhados por ela, seu papel no jornal e sua influência na luta democrática.

Além de outros fatores que serão tratados ao longo desta dissertação, durante a pesquisa percebeu-se que analisar essa coluna era de alguma forma compreender como pensava uma parcela das esquerdas no Brasil a partir de meados de 1974. Essas frações das esquerdas que buscavam novos discursos, novas vias de atuação e, aos poucos, abandonavam a alternativa da revolução e agarravam-se cada vez mais ao embate da luta democrática. Mas, afinal, que luta democrática era essa? Quais eram os rumos que Ensaio Populares queriam para o Brasil pós-abertura? A coluna teria sido o editorial de *Movimento*, ou seja, representava aquelas pessoas em torno desse projeto? Ou foi a voz de seu escritor, Duarte Pereira? Representava de fato um ensaio consoante com as vozes populares? Ou apenas mais um projeto político destacado da vontade do povo? A partir da análise do conjunto de artigos dessa coluna, da história do jornal e

da conjuntura política do país, essa dissertação pretende colaborar para o esclarecimento dessas questões.

Capítulo 1 – Brasil militarizado: embates pela democracia nas páginas da imprensa

1.1- Cenário da Ditadura Civil-Militar

“Comunico ao Congresso Nacional que o Sr. João Goulart deixou, por força dos notórios acontecimentos de que a Nação é conhecedora, o governo da República. O Sr. Presidente da República deixou a sede do governo. Deixou a Nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o Chefe de Estado permaneça à frente do seu governo. O Sr. Presidente da República abandonou o governo”.⁸

Auro Moura Andrade

“A Nação está acéfala”, e a presidência da República está vaga, declarou o presidente do Senado Federal, Auro Moura Andrade, às 2 horas e 40 minutos da madrugada do dia 2 de abril de 1964. Em seguida, deu posse ao presidente da Câmara dos Deputados, sr. Ranieri Mazzilli. Em realidade, o presidente João Goulart, Jango,⁹ não havia deixado vago seu cargo, e encontrava-se no Rio Grande do Sul, em território nacional. Naquele momento, acontecia um golpe civil-militar no Brasil.¹⁰ Os militares tomaram o poder, tendo apoio de parte da sociedade civil, com a retórica de salvar a Nação da ameaça comunista. Esse apoio ao golpe foi estampado

⁸ A sessão do Congresso Nacional e a fala do Presidente do Congresso Nacional, senador Auro Moura Andrade, em sessão do dia 02/04/1964, às 2h 40min, estão disponíveis em <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/49.pdf>, acessado em 24/01/2014. No dia 21 de novembro de 2013, o Congresso Nacional, por meio do Projeto de Resolução 4/2013, anulou essa sessão que declarou vago o cargo da presidência da República e permitiu o golpe.

⁹ Para saber mais sobre João Goulart e sua trajetória, ver FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁰ Sobre o golpe militar no Brasil em 1964 ver dentre outros FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História do Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 343-404. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. BAURU: EDUSC, 2004, pp. 15-28.

nas primeiras páginas dos principais jornais do país na manhã de 2 de abril, ilustrativamente cita-se *O Estado de São Paulo* que publicou: “vitorioso movimento democrático”.¹¹

O apoio não veio apenas da imprensa nacional: em menos de 48 horas, o governo americano de Lyndon Johnson reconheceu o “novo presidente”, dando, assim, continuidade à política de boa vizinhança entre Brasil e Estados Unidos, que se estreitou durante o governo militar (1964-1985).¹²

Embora o deputado Mazzilli fora empossado no lugar de Jango, sua posse representava mera formalidade, pois quem assumiu o poder central de fato foi uma junta militar, denominada Alto Comando Supremo da Revolução, composta por representantes das três armas, pelo General Arthur da Costa e Silva, pelo Almirante Augusto Rademaker e pelo Brigadeiro Correia de Mello. Contraditoriamente, a ditadura instalava-se proclamando a defesa da liberdade e das instituições democráticas, pois o referido Alto Comando, ancorado na Doutrina de Segurança Nacional, pretendia:

“restaurar a liberdade, reforçar as instituições democráticas ameaçadas e restabelecer a composição federativa da nação, rompendo o poder excessivamente centralizado do governo federal e devolvendo poderes aos Estados. Prometiam, sobretudo, eliminar o perigo da subversão e do comunismo, e punir os que, no governo, haviam enriquecido pela corrupção”.¹³

Cinco dias após o golpe, Francisco Campos, o mesmo personagem que elaborou a Constituição da ditadura do Estado Novo de 1937, redigiu o Ato Institucional n.º 1 (AI-1)¹⁴, que seria o primeiro dos dezessete atos editados durante os 21 anos de ditadura civil-militar.¹⁵ Os atos institucionais tinham o poder de decreto-lei e sobrepunham-se à Constituição Federal.

¹¹ Ver Martins, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p.100.

¹² Uma versão com ampla discussão do tema pode ser encontrado em FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.52.

¹⁴ O Ato Institucional n.º 1 só recebeu este nome após a edição do Ato Institucional n.º 2.

¹⁵ Esses dezessete atos promulgados, foram regulamentados por 104 atos complementares, e garantiam o alto grau de centralização de poder nas mãos dos militares, que ocupavam a presidência da República.

Serviam para legitimar e legalizar as ações políticas dos militares, pois, com a vigência da Constituição de 1946, eram inexecutáveis os atos do governo militar. O AI-1 foi assinado pelo Alto Comando da Revolução na tarde de 9 de abril de 1964 e, entre suas principais medidas, estavam a limitação dos poderes do Congresso Nacional, a suspensão das garantias de imunidade parlamentar e, sobretudo, o poder de supressão dos direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro por dez anos.

O AI-1 permitiu uma verdadeira “operação limpeza”,¹⁶ segundo Maria Helena Moreira Alves, pois foram expurgados de órgãos públicos, entre 1964 e 1967, 1.530 pessoas, e 1.228 dos órgãos militares. No referido período, além do ex-presidente João Goulart, 40 membros do Congresso Nacional foram destituídos de seus mandatos eleitorais, e 100 pessoas perderam seus direitos políticos¹⁷. No âmbito da imprensa, publicações identificadas com reivindicações populares ou de esquerda sentiram o peso do regime, a exemplo do periódico *Última Hora*, apoiador de Jango, que teve sua sede invadida, e seu dono, Samuel Wainer, seus direitos políticos cassados. Ainda sob a tutela do AI-1, o Congresso Nacional confirmou a indicação da junta militar para o General Humberto Alencar Castelo Branco, em 11 de abril de 1964, terminar o mandato de Jango, que regimentalmente terminaria em 31 de janeiro de 1966. No entanto, contrariando o prometido, seu governo foi prorrogado até o dia 15 de março de 1967, por conseguinte, não se efetivando o calendário eleitoral, uma vez que foram suspensas as eleições para presidente e vice-presidente da República, previstas para 1965.

A posse forçada de Castelo Branco foi, entre outros motivos, para cumprir as promessas do Alto Comando de acabar com a ameaça comunista, com a corrupção no Brasil e melhorar a economia do país. Quanto à suposta ameaça comunista, a imprensa brasileira foi essencial na construção da opinião pública a favor de uma intervenção militar, afinal, a parcela considerável da população acreditava de fato que o governo João Goulart, com suas propostas de reformas de base, por exemplo, estava mancomunado com as esquerdas e que havia uma real ameaça de revolução e implantação do comunismo no Brasil. Segundo René Dreifuss, a oposição a Jango

¹⁶ Vale ressaltar que as primeiras cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos e transferências de militares para a reserva aconteceram antes da posse de Castelo Branco por decisão do Alto Comando Supremo da Revolução. Ver FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.72).

¹⁷ ALVES, Maria Helena, op. cit., pp.55-65.

travou uma “guerra psicológica” por meio de filmes, do rádio, da imprensa e da televisão para moldar a opinião pública de que havia uma ameaça comunista e que um contragolpe militar fazia-se necessário.¹⁸

Uma vez na presidência, Castelo Branco tratou de constituir o governo e confiou a questão econômica a Octavio Gouvêa de Bulhões e ao Ministro do Planejamento, Roberto Campos, cujo objetivo era reverter a tendência de contínuo aumento da taxa de inflação com a estratégia de redução do déficit público¹⁹. A dupla Campos e Bulhões lançou as bases econômicas do governo militar, que proporcionou o arrocho salarial e o aumento da concentração de renda. No final da década de 1960 e começo de 1970, sob a presidência do General Emílio Garrastazu Médici, o país viveu um crescimento econômico que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”. Coincidentemente, esse período corresponde ao auge da repressão e ficou conhecido como “anos de chumbo”.

Depois do AI-1 e suas medidas repressivas, os militares, baseados na doutrina da Segurança Nacional dão continuidade a implantação do regime ditatorial. Nesse sentido, decidiram instituir um órgão de informações com a justificativa de melhor aparelhar o Poder Executivo. Criado pelo Decreto Lei n.º 4.341, pouco mais de dois meses depois do golpe, em 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI) foi uma agência de espionagem dos cidadãos, que centralizou o aparato repressivo e, ao longo dos anos, se expandiu e se profissionalizou.

Após um ano à frente do governo, os militares, que haviam suspenso as eleições para presidente e vice-presidente da República, foram testados nas urnas, nas eleições para governador de estado em outubro de 1965. Para surpresa deles, perderam em dois estados-chave, Minas Gerais e Guanabara, antigo Distrito Federal. Esse episódio colaborou para a edição de um novo ato, visando assegurar o controle da sociedade sob estado de exceção, uma vez que o AI-1 tinha vigência até o fim de janeiro do ano seguinte. Assim, Castelo Branco e os militares da linha-dura impuseram o segundo Ato Institucional (AI-2), de 27 de outubro de 1965, com

¹⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, pp.229-280.

¹⁹ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DEGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 213.

vigência até 15 de março de 1967. Esse segundo ato trouxe mudanças radicais no cenário político, como o reestabelecimento da possibilidade de suspensão dos direitos políticos e da cassação de mandatos parlamentares; a imposição da eleição indireta para presidente da República, dando permissão para o presidente decretar recesso das Casas Legislativas do País; a extinção do pluripartidarismo e a instituição do bipartidarismo. Após extinguir-se todos os partidos, criou-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que se alinhava com o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que abarcava a oposição consentida, atores do simulacro do jogo político.

O descumprimento da Constituição Federal de 1946 e as edições de atos institucionais e leis arbitrárias não deixavam dúvidas que se vivia uma ditadura civil-militar no Brasil. em resposta as surpresas das eleições para governador de 1965, o governo promulgou, no dia 5 de fevereiro de 1966, o terceiro Ato Institucional (AI-3), tornava indiretas as eleições para os cargos de governador e vice-governador, e estabeleceu a indicação dos prefeitos das capitais e das cidades consideradas como estratégicas para a segurança nacional os quais eram por nomeação por seus respectivos governadores. O regime tinha praticamente eliminado seus opositores no Congresso Nacional e ocupado os poderes executivos com seus aliados, quando, em 7 de dezembro de 1966, foi publicado o quarto ato (AI-4), que convocou o Legislativo Federal para aprovar uma nova Constituição imposta pelo governo. Com a oposição neutralizada, o projeto apresentado foi acatado, em sua totalidade, no dia 24 de janeiro de 1967.

Particularmente, ao que reporta ao tema desta dissertação, ressalta-se que, no apagar das luzes do primeiro governo do ciclo militar, o então ditador, Castelo Branco, publicou a Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, conhecida como Lei de Imprensa. A lei previa censura sistemática somente aos espetáculos e diversões públicas, fazendo a ressalva de que, em caso de estado de sítio, os outros meios de comunicação, como jornais e empresas de radiodifusão, ficariam suscetíveis à censura. Entretanto, a censura aos periódicos passou a ser recorrente, tornando-se mais acirrada no fim da década de 1960 e início dos anos 70, com a edição do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e com a Lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970, que oficializava a censura prévia. O artigo primeiro da Lei 1.077/70 estabelecia, contudo, a

censura das publicações contrárias à moral e aos bons costumes, “não abrangendo especificamente a censura política da imprensa”.²⁰

Mesmo com o paulatino endurecimento do regime, Castelo Branco não conseguiu fazer um sucessor castelista²¹, uma vez que foi eleito, pelo Congresso Nacional, o representante da linha-dura, o marechal Arthur da Costa e Silva. No mesmo dia em que tomou posse, 10 de março de 1967, foram revogados os quatro atos institucionais do governo anterior e outorgada a Constituição de 1967. O cenário político nacional e mundial, no período do mandato de Costa e Silva, era diferente do de seu antecessor. Um ano depois da posse, o mundo vivenciou dos acontecimentos do emblemático ano de 1968, conforme Daniel Aarão Reis e Pedro Moraes:

[...] 1968 é um redemoinho de imagens – atravessando a neblina do tempo. Um mundo em movimento, conflitos, projetos e sonhos de mudanças, gestos de revolta e lutas apaixonadas: revolução nos costumes, na música, nas artes plásticas, no comportamento e nas relações pessoais, no estilo de vida e nas tentativas novas não apenas de *derrubar* o poder vigente, mas de propor uma relação diferente entre política e sociedade.²²

Nesse mesmo ano, no Brasil, manifestações tomaram as ruas, a exemplo das passeatas estudantis apoiadas pela classe média, que tiveram seu início marcado pela morte do estudante Edson Luis Lima Souto, pela polícia, num protesto estudantil em prol de melhorias no restaurante universitário Calabouço; e da erupção da classe trabalhadora nas greves em Contagem, Minas Gerais e Osasco, em São Paulo.

Apesar do endurecimento da repressão e supressão do estado democrático de direito, identificando-se estreitos espaços onde falas de oposição podiam ecoar, uma vez que, não obstante autoritária, a Constituição de 1967 permitia a imunidade parlamentar e, com isso, a tribuna das casas legislativas tornou-se palco para os discursos de insatisfação dos legisladores

²⁰ SILVA, Nayara Vieira. Entre o imoral e a subversiva: A Divisão De Censura De Diversões Públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p. 27.

²¹ Segundo Carlos Fico, Castelo não conseguiu fazer um sucessor em parte, devido a crise das eleições para governador em 1965 e a retomada da “operação limpeza”, tão almejada pela linha-dura, com edição do AI-2. Ver FICO, C. *Além do golpe....* op. cit., p.74.

²² REIS, Daniel Aarão e MORAES, Pedro. 1968, a paixão de uma utopia. 2ª ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p.11.

brasileiros. Um caso emblemático foi o do deputado do MDB, Márcio Moreira Alves.²³ Ao discursar, em 2 de setembro de 1968, em seus cinco minutos garantidos pelo regimento interno da Câmara, o parlamentar pediu que a sociedade brasileira boicotasse o desfile militar de 7 de setembro, em comemoração à Independência do Brasil, e que as moças deixassem de namorar os rapazes fardados. A fala do deputado era em protesto às atitudes repressivas do governo, em especial, à invasão, dois dias antes de seu discurso, por policiais militares à Universidade de Brasília (UnB), em que vários estudantes foram espancados. Segundo Maria Helena Alves, o pronunciamento do deputado tocou em um ponto delicado, pois o desfile militar era o grande momento para o governo mostrar sua capacidade bélica e, assim, inibir seus opositores.²⁴

Contrariado com o discurso do parlamentar, o governo encaminhou um requerimento, no dia 12 de outubro de 1968, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), para puni-lo com base no parecer do Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, alegando que o deputado deveria ser enquadrado no artigo 151 da Constituição de 1967 por “uso abusivo do direito de livre manifestação e pensamento e injúria e difamação das forças armadas, com a intenção de combater o regime vigente e a ordem democrática instituída pela Constituição”²⁵.

De acordo com a Constituição vigente à época, o consentimento do julgamento pelo STF ficava a cargo do Congresso Nacional, sendo necessários dois terços dos votos dos membros da Câmara dos Deputados para condená-lo. Para surpresa do Executivo, em uma sessão com voto secreto, Márcio Moreira Alves foi absolvido por 216 votos contrários à suspensão de seus direitos políticos, contra 141 votos a favor da suspensão. Pode-se concluir que alguns parlamentares da ARENA votaram pela imunidade parlamentar, o que ameaçava seus cargos, pois era proibido votar contra a orientação da bancada do partido. Por coincidência, no dia seguinte à decisão do Congresso, foi instituído o quinto ato institucional, que escancarou a

²³ Os militares já estavam descontentes com o parlamentar, pois ele publicou um livro chamado *Beabá dos Acordos MEC-USAID*, disponível em http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf, acessado em 10/4/2014, no qual analisou os acordos entre a agência de reforço de políticas externas dos Estados Unidos, United States Agency for International Development (USAID) e o Ministério da Educação (MEC). A obra questionava os acordos estabelecidos, a reforma educacional e a intromissão estrangeira nas diretrizes educacionais.

²⁴ ALVES, op. cit., p.128.

²⁵ Art. 151, *Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 30 mar. 2014.

ditadura no Brasil. O ato não foi em resposta exclusiva ao caso Moreira Alves, mesmo porque ele já estava escrito, nem mesmo à esquerda armada. Desde o começo do governo militar, observava-se um gradual aumento do aparato repressivo; o AI-5 foi o aparato legal que aprofundou uma tendência a endurecer a ditadura no Brasil.

Na noite de 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira, o marechal Costa e Silva reuniu o Conselho de Segurança Nacional para aprovar o Ato Institucional n.º 5, redigido pelo Ministro da Justiça à época, Luis Antônio da Gama e Silva. A votação era uma mera formalidade, pois o Ato seria instituído de qualquer maneira. O AI-5 tinha apenas doze artigos, cabia em quatro folhas de papel e não previa prazo para acabar sua vigência, mas, como disse Pedro Aleixo, vice-presidente da República à época, ao proferir seu voto, “da Constituição absolutamente nada sobraria, estaremos instituindo um processo equivalente a uma própria ditadura”.²⁶ Caía, assim, todos os véus dissimuladores, e a ditadura se apresentou com sua feição mais implacável. O governo não poupou esforços para dizimar seus inimigos e controlar o país e, para isso, utilizou-se da censura, da polícia e da propaganda política, da tortura e supressão dos direitos humanos. A exemplo do que ocorreu com a mídia, embora que, colaboracionista, foi enquadrada:

[...] Mal o ato foi divulgado, os principais órgãos da imprensa escrita e radiotelevisiva foram imediatamente colocados sob censura. A sede do Correio da Manhã foi invadida por agentes policiais, que prenderam o redator-chefe. Parte da edição do Jornal da Tarde foi apreendida, enquanto *O Estado de São Paulo* foi proibido de circular, em função de um editorial de Júlio Mesquita Filho, que criticava duramente o general Costa e Silva.²⁷

A constatação por Pedro Aleixo e por outros membros do Conselho de Segurança Nacional de que o AI-5 escancarava a ditadura, não os impediu de aprová-lo, embora reconhecessem a violenta transgressão da Constituição do ano anterior feita de encomenda para o próprio regime.

²⁶ ALEIXO *apud* GASPARI. In: GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.334.

²⁷ MARTINS e LUCA, Op. Cit., p.107

Na realidade, tinha-se uma ditadura que recrudescia quando, naquela mesma noite, foi anunciada a nova lei. Dentre as medidas implementadas, estava o fechamento do Congresso Nacional por tempo ilimitado, o reestabelecimento das demissões, das cassações de mandatos, das suspensões de direitos políticos, a suspensão das franquias constitucionais de liberdade de expressão e de reunião e o *habeas corpus*, a autorização da prisão de suspeitos por sessenta dias dos quais dez em regime de incomunicabilidade. Em suma, o governo podia tudo, afinal, era o *golpe dentro do golpe*²⁸, que instituía os anos de chumbo.

Em meados de 1969, o presidente Costa e Silva adoeceu gravemente, ficando impossibilitado de exercer suas funções. O vice-presidente, Pedro Aleixo, deveria assumir o poder, entretanto, foi criada uma junta militar, à revelia da lei, composta por membros das três armas: Augusto de Hamann Kademaker, Aurélio de Lira Tavares e Márcio de Souza e Melo que governou até a aprovação, forçada, do general Emílio Garrastazu Médici, para ser o novo presidente da República.

Com o AI-5, o presidente ganhou mais autonomia para interferir na economia, conforme as necessidades de seu governo. O novo presidente queria superar o subdesenvolvimento a fim de diminuir a distância entre o Brasil e os países desenvolvidos.²⁹ Desde o início de 1968, houve declínio da inflação, forte recuperação industrial e expansão da construção civil. Entretanto, um dos alicerces desse crescimento estava na grande disponibilidade de recursos internacionais, decorrente da favorável situação econômica mundial. O Brasil viveu, entre 1969 e 1973, um extraordinário crescimento econômico, o chamado “milagre brasileiro”, que apresentava, contudo, fortes contradições³⁰.

²⁸ LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. - 3 ed.- São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012, p.802.

²⁹ O uso dos termos *subdesenvolvimento* e *desenvolvimento*, além de ser recorrente ao período, fato observado nas páginas do jornal *Movimento*, também está em consonância com o trabalho dos historiadores sobre a economia da época. Ver PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. PP.207-243.

³⁰ Para um panorama do “milagre brasileiro” ver: MENEZES, Albene Míriam Ferreira. 200 anos de comércio exterior brasileiro. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2041>, acessado em 14/4/2014.

Ao contrário dos dados extraordinários do crescimento econômico apresentados pelo Governo, o censo de 1970 constatou que a distribuição de renda no Brasil havia diminuído, ou seja, o fosso entre pobres e ricos estava cada dia maior. Estudos de Albert Fishlow, daquela década, afirmam que a disparidade social brasileira era resultado da política adotada pelo governo militar de estratégia anti-inflacionária, que montou um sistema o qual não beneficiava os setores mais vulneráveis da população, pois concentrava renda.³¹ Em suma, o tão vangloriado crescimento econômico foi, nas palavras de Fábio Earp e Luiz Prado,

[...] um produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco. Por outro lado, esta necessidade de crescimento não encontrava limites em preocupações com questões como equidade ou melhoria das condições de vida da população, a não ser quando isso afetava a segurança do regime.³²

A referida má distribuição de renda e o descaso com os problemas sociais brasileiros ficaram consagrados na famosa fala do então Ministro da Fazenda, Delfim Neto³³, que dizia ser necessário primeiro crescer o bolo, para depois distribuí-lo, ou seja, o país deveria encher os cofres dos rentistas e só então preocupar-se com questões sociais.

A divisão do bolo nunca chegou. Além disso, no final da década de 1960 já se viam os sinais de esgotamento da liquidez da economia mundial. Anos depois, com a crise irreversível, o Brasil complicou-se com a dívida externa, e a questão social agravou-se galopantemente. Antevendo uma possível crise financeira, o presidente norte-americano, Richard Nixon, quebrou a paridade do ouro com o dólar, em 1971, o que foi muito prejudicial para os países que tinham seu lastro equiparado ao dólar e não ao ouro, como o Brasil, pois, com o advento da crise, houve uma desvalorização muito grande da moeda dos Estados Unidos.

³¹ FISHLOW *apud* PRADO e EARP, Op. Cit., p. 228.

³² *Ibid.*, p.234.

³³ Em entrevista recente a *Folha de São Paulo*, do dia 5 de abril de 2014, o ex-Ministro acusou que o Presidente Ernesto Geisel foi o responsável pela *quebra* (termo de Delfim) do Brasil no final dos anos 70. Reportagem disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1436007-quem-quebrou-o-brasil-foi-o-geisel-aforma-delfim.shtml>, acessado em 14/4/2014.

Em meados da década de 1970, a crise mundial agravou-se com o aumento vertiginoso dos preços do barril de petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), criada em 1960. No Brasil, acreditava-se que a crise seria passageira, pois as taxas econômicas continuavam a crescer, mesmo que a passos pequenos. Quando o general Ernesto Beckman Geisel assumiu o governo em 15 de março de 1974, encontrou um país em crise, uma vez que apenas 20% do petróleo consumido em território nacional era produzido pela Petrobras, fato que quadruplicou o preço das importações. A equipe financeira de Geisel optou por sustentar o aumento dos preços buscando empréstimos externos. Com o passar dos anos, o colapso econômico aumentou e atingiu seu auge em 1979 quando houve outra crise nos preços do petróleo. Ao Brasil, só cabia jogar uma pá de cal no “milagre econômico”.

A recessão econômica foi um dos fatores que colaboraram para o descontentamento da população, em especial da classe média, com o regime ditatorial. Segundo José Murilo de Carvalho, com o fim do “milagre”, veio o fim do crédito dos militares, tendo parte da classe média se voltado contra o regime.³⁴ Todavia, como pontuou Francisco Carlos Teixeira da Silva, não foi a crise que determinou a abertura, pois, quando Geisel assumiu, as taxas de crescimento ainda eram positivas, mas a recessão “condicionou o ritmo da abertura, levando a opinião pública a voltar-se, em sua maioria, contra o regime militar”.³⁵

Relativo à resistência e confrontações internas, observa-se que o governo Geisel, desde o início, deparou-se com um cenário no qual os militares já obtiveram êxito em eliminá-las e foram dissipados os últimos vestígios do movimento guerrilheiro incitados pelas forças de resistência ao regime. O último e mais expressivo deles, a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ocorrida entre 1972 e 1974, na região amazônica, fora trucidado. Nesse momento, a oposição, principalmente as esquerdas, viu que a luta armada era uma via sem saída. Segundo Francisco Carlos Teixeira Silva:

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.192.

³⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 254.

[...] supera-se, no campo oposicionista, mais ou menos a esta altura [*fim governo Médici*], a ideia de uma democratização via a derrubada da ditadura militar, com a crise dos experimentos militarizados da guerrilha urbana e a paralisia da tentativa de uma guerrilha rural, ao mesmo tempo que crescia a compreensão de que o espaço político, mesmo restrito, era, nas condições vigentes, o único caminho da mudança.³⁶

Nesse contexto, parte da oposição ao governo, inclusive das esquerdas, optaram por agregarem-se temporariamente, à estratégia pela luta democrática para destituir o governo civil-militar; para isso, jornais como o *Movimento* foram utilizados como um instrumento para defender essa manobra política.

1.2. Uma abertura *lenta, gradual e segura*

Boa parte dos opositores ao regime adotara a luta democrática como uma das estratégias de combate à ditadura. Assim, em 1974, a oposição e a sociedade civil mostraram sua insatisfação com o governo por meio dos resultados das eleições do legislativo. Naquele ano, o governo deu pleno acesso aos candidatos do MDB na televisão e no rádio. O MDB concentrou sua política nas questões da repressão, da injustiça social e da má distribuição de renda e, para surpresa do governo, as urnas foram em boa medida favoráveis à oposição. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, ele ocupou 161 cadeiras contra 203 da Arena. Para Maria Helena Moreira Alves, as eleições de 1974 foram mais do que votar pelos representantes, foram, na prática, um plebiscito em que ficou clara a insatisfação da população com o governo.³⁷ Nos cartazes de propaganda eleitoral do MDB, em muitos casos, aparecia um alerta: “vote MDB, você sabe por quê!”.

No cenário político da década de 1970, a esquerda decidiu se associar a outros setores da sociedade brasileira em prol da democracia, como a chamada ala moderada e autêntica do MDB, prioritariamente, a corrente progressista da Igreja Católica e o movimento estudantil. Segundo a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo, após a vitória em 1974, o MDB passou a canalizar os descontentamentos da oposição heterogênea no Brasil. Até então, nem a luta democrática,

³⁶ Ibid., p.261.

³⁷ ALVES, Op. Cit., 189.

nem a adesão ao MDB eram uma saída para a oposição tão heterogênea. Tanto que, essa via se tornou operacional/tática com a candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da República contra Ernesto Geisel. A Igreja Católica teve um papel fundamental na defesa dos direitos humanos, e o movimento estudantil retomou as manifestações políticas e reocupou as ruas.³⁸

Entretanto, a política de abertura do regime teve avanços e retrocessos. Ao mesmo tempo que o governo acabou com a censura prévia em dois jornais da grande imprensa, em 1975, *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, e no irreverente *Pasquim*, nesse mesmo ano morreu o jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI) e, quatro meses depois, prenderam, torturaram e assassinaram o ativista sindical Manoel Fiel Filho. Os anos seguintes continuaram muito conturbados e inseguros para a oposição; ilustra esse clima, em 1976, o conhecido Massacre da Lapa, quando o comitê do PCdoB foi invadido pela polícia e fez uma chacina dos militantes.

Ainda em 1976, começaram ataques rotineiros a bombas em sedes de instituições civis de caráter oposicionistas, como na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 29 de agosto de 1976, e a bomba colocada na sede carioca da Ordem dos Advogados do Brasil, em 27 de agosto de 1980. Também ocorreram ataques às bancas de jornal que vendiam impressos oposicionistas, o que prejudicou muito a atuação da imprensa alternativa, pois sua renda advinha substancialmente das vendas em bancas de revista. Por fim, os atentados cessaram quando, em 1981, uma bomba estourou no colo do sargento Guilherme Pereira do Rosário, enquanto ele a armava para explodi-la no Riocentro³⁹, por oposição a um *show* musical em comemoração ao 1^o de maio.

³⁸ Ibid., p.167.

³⁹ Em 2012, as investigações sobre o atentado foram reabertas pelo Ministério Público Federal, por se tratar de crime lesa humanidade, o processo imprescritível. Já foram denunciados os militares Nilton Cruz, que na época era o chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Inteligência (SNI); o comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Nilton Cerqueira; o capitão Wilson Machado, que estava no volante do Puma onde explodiu a bomba; o então major Edson Sá Rocha, que, segundo a investigação, foi quem apresentou o plano de explodir o Riocentro em 1980 à chefia de operações; e Divany Barros, agente do Doi-Codi que atualmente é major reformado, que recentemente, admitiu ter ido ao estacionamento do Riocentro apagar provas que pudessem incriminar os militares.

Outros retrocessos da abertura política foram a Lei Falcão, Decreto Lei n.º 6.639/1976, que visava evitar o acesso da oposição aos meios de comunicação, em especial na televisão, durante a campanha eleitoral, e o fechamento do Congresso concomitante ao lançamento do chamado Pacote de Abril de 1977, medidas jurídico-políticas que prorrogavam o mandato do futuro presidente de cinco para seis anos; estabelecia a nomeação de dezessete senadores “biônicos” pela Presidência da República; fixava o número de deputados por Estado sem atenção às diferenças populacionais, dando, assim, maior peso a políticos de Estado supostamente manipuláveis e, por último, a determinação de que a mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional, não examinada e votada no prazo de quarenta dias, estaria automaticamente aprovada. Em síntese, tanto a Lei Falcão, quanto o Pacote de Abril foram, em boa medida, respostas à vitória do MDB nas urnas para as eleições parlamentares de 1974.

Em contrapartida, o retrocesso não interrompeu o processo de abertura concedida e tutelada. Em 13 de outubro de 1978, o Congresso votou o fim do AI-5, pôs fim à censura prévia no rádio e na televisão, reestabeleceu o direito ao *habeas corpus* para crimes políticos e autorizou o retorno de alguns exilados. O projeto de distensão política teve continuidade na presidência do General João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). No primeiro ano de governo, foi votada a Lei de Anistia e legalizada a criação de novos partidos, pondo fim ao bipartidarismo.

Os atores internos que colaboraram para a abertura política situavam-se nos dois lados do espectro político da situação e da oposição. Assim, o grupo militar em torno do binômio Geisel-Golbery, com seu projeto de abertura “lenta, gradual e segura”, e a oposição articulada no MDB desempenharam papel importante conjuntamente com outras forças sociais, inclusive alguns personagens que perfilaram ao lado dos golpistas em 1964, mas que gradativamente passaram a defender apoio às lideranças e setores progressistas, a exemplo de destacadas figuras da Igreja Católica.

No cenário internacional, a eleição de Jimmy Carter para presidente dos Estados Unidos, em 3 de novembro de 1976, mudou a política externa norte-americana, que passou a reprovar publicamente os regimes ditatoriais, inclusive dos seus vizinhos latino-americanos, durante décadas apoiados pela Casa Branca. O objetivo era afastar a imagem dos Estados Unidos das ditaduras, em uma política de requalificar a questão da democracia dentro da grande aliança

anticomunista. Não pretendiam acabar com o apoio aos antigos aliados, mas precisavam reafirmar a grandeza moral em relação à União Soviética.⁴⁰

A preocupação do governo Carter quanto às novas diretrizes da Casa Branca era grande, tanto que, após sua eleição, Jimmy Carter enviou o cônsul americano no Brasil, à época, Zbigniew Brzezinski, para conversar com parte da equipe de *Movimento* e sondar como achavam que a oposição ia receber a política de direitos humanos dos Estados Unidos. Foram ao encontro Tônico Ferreira, Fernando Henrique Cardoso e Airton Soares. Esse e outros episódios evidenciam o papel que o jornal teve nas articulações políticas naquela época; afinal, como afirmou Tônico Ferreira⁴¹, “não era possível entender a oposição no Brasil, naquele momento, sem passar pelo jornal *Movimento*”.

Fato, que durante a campanha eleitoral, Jimmy Carter se comprometeu a estabelecer uma política de distanciamento da Casa Branca em relação a países que torturavam seus cidadãos. Ademais, o governo Carter está associado à defesa dos direitos humanos, ao apoio da pressão por parte da sociedade norte-americana para o fim do apoio dos Estados Unidos a ditaduras, em especial a brasileira. Desde o governo Richard Nixon, os ativistas dos direitos humanos apelaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), e a aliados no Congresso dos Estados Unidos; entretanto, essas investidas foram em vão, pois não era interesse dos Estados Unidos diminuir os laços com o Brasil, principalmente a ajuda militar.⁴²

Na verdade, a ajuda norte-americana ao regime ditatorial começou a ser questionada por setores da sociedade desde a instituição do AI-5 no Brasil. Em 1969, o Departamento Latino-Americano emitiu a declaração que o Brasil era o maior beneficiário da política de ajuda externa norte-americana no mundo, sendo que cerca de 600 indústrias americanas encontravam-se instaladas em território nacional e, em média, 3.000 missionários, entre protestantes e católicos,

⁴⁰ GASPARI, Elio. Alice e o Camaleão. In: GASPARI, Elio; Hollanda, Heloisa Buarque de; Ventura, Zuenir. *Cultura em Trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, p.30.

⁴¹ Entrevista de Tônico Ferreira a Carlos Azevedo, Marina Amaral e Natália Viana em 22 de outubro de 2009, disponível em *CD-ROM* na coleção *Jornal Movimento: uma reportagem* de Carlos Azevedo.

⁴² GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985..* Tradução S. Duarte; prefácio Carlos Fico. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 280.

estavam em missão no Brasil. Aos poucos, a opinião pública nos Estados Unidos entrou em crise com seu governo devido, entre outros motivos, à Guerra do Vietnã e aos escândalos do *Watergate*, que afloraram em 1973, e levaram a renúncia do presidente Richard Nixon. Editoriais de periódicos da grande imprensa norte-americana denunciavam a situação de desrespeito aos direitos humanos no Brasil:

[...] o governo que recorre à tortura revela duvidar de sua própria competência. Mostra que abandonou qualquer esperança de reconciliação voluntária e pacífica, que é a recompensa dos políticos bem-sucedidos. Nenhum observador externo poderia julgar de forma mais candente a atual liderança brasileira do que a sentença que eles próprios impuseram.⁴³

Esse editorial do *Washington Post* era uma entrevista com o ativista brasileiro exilado, Marcos Arruda. O ex-seminarista e geólogo descreveu sua detenção e denunciou a tortura durante sua prisão no Brasil, prática que o governo Médici insistia serem casos isolados, mas, jamais, uma política governamental.

A pressão da opinião pública norte-americana e os novos rumos da política externa da Casa Branca estavam em consonância para combater países que desrespeitassem os direitos humanos; assim, foi aprovada a emenda, de 30 de junho de 1976, à Lei de Assistência Externa de 1961, conhecida como 502-B, que negava ajuda de segurança dos Estados Unidos aos países que violassem os direitos humanos de seus cidadãos. Em 1977, a visita da primeira-dama, Rosalyn Carter, ao Brasil confirmou a reprovação, pelo menos publicamente, dos Estados Unidos aos casos de torturas recorrentes no país. Enfim, a firme ação de Jimmy Carter em favor dos direitos humanos abriu novos espaços para a atuação das oposições no Brasil contra a ditadura militar.

Tendo como pano de fundo esse cenário, um progressista e combativo grupo de jornalistas juntou-se a figuras destacadas da cena de esquerda para criar um periódico democrático, o jornal *Movimento*.

⁴³ Editorial, *Brazil and torture*, *The Washington Post*, 26 de setembro de 1971, p.E-6. Apud, GREEN, James. Apesar de vocês. Op.Cit.p.368.

1.3 A imprensa no Brasil nos anos 1964 a 1985

Apesar da atuação da imprensa contestadora e a censura a ela estar muito associada à instauração do regime militar, em 1964, a história dos jornais de crítica política e/ou de costumes é antiga no Brasil. Seria ingênuo afirmar que a censura no Brasil foi restrita ao regime militar de 1964-1985, porém, segundo sugere Carlos Fico, “a lembrança da censura sempre permanece associada ao último período em que existiu”.⁴⁴ Essa prática remonta ao período colonial que restringia a liberdade de expressão dos colonos com a proibição de tipográficas no Brasil.

Historicamente, observa-se que a imprensa no Brasil era proibida no período colonial; só com o traslado da corte portuguesa, em 1808, e as medidas incitadas por D. João de abolição da proibição de criação de indústrias é que foi criada a Imprensa Régia. Todavia, jornais circulavam, de alguma forma, mas com baixíssima densidade. Mesmo com a permissão da imprensa, a liberdade de expressão continuou tutelada. Apesar de haver prelos clandestinos no Brasil, antes da chegada da família real portuguesa, o primeiro jornal lido sistematicamente na colônia foi o *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa. Além de inaugurar a imprensa, também inaugurou um instrumento de oposição ao governo. Segundo Marco Morel, a imprensa se tornou uma formadora de “opinião pública”, no final do século XVIII e início do século XIX, como consequência de movimentos culturais, como o Iluminismo, a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e as revoltas liberais ibéricas. Para ele, é nesse momento que surge o *redator panfletário* na América portuguesa.⁴⁵

No Império, a imprensa mostrou-se pouco “tímida” em geral. Havia o *Jornal do Commercio*, com circulação nos grandes centros e alinhado ao governo central, e também o “pasquim-panfletário” ou “panfleto difamador”⁴⁶ que circulava na corte, assim como o *Ba-ta-clan* e *O Corsário*. Ilustra esse contexto o caso de Líbero Badaró, opositor declarado de D. Pedro I. Acredita-se que o imperador teria mandado assassiná-lo. Os conflitos entre governo e imprensa

⁴⁴ FICO, C. *Além do golpe...* Op. Cit., p.87.

⁴⁵ MOREL, Marcos. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.35.

⁴⁶ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempo do império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.62.

foram amenizados a partir do Segundo Império, na regência do imperador D. Pedro II, pois, segundo Lilian Schwarcz, os jornais nacionais eram partidários ao governo.⁴⁷

A proibição dos prelos na colônia, o alto índice de analfabetismo e a estrutura escravocrata colaboraram para neutralizar o papel político da imprensa, que ganhou mais destaque no Brasil a partir do século XIX. Entretanto, essa indústria permaneceu tímida e ganhou mais espaço no final do século XIX e início do XX, com alguns periódicos de cunho ideológico explícito que se tornaram recorrentes. A exemplo disso, cita-se o jornal *O Boi* (1897), idealizado e fundado pelo anarquista Edgar Leuenroth. A imprensa anarquista e panfletária marcou a Primeira República (1889-1930), corroborando com as lutas dos trabalhadores urbanos. Apesar de não ter sido criada especificamente para reprimir a imprensa, a Lei Adolfo Gordo, Decreto nº 1.641 de 7 de janeiro de 1907, propunha a expulsão de estrangeiros envolvidos em greve. Essa lei visava a repressão dos movimentos operários, muitas vezes incitados e apoiados por essa imprensa panfletária do início do século.

Com a Proclamação da República e o avanço tecnológico dos processos de impressão, que baratearam os custos, multiplicaram-se os impressos no Brasil. A Primeira República (1889-1930) teve a imprensa voltada para o mercado público emergente do País, que ansiava pela modernidade. Os exemplares mais expressivos foram as revistas *Klaxon* e *Fon-Fon*. Entretanto, nosso jornalismo sempre foi marcado pelas raízes políticas, pois, segundo Ilka Cohen, a imprensa no Brasil, desde suas primeiras publicações, é produzida por “grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações”.⁴⁸ Nesse primeiro momento da República, a imprensa tida como oposicionista foi ocupada, principalmente, pelas causas operárias, como os jornais *A Plebe* (1917), *A Lanterna* (1901), *A Folha do Povo* (1908), entre outros.

⁴⁷SCHWARCZ, Lilian. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.53.

⁴⁸COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MELLO, Maria Amélia (org.). *Vinte anos de resistência: alternativa da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p.103.

Na Primeira República, durante o governo de Artur Bernardes, 1822-1826, proibiu-se, pela primeira vez, por meio da Lei Adolfo Gordo⁴⁹ de 31 de outubro de 1923, deixar espaços vazios, “em branco”, de matéria, letra, palavra ou frase que fossem censuradas. Essa proibição perdurou até a atualização, em 2000, da Lei de Imprensa de 1967.⁵⁰ Essa lei estabelecia:

[...] a reponsabilidade penal, prisão e multas pecuniárias para o que qualificava como abuso de imprensa; publicação de segredos de Estado; ofensas ao presidente da República, chefes de Estado e nações estrangeiras, além de vedar o anonimato de artigos, garantir o direito de resposta e disciplinar a matrícula de jornais e tipografias em cartório.⁵¹

Para a historiadora Tânia Regina de Luca, o movimento de 1930 e o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) mudam o cenário da imprensa. Grandes jornais, como *O País*, acabaram desaparecendo e jornais consagrados mudaram de dono, como *O Jornal do Brasil*. Com a publicação da Constituição Federal de 1937, a censura aos meios de comunicação entrou para o rol de preocupação do governo, e sua prática agravou-se com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por meio do Decreto-lei 1.915, do dia 27 de dezembro de 1939, para censurar os meios de comunicação e zelar pela imagem do governo.

Apesar de não ser a primeira vez que a imprensa era censurada no Brasil, a censura tornou-se uma política de Estado na tentativa, segundo o governo, de manter a paz, a ordem e a segurança pública. Mesmo com a eficiência do DIP em fazer propaganda do governo e censurar, a partir da década de 1940, ficou insustentável para Getúlio Vargas se manter no governo com o discurso de luta pela democracia contra os países do eixo, na Segunda Guerra Mundial, e internamente levar um governo ditatorial. Segundo Regina de Luca, a imprensa teve papel fundamental na queda do presidente.⁵²

⁴⁹Memória da imprensa na Primeira República, disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimprensa_edicoesanteriores3/categoria.php?id=Nacional, acessado em 14/4/2014.

⁵⁰Ver o texto atualizado da lei de imprensa, disponível em <http://www.estadao.com.br/especiais/2009/03/arq45fc47c34f81c.pdf>, acessado em 14/4/2014.

⁵¹ LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.166.

⁵² LUCA, T.R. *A grande imprensa...* Op.Cit., p.173.

Segundo Nayara Vieira, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, o presidente interino, José Linhares, suspendeu a censura dos rádios, porém, essa liberdade durou apenas 43 dias, quando o mesmo baixou o Decreto 20.493, regulamentando o Serviço de Censura e Diversões Públicas. Finalmente, a Constituição Federal de 1946 reestabeleceu a liberdade de manifestação de pensamento e suprimiu a censura para os meios de comunicação escritos, mas manteve a censura prévia para os espetáculos e as diversões públicas⁵³.

Com o retorno de Vargas, em 1950, a imprensa foi pivô da morte do presidente, segundo Ana Maria de Abreu Laurenza. De acordo com a historiadora, a disputa do jornal aliado do governo, o *Última Hora*⁵⁴ (1951) de Samuel Wainer, com o oposicionista Carlos Lacerda, um dos donos do periódico *Tribuna de Imprensa* (1949), colaborou para a crise no Palácio do Catete e a morte de Getúlio Vargas em 1953. O *Última Hora*⁵⁵ existiu até o golpe militar em 1964 e, até lá, apoiou os governos Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Sua sede foi devassada pelo golpe, devido ao apoio incondicional ao governo Jango.

Com o advento da ditadura civil-militar no Brasil, em 1964, o cenário político mudou radicalmente e, por consequência, houve uma supressão de direitos, dentre eles, a liberdade de expressão. Apesar de não existir, nesse primeiro momento, uma legislação específica para a repressão nos meios de comunicação, os cortes na imprensa logo foram sentidos. Sem embargo, a censura à grande imprensa foi mais branda, houve cortes em todos os periódicos, e não só nos jornais oposicionistas, como o *Última Hora*, citado anteriormente. Com o passar do tempo, a *Tribuna de Imprensa*, por exemplo, posicionou-se de forma cada vez mais crítica, levando o seu proprietário, Hélio Fernandes, a se auto-proibir de assinar os artigos de seu jornal. Os editoriais do *Correio da Manhã* também sofreram com os arbítrios da censura, tendo seu colunista Carlos Heitor Cony processado pelo regime, sob acusação de suas colunas incitarem a insurreição.

Em suma, tanto a grande imprensa, quanto a imprensa alternativa conviveram com a censura prévia, que não era aleatória, pois os censores baseavam seus cortes na lista de assuntos

⁵³ VIEIRA, Nayara. *Entre o imoral...*, Op.Cit., p.21.

⁵⁴ Para a trajetória do jornal *Última Hora*, ver: WAINER, Samuel. *Última Hora*, minha razão de viver. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

⁵⁵ Com o golpe militar em 1964, as sucursais e sede do *Última Hora* foram invadidas e empasteladas, e Samuel Wainer teve seus direitos políticos cassados, foi coagido a sair do país, deixando o jornal nas mãos de terceiros. O jornal não se recuperou e teve seu título vendido em 1971.

proibidos e, principalmente, no AI-5.⁵⁶ Igualmente, a imprensa internacional também sofreu censura; ilustrativamente cita-se o ato do governo brasileiro que apreendeu, em banca, a edição de 20 de dezembro de 1968, da revista americana *Times* por trazer um artigo crítico ao AI-5.

Apesar da censura recair também sobre a grande imprensa, esta se deu de forma conveniente para a manutenção da ditadura militar. Concomitantemente, o governo cortava algumas laudas e aflagava as grandes empresas jornalísticas com incentivos estatais. Entretanto, a mídia que mais colaborou para a sustentação da ditadura foi a televisão. Todas as emissoras, com exceção da TV Cultura, respaldaram o regime, mas, em especial, a Rede Globo, que teve inúmeros benefícios ao apoiar o governo como o acordo com a empresa *TimeLife*, que a permitiu tornar-se um grande conglomerado de comunicação, tornou-se porta-voz do governo por meio do *Jornal Nacional*⁵⁷.

Assim, fez-se necessário a criação de órgãos para a oposição; desse modo, surge espaço para uma imprensa alternativa. A iniciativa de criação de jornais alternativos tinha o objetivo de contornar a censura e levar aos leitores informações não divulgadas pela grande imprensa. A imprensa alternativa foi um espaço assumidamente de oposição, abarcando diversas correntes políticas, pois, apesar da censura, ela se constituiu como local de reflexão e de expressão de intelectuais, jornalistas e leitores.

É nesse momento que, segundo Kucinski, a imprensa alternativa tornou-se um dos palcos da luta democrática da oposição no país, tendo maior importância a partir de meados da década de 1970, devido ao sucesso do regime em eliminar os movimentos armados contrários a ele. Nesse contexto de crise da economia e de derrota da luta armada das esquerdas, nasceu, em 1975, o jornal *Movimento* comprometido em ser um espaço de luta política pela abertura do regime, mesmo que fosse concedida como Geisel anunciara, “lenta, gradual e segura”. Maria Paula

⁵⁶ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 23.

⁵⁷ Sobre a atuação da Rede Globo durante o regime militar, ver: LINS e SILVA, Carlos Eduardo. *Muito Além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus Editorial, 1988. MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. São Paulo: Vozes, 2002. REIS, Antonio Jr. O percurso da televisão e do telejornalismo nos anos 70. Disponível em: <<http://www.mnemocine.com.br/aruanda/tvtelejornalismo70s.htm>>. Acesso em: 17 de setembro de 2009.

Araújo sintetizou em alguns tópicos o papel fundamental que a imprensa alternativa alcançou no cenário de abertura e resistência política:

[...] O da rearticulação de forças e militantes políticos após a derrota da luta armada;

[...] O da possibilidade de ação política legal para uma boa parte da esquerda na época, que por meio destes jornais, podia expor amplamente suas posições políticas;

[...] O de ajudar a forjar um público anti-ditadura militar (especialmente entre jovens estudantes, universitários e pessoas da classe média em geral) criando uma opinião pública cada vez mais favorável ao Estado de Direito e às liberdades democráticas;

[...] O de ajudar a difundir uma “cultura de esquerda” que divulgava não apenas posições políticas, mas também livros, filmes, músicas, ideias, peças de teatro, intelectuais, criando e difundindo ícones de uma cultura de oposição, ligados a outros povos latino-americanos e africanos;

[...] O de funcionar, por meio de jornais específicos, como espaço privilegiado na construção da identidade política de movimentos como o movimento feminista, o movimento negro e o movimento *gay*.⁵⁸

No âmbito dessa imprensa, nasceram e pereceram cerca de 150 periódicos contrários explicitamente ao regime militar, estes que criaram um espaço público alternativo à grande imprensa e de confluência da oposição. Marcou essa militância, o lançamento do *Pif-Paf*, em 1964, por Millôr Fernandes, que buscava um maior espaço para suas caricaturas, pois na grande imprensa tinha se tornado inviável devido aos cortes da autocensura pelos chefes de redação antecedendo o veto do censor.

A partir de análise da atuação da imprensa alternativa pós-1964, ela pode ser dividida em quatro momentos. O primeiro entre 1964 e 1969; depois, 1969 até 1972; em seguida, 1972 a 1977; e, por último, 1977 a 1980. No primeiro momento (1964 a 1969), o número de alternativos era reduzido, o regime militar estava endurecendo paulatinamente, e a alternativa pela luta armada e, em seguida, pela revolução ainda eram o centro de discussões da esquerda em resposta

⁵⁸ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 170.

ao golpe. Os principais periódicos desse período foram *Pif-Paf* (1964); *O Sol* (1967); *A Carapuça* (1968). A segunda fase (1969 a 1972) foi marcada pelo recrudescimento da violência do regime alicerçado no AI-5. Com isso, diminuíram as manifestações políticas e as guerrilhas urbanas e rurais eclodiram. Nesse contexto, surgiu o irreverente e mais longo dos alternativos, *O Pasquim* (1969), como também o *Politika* (1971), e o *Bondinho* (1971).

O lançamento de *Opinião* (1972) marcou o início da terceira fase (1972 a 1977). O cenário nacional era a repressão militar vitoriosa sobre a luta armada, a economia brasileira ainda colhia os frutos do “milagre econômico”, os primeiros exilados políticos retornavam à sociedade e deu-se início, em 1974, ao projeto de abertura política da dupla Golbery-Geisel. Nesse momento, a imprensa alternativa apresentou-se como via legalizada, ou seja, não clandestina para articulação da oposição em favor da democracia e do fim da ditadura. Além de *Opinião*, fundou-se o *Movimento* (1975), primeiro jornal a declarar-se abertamente contra o governo em seu número zero⁵⁹ e defensor de uma frente ampla política em defesa da democracia, da cidadania, das minorias, do qual jornalistas eram acionistas majoritários e articuladores do semanário; o *Coojournal* (1975) também era voltado para um debate político, no entanto, restringiu-se à região sul do país.

A última fase (1977 a 1980) abarcou a rearticulação das esquerdas motivadas pela campanha da anistia, o fim da censura prévia em todos os jornais em 1978. Nesse período, dificultaram a existência dos alternativos os problemas financeiros que eram recorrentes. Porém, os ataques à bomba às sedes dos jornais e às bancas de revista colaboraram para a ruína financeira desses periódicos. O ano de 1980 não marcou o fim da imprensa alternativa, no entanto, essa imprensa travestiu-se de outros objetivos e bandeiras. Nesse contexto, o perecimento da ditadura militar estava em decurso e a oposição articulava-se em partidos. Após a permissão do retorno ao pluripartidarismo, focou-se em projetos individuais, ou seja, a imprensa alternativa à grande imprensa continuou existindo, mas o termo “alternativo” assumiu outras nuances a partir de 1980. Destacaram-se, nessa fase, o dissidente de *Movimento*, o jornal *Em Tempo* (1977), que foi

⁵⁹ KUCINSKI. *Jornalistas e revolucionários...*, Op.Cit, p.280.

um defensor da Anistia e das correntes trotskistas; também foram frutos dessa dissidência os periódicos *Mutirão* (1977) e *Contestado* (1977).⁶⁰

1.4 – De nãnicos eles não tinham nada

A imprensa, em toda sua existência, teve de alguma forma um papel político. Então, se não é privilégio da imprensa alternativa o cunho político, se essa característica não a distingue exclusivamente, afinal, qual a diferença entre grande imprensa e imprensa alternativa? Na verdade, o que era a imprensa alternativa no Brasil entre 1964-85?

A imprensa alternativa foi assim denominada após os anos 1970, e como já aludido, seu papel alternativo à cultura dominante não surgiu com o regime militar (1964-85). Ela também é chamada de imprensa *independente, do leitor, popular, nãnica*, entre outros rótulos. O termo *independente* faz alusão a não dependência desses impressos aos grandes capitais, ou seja, a publicidade do jornal, que, via de regra, é o que o mantém, não se apoia nas propagandas do governo, nem nas grandes empresas nacionais ou internacionais. Esse argumento não é suficiente para defini-la, pois, no caso do *Pasquim*, por exemplo, a montadora alemã Volkswagen anunciava em suas páginas. Entretanto, mesmo com todo sucesso desse semanário, em 1970, o governo militar declarou: “Anúncio no *Pasquim* nós consideramos a subvenção da subversão”⁶¹; logo a publicidade sumiu do jornal.

As designações jornal *do leitor* ou jornal *popular* fazem referência à tentativa dessa imprensa estar mais próxima das camadas populares, muitas vezes sendo a voz do operariado ou de minorias. No período aludido, foram muito comuns publicações voltadas aos movimentos feminista, negro, homossexual, carestia zero, entre outros. O jornal *Movimento* tentou produzir

⁶⁰ Para saber mais sobre os jornais alternativos lançados durante o regime militar (1964-1985), veja o catálogo da imprensa alternativa organizado pelo Arquivo do Rio de Janeiro disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4203404/4101358/catalogo_imprensa_alternativa.pdf, acessado em 31/3/2014.

⁶¹ BUENO, Márcio. *20 anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p.52.

um jornal mais acessível, tanto no conteúdo, quanto no preço. Fracassou nas duas tentativas, a linguagem era substancialmente voltada a um público intelectualizado e por questões de baixa vendagem, alto custo da impressão e pouca publicidade, quando não anúncios gratuitos, não permitiam um jornal mais barato. Ao perceberem essas dificuldades, criaram o caderno avulso *Assuntos*, que focava em debates voltados para o operariado brasileiro. A iniciativa também não vingou, e o caderno teve uma vida efêmera.

A denominação *nanica* é muito utilizada. O uso do termo seria correto, se focasse apenas a tiragem e abrangência desses jornais, afinal, em sua maioria, tiveram uma breve duração e baixa vendagem. Mas, só o fato do empreendimento ter dimensões pequenas, não o distinguiria como combativo, pois qualquer periódico com essas características encaixaria perfeitamente no termo. Porém, não basta ser pequeno para de fato se contrapor a grande imprensa. Além disso, os jornais *Pasquim* e *Opinião* não se encaixavam nessa dimensão, pois tiveram vendagens comparáveis a da grande imprensa. O primeiro chegou a vender 225 mil exemplares por semana em banca; e o segundo vendeu até o número 8 antes da censura prévia, aproximadamente 40 mil exemplares por tiragem, média de venda comparável à revista *Veja*, à época que vendia 45 mil exemplares.

O jornal *Movimento* teve um número de vendas mais reduzido, 20 mil exemplares por tiragem em média. Mas sua abrangência foi grande tinha, pelo menos, uma sucursal em cada região brasileira e, algumas vezes, era entregue no exterior. Ilustrativamente menciona-se a carta de Carlos Afonso de Toronto (ver anexo 1) a Raimundo Pereira, que alude ao exemplar de um jornal nos moldes de o *Movimento* feito no Canadá. No conteúdo da referida missiva, o remetente expressa “recebo o Movimento regularmente, enviado pelos amigos, apesar de não ter assinatura”. Além disso, no começo da carta, desculpou-se com Raimundo pelos jornalistas daquele semanário terem reproduzido uma caricatura publicada no *Movimento* sem autorização. Ou seja, não só *Movimento* chegava a terras longínquas, como seu conteúdo poderia ser reproduzido em periódicos feitos fora do Brasil. Esse alcance do jornal fora do Brasil era mais um canal de resistência ao regime militar e, sobretudo, de apoio à luta democrática.

Feitas essas ressalvas, conclui-se que o termo mais adequado para definir o que foi a imprensa representada por *Pasquim*, *Movimento*, *Opinião*, *Coojornal*, entre outros, é *alternativa*. Endossa essa opção o fato de que, para que haja uma imprensa alternativa, deve existir um *alter*,

um contraponto a ela, em outras palavras, deve ser oposta a algo. Ocuparam o espaço na imprensa alternativa, os periódicos que se desviaram do caminho tradicional; nesse caso, assumido pela grande imprensa que era subserviente aos interesses do grande capital e ao governo militar.

O advento de uma imprensa não submissa tem uma via de mão dupla: uma, o interesse do produtor que almeja fazer um jornalismo diferente, e outra, o leitor que, além de querer outras informações, tem seu leque de conteúdo aumentado, fugindo, assim, do monopólio da cultura hegemônica que reforça o *status quo*. No entanto, viver da imprensa alternativa era raro. Muitos dos jornalistas que escreviam para a imprensa alternativa, concomitantemente, trabalhavam para a grande imprensa. O principal motivo era a necessidade dos salários pagos pelos grandes jornais, pois muitas publicações alternativas, quando pagavam, não podiam igualar os salários aos preços de mercado.

Sendo assim, os jornalistas vendiam sua força de trabalho às grandes empresas do ramo e realizavam-se intelectual e socialmente nas páginas dos alternativos, nas quais eram livres para se expressar e opinar. Razão essa que uma das características mais marcantes desses alternativos era o caráter opinativo.

Os jornalistas acreditavam que ao fundar os meios de comunicação alternativos, seriam de fato livres, não da censura do Estado, pois essa atingiu a todos, mesmo que em graus diferentes, mas da censura ideológica e opressiva dos proprietários dos jornais e dos anunciantes. Essa autocensura, provavelmente, devassou mais linhas, conteúdos, páginas, caricaturas, que a caneta do censor do Estado.

Os alternativos pós-1964 deram voz a novos debates, posicionaram-se abertamente contra a ditadura e defenderam, algumas vezes em primeira mão, com veemência, a cultura popular, a democracia, as minorias, a classe trabalhadora, a Constituinte, a Lei de Anistia, entre outros tópicos. Expuseram a ferida de assuntos não comentados pela grande imprensa, que muitas vezes, precisou “correr atrás” para equiparar-se aos temas levantados pelos alternativos. O interessante é que mesmo esta não tendo o mesmo alcance de público da imprensa corporativa, muitas reportagens feitas pelos alternativos incitaram ou obrigaram-na a discutir o assunto, o que levava o debate a um maior número de pessoas e, assim, colaborava a formar a opinião pública.

Ou seja, mesmo a imprensa escrita não sendo um meio de comunicação de massa no Brasil, o que circulava nas páginas da grande imprensa ditava o chamado “senso comum” da população brasileira; logo, quando um tema atingia esse espaço, tinha uma abrangência maior que dos leitores dos alternativos.

Se olhar por esse espectro, o papel assumido pelos jornais alternativos ultrapassou suas páginas e sua função de informar e de opinar. Eles assumiram um papel político e foram um espaço de convivência da oposição brasileira, em especial da esquerda. Como salientou Bernardo Kucinski:

“os jornais alternativos de esquerda representavam, de um lado, a busca de novos espaços por parte de jornalistas que se sentiam bloqueados sem sua atividade crítica na chamada grande imprensa; de outro, a necessidade— que tocava a muitos intelectuais, artistas e estudantes universitários daquela época— de construir espaços de “resistência” ao regime militar. Dessa forma, a imprensa alternativa constituía não apenas um fenômeno jornalístico, mas também um fenômeno político. Ela representava uma das mais importantes possibilidades de luta política na época. Por outro lado, ela também representava a difícil convivência entre o legal e o ilegal, o público e o clandestino”.⁶²

Desse modo, do depoimento de um dos militantes da imprensa alternativa depreende-se que ela envolvia tanto o lado de quem a fazia, concretamente, como o de um determinado círculo de leitores (intelectuais, artistas e estudantes universitários) da cena de oposição ao regime vigente. Da interação desses dois polos, principalmente, delineavam-se os aludidos espaços de “resistência”, evidentemente que em prol de bandeiras democráticas e de críticas ao regime.

1.5 – *Pasquim, Opinião e Movimento*

No Brasil, foram muitas as iniciativas voltadas para a criação de jornais alternativos, contudo, três publicações merecem realce: *O Pasquim* (1969-1991), *Opinião* (1972-1977) e

⁶² KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991, p. XIII

Movimento (1975-1981). Dentre eles, *O Pasquim* teve a maior duração e desnudou o caráter conservador que legitimava a ditadura, expondo-a ao deboche. Os jornais *Opinião* e *Movimento* focaram em uma linha editorial voltada para discussões expressamente políticas e econômicas.

A promulgação dos atos institucionais e, por consequência, o aumento da repressão no país durante a década de 1960, fez com que a imprensa fechasse as portas para o jornalismo crítico, opinativo e, principalmente, para o humor nacional em suas páginas; assim, comprometiam-se o mínimo possível com a censura. Em resposta a esse quadro, em 26 de junho de 1969, no Rio de Janeiro, saiu nas bancas o número um *d'O Pasquim*. Com nova linguagem e abordagem, era crítico da ditadura militar, que se opunha de maneira visceral, à classe média moralista e à grande imprensa. Lançado com 20 mil exemplares em banca, o semanário alcançou em um ano a extraordinária marca de vendas de 200 mil exemplares. Suas páginas misturavam política, comportamento e crítica social. Sua linguagem era coloquial, na qual incorporavam palavrões, e os temas abordados, logo, conquistaram parte da juventude da classe média progressista; por isso, ficou conhecido como o periódico dos jornalistas do bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro. Segundo Kucinski, *O Pasquim* tinha uma:

[...] crítica pontual, localizada no cotidiano e sempre muito precisa, preenchendo o vazio deixado pelo fracasso dos movimentos populares, e pelo desaparecimento da hegemonia cultural das esquerdas, que impedia o estabelecimento de uma base analítica sólida de crítica ao regime.⁶³

Seu conselho de redação, num primeiro momento, foi composto por Tarso de Castro, Jaguar, Sérgio Cabral, Carlos Prospero e Claudius Ceccon. Também compunham a equipe diversos colaboradores de renome no cenário político e cultural como Olga Savary, Ziraldo, Millôr Fernandes, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel, Martha Alencar, Sérgio Augusto, Ivan Lessa, Fortuna, Henfil, Sylvio Abreu, Miguel Paiva, Sergio Noronha, Moacir Scliar, Newton Carlos, Chico Buarque, Glauber Rocha, Caetano Velloso, Ferreira Gullar e Cacá Diegues.

Com capas irreverentes e com entrevistas com personalidades como dom Helder Câmara e Leila Diniz, *O Pasquim* incomodou o governo, dominou o campo alternativo, tornando-se o

⁶³ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários Op.Cit.*, p. 154.

único contestador das notas oficiais. Passou a ridicularizar os símbolos e *slogans* criados pela ditadura como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Ninguém segura este país”. O estonteante sucesso e a afronta ao governo fizeram com que a censura fosse implacável. Empresas que publicassem publicidade nas suas páginas se tornariam inimigas do regime. Isso foi suficiente para a queda a zero na publicidade. Em resposta as suas reportagens, em 1^o de novembro de 1970, a redação foi invadida pelos policiais do Doi-Codi que prenderam todos os presentes, exceto Tarso de Castro, que conseguiu fugir pelo muro dos fundos e continuou editando o jornal clandestinamente. Os jornalistas ficaram detidos por oito semanas e, depois desse período, *O Pasquim* não conseguiu se recuperar, pois o país vivia uma nova fase, em que se abriu um período de reflexão crítica e não bastava mais o deboche.

Esses fatos, dentre outros como a queda de publicidade, o colapso econômico, durante a década de 1970, que diminuiu o poder de compra da classe média, e o fim do monopólio do mercado alternativo, fizeram com que as vendas despencassem. No ano de 1972, por exemplo, venderam 48,5 mil exemplares, no ano seguinte, os números diminuíram para 40 mil exemplares. Ainda assim, era uma venda expressiva, pois a *Veja* e o *Opinião*, concorrentes do semanário, vendiam, em média, essa mesma quantidade. Nem o fim da censura prévia no *O Pasquim*, em 14 de março de 1975, foi suficiente para retomar os indicadores dos tempos áureos. Aliás, a partir desse momento, a estratégia do jornal mudou, dando início a uma fase de não mais resistência, mas de promoção de campanhas políticas com o jornal personificado na figura de Ziraldo.

Alguns jornalistas e opositores do regime sentiam a necessidade de criar um jornal não só alternativo aos temas abordados pela grande imprensa, queriam um espaço de criação livre jornalística, sem os grilhões da autocensura do proprietário ou do editor. Desejavam fazer um jornal opositor ao regime, mas com discussões políticas sobre temas como educação econômica, que contemplasse as demandas dos movimentos sociais. Dentre esses sonhadores, estava Raimundo Pereira que, articulado com outros jornalistas, idealizaram um periódico, mas problemas não faltaram para concretizar essa ideia, a começar pela parte financeira.

Morando em Londres desde o começo da década de 1970, o empresário Fernando Gasparian era um dos porta-vozes da chamada burguesia nacional, composta por empresários dos setores têxtil, metalúrgico e mineral, que apoiavam Jango e foram aliados da cena do poder pelo golpe

de 1964. Fernando Gasparian também ansiava por um jornal crítico, alternativo à grande imprensa. Em um encontro com o jornalista Bernardo Kucinski, descobriu este grupo de jornalistas que queriam fazer um jornal, porém não tinham a visão empresarial, nem o capital necessário para o projeto.

Nessa época, começaram as negociações entre Fernando Gasparian e o grupo representado por Raimundo Pereira. Os jornalistas tentaram um acordo de sociedade com o empresário, mas não obtiveram sucesso. Ficou acordado que o domínio e a administração da empresa ficariam a cargo de Gasparian, e a liberdade intelectual, sob responsabilidade da redação chefiada por Raimundo Pereira, o editor-chefe.⁶⁴ A equipe de redação também entrou em discordância quanto ao nome do jornal; queriam Assuntos, Fernando Gasparian insistiu em *Opinião* e reiterou, segundo Carlos Tônico Ferreira⁶⁵ (Tônico Ferreira), “nome põe qualquer um, depois vê o que vai fazer com ele”. Realmente, o nome *Opinião* tornou-se o símbolo da resistência política da imprensa alternativa, palco de confluência da oposição com um debate político sério, no qual pesquisadores e intelectuais expurgados das universidades públicas, pelo Decreto-lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969⁶⁶, tinham o direito à fala e participação.

Assim, em 23 de outubro de 1972, nasceu o número zero de *Opinião*, com quatro páginas, formato tabloide, ilustrado e com diagramação elegante. O número um, lançado em 13 de novembro de 1972, tinha 24 páginas, que se tornaria o padrão. Vendeu 26 mil exemplares em banca, vendagem bastante expressiva para o período de crise, e para o âmbito da imprensa alternativa, seria semanal, saindo às segundas-feiras.

Nos primeiros oito números, *Opinião* manteve uma média de venda de 30 mil exemplares em banca. A venda do jornal ia além das necessidades de manutenção do periódico, contemplava uma atividade de aglutinação política, militante, na qual o apelo para compra era de fazer frente

⁶⁴ Não é uma preocupação desse trabalho analisar se de fato a Ação Popular (AP) realmente dava diretivas ao editor Raimundo Pereira, por meio do contato com o jornalista Carlos Azevedo, seu militante a época. Bernardo Kucinski, afirma essa ligação em seu livro *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

⁶⁵ Entrevista de Carlos Tônico Ferreira a Carlos Azevedo, Maria Amaral e Natália Viana, em 22 de outubro de 2009. Entrevista disponível em *CD-ROM* na coleção *Jornal Movimento: uma reportagem de Carlos Azevedo*.

⁶⁶ O decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, foi instituído no governo do presidente Artur da Costa e Silva. Previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime.

ao regime; afinal, a manutenção de sua existência já era uma batalha contra a ditadura. O jornal começou a ter problemas com a censura a partir do número nove em que nele foi instaurada a censura prévia. Durante essa censura, convivia na redação a censora senhora Marina, que, segundo Raimundo Pereira⁶⁷, era uma pessoa ótima, de fácil acesso, sentava com sua esposa Suzie para tomar chá e liberar as matérias. Essa proximidade dos censores com a equipe de jornalistas era mal vista pelo governo. Então, dona Marina foi afastada, com o argumento de que a redação a enganava. Depois quatro censores passaram pela redação antes da ordem de encaminhar as matérias à Polícia Federal, em Brasília, segundo relato de Raimundo Pereira.⁶⁸

Com a obrigatoriedade do envio das reportagens à capital a partir de 10 de abril de 1973, Fernando Gasparian desrespeitou a censura e publicou o número 24 sem os cortes. Esse número foi recolhido nas bancas e Tariq de Souza, Fernando Gasparian e Raimundo Pereira foram detidos, mas logo soltos devido aos apelos de suas esposas na delegacia⁶⁹. Esse episódio motivou a ação de *Opinião* junto ao STF alegando que a censura prévia no periódico era inconstitucional e que não havia aparato legal para isso.

Diante desses fatos, Fernando Gasparian instituiu como procurador o ex-Ministro do STF, Adauto Lúcio Cardoso, para representar *Opinião* contra a censura no STF. O jornal ganhou a alegação de inconstitucionalidade da censura prévia por votos muito apertados: seis a favor e cinco contra, totalizando os onze membros do STF. Essa vitória foi, contudo, mais simbólica que duradoura, pois o presidente Emilio Garrastazu Médici autorizou, por meio de um despacho, o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, a execução da censura prévia ao semanário com base no AI-5.⁷⁰

Entretanto os militares não trataram, geralmente, a censura à imprensa com normas ostensivas, mas diretas e muitas vezes dissimuladas. Seu objetivo era o conteúdo político *strictu sensu*, por isso, os jornais alternativos foram os que mais sofreram com a censura. O ato

⁶⁷Entrevista de Raimundo Pereira a Carlos Azevedo, Maria Amaral e Natália Viana, em 9 de outubro de 2009. Entrevista disponível em *CD-ROM* na coleção *Jornal Movimento: uma reportagem de Carlos Azevedo*.

⁶⁸ *Ibid.* entrevista de Raimundo Pereira.

⁶⁹ *Idem.*

⁷⁰ Ofício GM/0165-B do ministro da Justiça ao presidente da República, supostamente de 29 de março de 1971, Caixa 1. In: FICO, C. *Além do golpe...* Op.Cit., pp.89 e 117. Carlos Fico levanta a hipótese desse documento ser um papel forjado para justificar o episódio de *Opinião*.

censitário, principalmente na grande imprensa, era praticado de maneira concedida com a autocensura dos editores, pois, num primeiro momento, chegavam às redações cartas, mensagens ou telefonemas, muitas vezes anônimos, prescrevendo o que podia ou não ser publicado.

Instituída a censura, num segundo momento, a critério do governo, era aplicada a censura prévia com a presença de censores nas redações dos jornais, tal como ocorreu no *Pasquim*, *Opinião*, *Tribuna da Imprensa*, e mais tarde na revista *Veja*. As matérias vetadas deveriam ser preenchidas com outro conteúdo, não sendo permitidos espaços em branco, como as citadas determinações da época de Arthur Bernardes, na Primeira República. Em protesto, alguns periódicos substituíam essas matérias por receitas de bolo, poemas, trechos de livros, enfim, textos fora do lugar e, assim, surpreendiam o leitor, levando-o a perceber que a imprensa sofria censura. Todavia, as receitas culinárias faziam certo sucesso, pois as redações recebiam cartas de leitoras reclamando das receitas. Por último, quando julgado necessário pelo governo, fazia-se o envio semanal das matérias à Polícia Federal em Brasília, como foi o caso do jornal *Movimento*.

A partir do aperto da censura, o semanário virou um jornal exclusivo de resistência. Suas vendas caíram e a cada semana, para fazer o jornal circular, os editores trabalhavam dobrado, fazendo uma média de cem matérias por semana, o dobro do que o necessário para que a edição não saísse prejudicada pelos cortes; e, mesmo assim, em algumas semanas só saíram praticamente as matérias internacionais.

A visão empresarial de Fernando Gasparian foi fundamental para o destaque do jornal o qual convidou personalidades nacionais para colaborar no periódico como Paulo Francis, Fernando Henrique Cardoso, Chico de Oliveira e Pedro Paulo Popovic. Estes três últimos eram responsáveis pela coluna de economia, fazendo com que o tema fosse o mais didático possível para o leitor. Segundo Raimundo Pereira⁷¹, para testar a aceitação da imagem do jornal, pegou o primeiro exemplar, foi à rua e parou o primeiro *popular* que passava e o indagou sobre o que ele achava daquele jornal. Este respondeu que deveria ser bom, afinal, tinha uma matéria do Paulo Francis. O convite de pessoas de renome nacional colaborou para o sucesso de *Opinião*.

⁷¹ Entrevista Raimundo Pereira ao Projeto “*Resistir é Preciso*” em janeiro 2010.

Também firmou contrato com agências internacionais de prestígio como *The Guardian*, da Inglaterra; *Washington Post* e *The New York Review Books*, dos Estados Unidos e *Le Monde*, da França. Além de fornecer uma síntese do cenário internacional, a equipe acreditava que a presença desses jornais intimidaria a censura, o que de fato não aconteceu.

Apesar de *Opinião* ter sido a voz da oposição, esses jornalistas, colaboradores e leitores representavam uma parcela pequena da sociedade brasileira. Segundo Kucinski, o jornal nunca saiu do círculo dos leitores intelectuais, pois, segundo pesquisa feita em 1974, 40% dos leitores pertenciam à classe A, 42% eram da classe B, 18% estavam na classe C e nenhum leitor da classe D, ou seja, mesmo com expressão nacional e seu papel de espaço de articulação da oposição, o universo atingido por *Opinião* era restrito se comparado com a sociedade brasileira. Segundo Élio Gaspari,

[...] sem o ar moleque d'*O Pasquim*, foi o semanário *Opinião* que entrou mais fundo na cabeça da juventude universitária [...] tinha 80% de seus leitores nas classes A e B. Mais que isso, ia buscar numa nova esquerda mundial projetos de militância desligados da velha proposição marxista, na qual todas as atividades revolucionárias deveriam confluir para o grande projeto da tomada de poder. Em *Opinião*, havia espaço para as mulheres, os negros e os homossexuais como tais, sem que fizessem parte de nenhuma marcha da humanidade em direção ao socialismo.⁷²

Em defesa dos movimentos sociais que estavam florescendo novamente no cotidiano das cidades brasileiras, a redação de *Opinião* pretendia seguir sua linha de abordagem no jornal. No entanto, com o projeto de abertura apresentado pelo presidente Ernesto Geisel, Fernando Gasparian acreditou que o semanário deveria ter uma política de interlocução com o projeto de abertura. Nesse momento, o empresário e Raimundo Pereira entraram em conflito. Parecia ser mais uma das tantas divergências que tinham, mas a tentativa do proprietário do jornal em colocar propagandas gratuitas da Petrobras nas páginas do semanário, foi o estopim para a demissão do editor-chefe.

⁷² GASPARI, E. Alice e o Camaleão. In: GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir (orgs.). *Cultura em transito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, p.27.

A redação não concordou com a demissão de Raimundo Pereira e parte dela pediu demissão. Assumiu a edição de *Opinião* o jornalista, Argemiro Ferreira, que permaneceu até junho de 1976. Foi sucedido pelo próprio Gasparian que suportou levar a edição até abril de 1977. Decidiu fechar o jornal por não aguentar o boicote financeiro, nem a censura implacável. Durante sua existência, *Opinião* publicou 5.000 mil páginas impressas e o mesmo número de laudas foram censuradas, cinco edições foram apreendidas e uma proibida de rodar, houve prisões de seus jornalistas e uma bomba explodiu em sua sede.

Os dissidentes do projeto *Opinião* se reuniram e decidiram, finalmente, realizar o sonho de fazer um *jornal dos jornalistas*, afinal, as circunstâncias eram outras em 1975: alguns jornais tinham sido liberados da censura prévia, o governo mostrava sinais de distensão do regime e a sociedade civil estava se rearticulando em movimentos contra a ditadura, por isso, acreditavam que a censura seria mais branda e, talvez, conseguissem receita proveniente de publicidade. Assim nasceu o semanário *Movimento* que se destacou por ser o primeiro a expressar, com clareza, seu programa, defendendo as liberdades democráticas, a independência nacional e a elevação do padrão de vida dos trabalhadores.⁷³ Além disso, foi o primeiro jornal administrado e mantido majoritariamente por jornalistas. Segundo seus idealizadores em seu exemplar de apresentação, o *Movimento* era o jornal dos jornalistas, no qual teriam liberdade editorial para pensar e escrever, sem ter que obedecer ao “patrão”.⁷⁴

Todavia, se os jornalistas do *Movimento* não tinham que se submeter a um “patrão, teriam que enfrentar outras adversidades, não só as inerentes às responsabilidades de um dono de jornal, como também as circunstâncias políticas do regime.

Com a desarticulação das esquerdas no final da década de 1960 e início de 1970, os militares voltaram sua atenção para os novos espaços de resistência ou combate ao regime. Desse modo, os jornais alternativos, que a partir do projeto de distensão tornaram-se parte das lutas contra o regime, aumentaram sua dimensão em decorrência do fechamento de outras vias de resistência. Assim, mesmo que o círculo de pessoas engajadas em fazer o jornal, colocá-lo em circulação, como também recepcioná-lo – lê-lo, debatê-lo e passá-lo adiante para outros leitores – tenha sido

⁷³ BUENO, Márcio. A imprensa alternativa - Ontem e Hoje. In: MELLO, Maria Amélia (org.). *Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p.53.

⁷⁴ MOVIMENTO, São Paulo: Experimental Um. *Nasce um jornal*, abr. 1975, p.5.

relativamente pequeno, não deixa de ser representativo, posto tratar-se de uma parcela da sociedade diretamente envolvida na articulação da luta pela democracia. Em outras palavras, compreender os significados de um jornal como *Movimento* na conjuntura política de então, contribui para a percepção de como se articulava o discurso em prol da luta democrática.

Capítulo 2 – Movimento: um jornal democrático

2.1 As tratativas da criação

“Nasce um jornal” estampava a capa do número zero do novo periódico *Movimento*, editado em 30 de junho de 1975. O número um saiu na semana seguinte, no dia 7 de julho de 1975, uma segunda-feira. Nas bancas de jornal, surgiu um novo periódico, um semanário com fazer democrático, sem padrão, como ficou conhecido. Compromissado em fazer oposição ao regime militar, *Movimento* era extremamente voltado para as discussões políticas e econômicas, tanto no cenário nacional como no internacional, e para a defesa da luta democrática no Brasil. Designava-se um jornal de frente ampla, pois abarcou múltiplas correntes políticas em seu quadro de jornalistas, colaboradores e acionistas, predominando as correntes de esquerda.

O jornal era a realização de um sonho antigo de Raimundo Pereira, Antônio Carlos Ferreira (Tônico) e Marcos Gomes: fazer um periódico composto e gerenciado apenas por jornalistas. Seus criadores, advindos da dissidência do jornal *Opinião*, tiveram outras tentativas de montar um semanário que não só cobrisse notícias, mas que fosse também um espaço de reflexão política.

Após a saída de parte da equipe de *Opinião*, em razão da discordância da demissão de Raimundo Pereira por Fernando Gasparian, proprietário daquele semanário, no dia 18 de fevereiro de 1975,⁷⁵ os egressos se reuniram e começaram a pensar um novo jornal. Estavam envolvidos nesse novo projeto Raimundo Pereira, Tônico Ferreira, Marcos Gomes, Maurício Azedo, Jean-Claude Bernardet, Aguinaldo Silva, Elifas Andreato, Bernardo Kucinski, Fernando Peixoto, Chico de Oliveira e Teodomiro Braga. Esses três primeiros se encontravam desempregados e foram mantidos financeiramente por Frederico Magalhães Gomes, irmão de Marcos Gomes; Raymundo Theodoro de Oliveira foi Deputado Federal pelo Rio de Janeiro anos depois; Gilcio Martins era engenheiro da DIGITAL Equipment Corporation; Ezequiel Dias era engenheiro do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

⁷⁵ Na edição número 122 de *Opinião*, Gasparian alegou problemas pessoais com Raimundo Pereira que o levaram a desligá-lo da equipe. Para maiores detalhes deste episódio, ver o capítulo 1 dessa dissertação.

O projeto tinha a independência econômica e a direção democrática como princípios. Com efeito, tentava-se fazer o jornal de forma mais democrática possível, por isso, semanalmente havia diversas reuniões e discussões para debater as pautas da edição seguinte, dentre outros assuntos, como os cortes feitos pela censura. Às terças e quintas, faziam-se reuniões técnicas para discutir o fechamento do jornal. Essa operação era constituída por duas etapas: na primeira, decidia-se o espelho do periódico, que era encaminhado para a censura e, na segunda etapa, escolhia-se a capa e a equipe se desdobrava para diagramar o semanário com o que tinha sobrevivido ao crivo do censor.

Para garantir a democracia interna, foram criados dois conselhos, o Conselho de Redação e o Conselho Editorial. Segundo Kucinski, os jornalistas da década de 1970 foram influenciados pelos trabalhos de Antônio Gramsci que defendia que um jornal não deveria se subordinar a partido político, pois o *jornalismo só poderia ser feito se fosse uma entidade em si mesma, geradora do seu próprio conhecimento, e portadora de uma ética específica, embora ligado aos grandes movimentos sociais*.⁷⁶ A partir desse conceito, a constituição de um conselho era fundamental para demonstrar o caráter não diretamente partidário reforçando, assim, a proposta inicial de *Movimento* de um espaço plural de resistência.

O Conselho de Redação participava do dia a dia do jornal, das reuniões de crítica, que normalmente ocorriam aos sábados, das decisões de pauta, aconselhava o editor-chefe, representava toda a sua redação e os colaboradores. Em suma, tinha uma função mais técnica e jornalística e tomava as principais decisões do jornal. O Conselho Editorial era composto por colaboradores oriundos da intelectualidade nacional, que afinavam-se com os propósitos e princípios do semanário. Ainda que esse conselho não participasse do cotidiano da redação, dava respaldo e apoio ao periódico e, principalmente, notoriedade nacional e internacional ao projeto.

O primeiro Conselho de Redação deveria ser provisório até que a equipe do periódico estivesse formada e convocasse novas eleições para seu preenchimento. Alguns membros foram, contudo, agregados nos primeiros anos e, em 1977, sua composição foi modificada com a saída de alguns membros que discordavam dos rumos do jornal. Essa cisão ficou conhecida como o “racha de 1977”.

⁷⁶ KUCINSKI, B. *Jornalista e revolucionários...* Op.Cit., p.76.

Compunham o Conselho de Redação no lançamento do jornal Raimundo Pereira, ex-editor de *Realidade, Veja e Opinião*; Teodomiro Braga, ex-correspondente de *Opinião* em Belo Horizonte; Aguinaldo Sival, jornalista de *O Globo*; Antônio Carlos Ferreira, ex-editor da revista *Realidade* e ex-editor executivo de *Opinião*; Bernardo Kucinski, físico de formação, porém correspondente atuante no jornalismo da British Broadcasting Corporation (BBC) de Londres; Elifas Andreato, ex-diretor de arte da Abril Cultural que também trabalhou em *Opinião* e *Argumento*; Fernando Peixoto, ator e diretor de teatro; Francisco Oliveira, sociólogo; Francisco Pinto, conhecido como Chico Pinto, ex-prefeito de Feira de Santana, que depois foi Deputado Federal da Bahia pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) da ala conhecida como autêntica; Jean Claude Bernadet, crítico e roteirista que já tinha colaborado em alguns meios de comunicação como as revistas *Brasiliense, Civilização Brasileira, Tempos Modernos, Argumento, Opinião*; Marcos Gomes, ex-diretor de economia de *Opinião*; e Maurício Azedo, jornalista de *O Estado de São Paulo* e membro da diretoria da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Nos anos seguintes, o Conselho foi acrescido dos seguintes membros: Sérgio Buarque, Juca Martins, Flávio de Carvalho, Flávio Aguiar, Alberto Duarte (Betinho) e Francisco Marsiglia.

O Conselho Editorial, por sua vez, era composto por personalidades de reverberação nacional como o músico Chico Buarque De Holanda; o sociólogo Fernando Henrique Cardoso; o jornalista Audálio Dantas, então presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo; o indigenista Orlando Villas-Boas; o escritor pernambucano Hermilo Borba Filho; o político e intelectual gaúcho, André Foster; o pensador católico mineiro Edgar da Mata Machado; e o deputado do MDB, Chico Pinto.

O espaço de discussão era livre, e todos que compunham o jornal, desde acionistas a assinantes, podiam participar das discussões que costumavam ocorrer nos finais de semana. Durante esses debates, as disputas políticas afloravam, e o periódico era dissecado desde sua capa até a última reportagem, sempre sob uma ótica política. Como apontou Carlos Azevedo na obra *Jornal Movimento: uma reportagem*, “[...] nas reuniões, já iam se evidenciando as várias tendências de pensamento político dentro da equipe. Os relatórios desses debates eram depois mimeografados e distribuídos – mais de 500 exemplares – para colaboradores e acionistas.”⁷⁷

⁷⁷ AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011, p.114.

Assim, evidencia-se que a imprensa alternativa e, mais particularmente, o *Movimento* era um espaço de confluência da oposição ao regime militar, um projeto político que visava defender uma frente política ampla e democrática. Além das reuniões de pauta semanais abertas ao público, Tônico Ferreira era responsável por enviar o relatório com a ata da reunião para todos os colaboradores, funcionários, acionistas e assinantes do jornal para que tivessem conhecimento dos debates da redação. Anexo a esse relatório, acompanhava o registro de toda censura feita ao jornal pelos órgãos do governo.

Quanto à viabilidade econômica, Sérgio Motta, empresário e dono da empresa Hidrobrasileira, bancou, a título de empréstimo⁷⁸, os primeiros meses do jornal até que este conseguisse capital para se manter. Entretanto, permanecia a questão de como um jornal sem padrão que o financiasse poderia se manter. Afinal, dificilmente bancos emprestariam dinheiro para um projeto declaradamente de oposição ao governo. Além disso, seria inviável contar com a publicidade como futura fonte financeira, dentre outras variáveis, devido ao fato de que um dos maiores investidores em publicidade era o governo, que dificilmente iria “subsidiar” indiretamente um periódico de oposição, em especial um jornal com as características do *Movimento*.

A solução encontrada por Sérgio Motta, diretor financeiro do jornal durante sua existência, foi cotizar as ações da Edição S/A, criada para produzir *Movimento* e sediada na rua Virgílio de Carvalho Pinto, 625, no bairro de Pinheiros da capital paulista. Ela seria controlada pelos jornalistas que, ao adquirirem as ações, doavam automaticamente 51% delas ao Conselho de Redação, que representava os empregados do jornal. Estava previsto que, com o passar do tempo, as ações destinadas ao Conselho de Redação deveriam ser distribuídas pelos membros da redação. Assim, na prática, os jornalistas seriam os donos do semanário. Os quase 500 cotistas do primeiro ano do jornal não estavam interessados, segundo Fernando Marsiglia, em ganhar dinheiro, senão em garantir a sobrevivência de um jornal de combate à ditadura.⁷⁹

⁷⁸ No tocante ao empréstimo feito por Sérgio Motta ao *Movimento* não encontrei nenhum registro no acervo do jornal localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Não consultei o arquivo pessoal de Sérgio Motta, da Instituição Sérgio Motta em São Paulo. Segundo a descrição do sítio eletrônico da Instituição a prestação de contas do jornal se encontra nesse arquivo. Nenhum dos textos sobre *Movimento* levantados no escopo deste trabalho abordaram essa questão.

⁷⁹ AZEVEDO, Op. Cit., p,99.

Após quatro meses de campanha para angariar fundos, foi lançado o número zero, uma edição experimental com intuito de divulgar o projeto e publicizá-lo para conseguir mais fundos com acionistas e assinantes. Era um folheto de oito páginas, com tiragem de 70 mil exemplares, que apresentava o novo semanário e explicava o que era o jornal, como funcionaria, quais os seus princípios e quem compunha sua equipe. Entretanto, não só os leitores ficaram interessados no projeto, mas também o governo que, entre a publicação do número zero e o número um, instituiu a censura prévia em *Movimento*, por meio do ofício 437/75, em 4 de julho de 1975.

Vale ressaltar que os órgãos repressores do governo tinham conhecimento da construção da equipe e do novo semanário antes mesmo da publicação do número zero, de acordo com o documento do SNI⁸⁰, que sabia do projeto do semanário, mas queria mais informações sobre as pessoas que estavam colaborando financeiramente para a realização do projeto. Segundo este documento, Raimundo Pereira, em palestra aos alunos da Universidade de Brasília (UnB), no dia 5 de maio de 1975, anunciou que em breve lançaria um novo jornal com a equipe de jornalistas que fora demitida de *Opinião*, e que já tinha angariado 600.000 cruzeiros, faltando arrecadar mais 400.000 cruzeiros com vendas de ações do futuro semanário para colocá-lo na praça.

2.2 Número Zero: nasce o jornal Movimento

Com menos da metade do número de páginas que caracterizaria o jornal, o número zero trazia uma capa estampada com o nome “MOVIMENTO” e o fundo em um *dégradé* de cor marrom, cujo tom aumentava conforme se aproximava do rodapé. Com a epígrafe “Nasce um jornal”, anunciava-se o início de uma trajetória de seis anos de luta democrática engajada com as causas sociais do Brasil e com o fim da ditadura militar. No lado direito superior, havia o preço do semanário, cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00), que iria circular todas as segundas-feiras, a princípio com 28 páginas.

A capa desse número experimental bastava para identificar as características e as bandeiras defendidas pelo projeto. Por exemplo, em seu subtítulo que dizia “Dirigido por um conselho

⁸⁰ Fonte: Documento sobre palestra de Raimundo Pereira na UnB, disponível no Arquivo Nacional, pasta SNI, documentação número A0931860 – 1976 – 27.5.1976.

eleito pela redação, feito com o trabalho e o dinheiro de mais de 300 pessoas, entre as quais mais de 100 jornalistas; “nasce um jornal democrático” ficava claro que o semanário era a favor da liberdade total de expressão e de imprensa, como do *modus operanti* democrático e coletivo jornalístico, livre dos grilhões da autocensura da grande imprensa e do grande capital. Para os idealizadores de *Movimento*, o jornalista deve ser livre para escrever, ou seja, o seu compromisso é com a matéria e o leitor, e não com os interesses dos anunciantes e do dono do jornal.

Por ser um periódico que abarcava uma frente ampla política, *Movimento* destaca-se, na história do Brasil e da imprensa alternativa, como um espaço de convivência democrática da oposição ao regime militar (1964-1985), pois nele as principais decisões eram feitas a partir de intenso debate, dando a oportunidade de todos os componentes participarem, buscando evitar deliberações verticais individuais e tentando dar espaço às correntes políticas que habitavam o jornal.

Das oito páginas do número zero, a primeira e a última laudas eram destinadas à capa e contra capa, as quais apresentavam, exatamente, a mesma composição gráfica (eram iguais). O verso da primeira página, ou seja, o verso da capa, abria espaço para os acontecimentos no centro do poder, que estava dividida em duas colunas: Política em Brasília e Semana em Brasília.

Na terceira página, estava a coluna Gente Brasileira e, no canto direito, um quadro com o expediente do semanário. As páginas seguintes ficaram destinadas ao texto de Raimundo Pereira, intitulado Nasce um Jornal. Nelas, ele explica como, por quê, quando o *Movimento* nasceu e quais seus objetivos.

As colunas Política Nacional, Semana em Brasília e Gente Brasileira fizeram parte não só do número zero, como praticamente de todos os números do periódico. A Política Nacional trazia fatos relevantes do cenário político da semana. No caso do número zero, havia uma reportagem sobre Shigeaki Ueki, então Ministro de Minas e Energia do governo Ernesto Geisel. Segundo a coluna, o ministro contradizia-se a todo momento, quando primeiro defendia a celebração de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras em território nacional, e depois recuava no seu discurso.

Na coluna Semana em Brasília, escrita pelo membro do Conselho de Redação e Deputado Federal baiano pelo MDB, Chico Pinto, comentam-se fatos julgados relevantes para a política

nacional. No número zero, o tema era o desempenho político do ministro Ueki, e o colunista defendia que a Petrobras não precisava se arriscar para fazer pesquisas por novas fontes de petróleo no Brasil. Vale ressaltar que nem sempre os assuntos dessas duas colunas estavam relacionados entre si e que a Semana em Brasília tinha uma característica mais opinativa, do que de reportagem. Outro fato curioso é que, no número zero, ao final das duas colunas, vinha escrito “**Movimento** (negrito original) *dia 7 de julho, em todas as bancas, 28 páginas, Cr\$5,00*”, reforçando o caráter publicitário da edição número zero. Esse trecho, ao final do texto, seria recorrente em algumas matérias ou, algumas vezes, no meio delas ao longo dos anos que o jornal sofreu censura. Como já mencionado, de acordo com a legislação, era proibido incluir novos trechos nas palavras, linhas ou parágrafos cortados e, tampouco, podia deixar em branco a parte censurada. Uma das alternativas adotadas pela redação foi deixar esses trechos promovendo o jornal, ou quando o corte era muito grande, substituíam-no por um quadro preto, escrito em letras brancas “Assine Movimento”.

A coluna Gente Brasileira era o espaço de reflexão da equipe *Movimento* com os problemas sociais do país e tinha o intuito de deixar patentes esses temas. No número zero, trouxe uma reportagem com um contínuo de um jornal carioca, Edimilson, conhecido como Cigarrinho. Ele descreve seu cotidiano de trabalhador e morador do subúrbio carioca, dependente dos trens da Central do Brasil para chegar até o centro da cidade, que normalmente seguia de ônibus até seu trabalho. Ao descrever seu cotidiano, aborda os problemas de superlotação dos vagões, da falta de manutenção dos trens, dos atrasos recorrentes, dos assaltos e ainda avalia que não havia interesse do governo em melhorar aquela situação, pois a estratégia do Estado brasileiro era investir muito dinheiro no transporte rodoviário.

Apesar da intenção do jornal publicar histórias cotidianas de pessoas das camadas populares, a coluna Gente Brasileira não passou de mero instrumento descritivo dessas histórias, não conseguiu ir além das informações, ou seja, o jornal não estabeleceu vínculo com as camadas populares, permanecendo como leitura semanal de parte da classe média.

No canto direito, ao lado de Gente Brasileira, vem a lista dos nomes dos jornalistas e colaboradores⁸¹ que compunham a equipe de *Movimento*, a maioria egressa do jornal *Opinião*,

⁸¹ Ver anexo 2.

como vimos. Ao final da lista, vem escrito em negrito “Movimento, um semanário de informação e análise preocupado com A GENTE BRASILEIRA E A CENA BRASILEIRA” e o endereço e telefones para contato do semanário. O destaque em caixa alta para o nome das colunas faz uma alusão à preocupação da equipe do semanário com os problemas sociais e à promoção do povo brasileiro, ou seja, defendiam que este devia assumir o seu lugar como dono do poder. Assim, o periódico se apresentava como imprensa informativa e de opinião.

Quanto à questão gráfica, o jornal, nessa edição zero, era composto muito mais por texto do que por gravuras, o que foi uma constante na trajetória do periódico. A coluna Política Brasileira trazia uma caricatura do ministro Ueki, recurso que não foi muito utilizado pela equipe de arte, pois os censores costumavam vetá-las, o que causava um desgaste muito grande na montagem da boneca do jornal.⁸²

Na coluna seguinte, encontrava-se uma gravura na qual estavam desenhados dois homens de terno, um de frente e outro de costas. Este tentava pintar a sigla BR no muro, aludindo ao símbolo dos postos BR da Petrobras e reforçando a ideia defendida por Chico Pinto de valorização da Petrobras. Aliás, o assunto “defesa da soberania nacional” foi uma constante no jornal, principalmente, desvinculando a imagem da necessidade de orientar-se pelas diretivas de outros países, em especial dos Estados Unidos.

Por último, em Gente Brasileira, há um desenho de uma multidão aborrecida, com um vagão de trem atrás e um relógio enorme, salientando o problema de atraso e mau atendimento dos trens da Central do Brasil à população.

Nas últimas quatro páginas, Raimundo Pereira, editor-chefe e um dos idealizadores do projeto, explicou como a equipe se formou, defendeu que não era um sonho recente, mostrou os problemas vividos na experiência do jornal **Opinião**, justificou a venda de ações da Edição S/A e a viabilização do projeto, quais os exemplos de periódicos que já tinham dado certo no mesmo formato de administração coletiva e finaliza apresentando três observações para uma imprensa independente: 1, o poder dos jornalistas; 2, o poder dos anunciantes; e 3 sobre a censura na imprensa brasileira. Esse texto de Pereira norteou os princípios do periódico e foi fundamental

⁸² AZEVEDO, Carlos. Op. Cit., p.95.

enquanto os membros de *Movimento* debatiam se os assuntos e a maneira como a coluna Ensaios Populares apresentavam-se ao público estavam em consonância com o projeto do semanário.

Na primeira parte do texto, Raimundo Pereira situa o embrião de *Movimento* em 1968, ano marcado, segundo ele, pelas agitações de maio, na França, pela Primavera de Praga, na Tchecoslováquia, pela ofensiva do Tet no Vietnã do Sul e pela instituição do Ato Institucional n.º 5, em 13 de dezembro de 1968. Nesse mesmo ano, duas mudanças fundamentais na vida jornalística brasileira aconteciam: o nascimento da revista *Veja* e a saída da primeira equipe de redação da revista *Realidade*, ambas da editora Abril e das quais Raimundo Pereira fez parte.

A primeira equipe que compôs a revista *Realidade*, durante o período 1966-1968, saiu em razão de uma divergência interna e decidiu montar a empresa A&C, composta apenas por jornalistas e cujo capital era originário das vendas de ações da empresa. Ela publicou algumas revistas e jornais de sucesso como o *Bondinho*, o *Jornalivro* e o *Grilo*; no entanto, em dois anos faliu. Segundo Raimundo Pereira, mesmo com a falência de A&C, esta servia de exemplo de um jornalismo independente, mas com algumas arestas que deveriam ser aparadas, sobretudo as administrativas, para que o projeto desse certo. Dentre outros projetos, esse foi o que mais inspirou a criação de *Movimento*.

Para alcançar uma imprensa independente no Brasil, na conjuntura política de um governo ditatorial que buscava fazer uma “lenta, segura e gradual” abertura política, eram necessárias três circunstâncias: o poder dos jornalistas, os anunciantes e o fim da censura, continuou Pereira em seu texto.

No item sobre o poder dos jornalistas, respalda-se o projeto de criação de *Movimento* experiências anteriores da imprensa que tinham sua redação independente, por terem participação ou domínio das ações da empresa. São eles: o francês *Le Monde*, o alemão *Stern*, o brasileiro *O Pasquim*, feito por Jaguar, Millôr Fernandes, Henfil, Ziraldo e Paulo Francis, e *Opinião* cuja redação tinha o controle ideológico⁸³ do jornal.

⁸³ Termo utilizado por Raimundo Pereira em MOVIMENTO, São Paulo: Experimental Um. *Nasce um jornal*, abr. 1975, p.7.

Em seguida, Pereira⁸⁴ fala dos anunciantes, fundamentais para manter um jornal, pois qualquer meio de comunicação escrito depende deles e da vendagem; esta última é irrisória para saúde financeira. No entanto, para conseguir ser independente ideologicamente, segundo Pereira, é necessário abrir mão da publicidade, o que acarreta num corte de gastos como recurso ao papel de baixa qualidade e poucas edições coloridas. Entretanto, mantém-se a qualidade do conteúdo jornalístico.

Pereira finaliza escrevendo sobre a censura, tema muito caro ao jornal. Posiciona-se contra ela, afirmando que, por experiências anteriores, como *Opinião*, a censura pode acabar com um jornal, e observa que a censura não poderá se manter para sempre e, ao fim, a liberdade de expressão da sociedade acabaria vencendo.

Ainda na edição zero, trouxe o perfil das pessoas que compunham o Conselho de Redação e Editorial e foi fundamental para mostrar o projeto, estabelecer sua linha ideológica de frente ampla política, em defesa de um espaço democrático e preocupado com o bem estar social da população brasileira. Seu foco seria nas questões políticas, sociais e econômicas e, anos depois, levantaria bandeiras importantes como a campanha pela Constituinte e pela Anistia. Além disso, o número zero foi o de maior tiragem em toda sua história, 70 mil exemplares. Antes mesmo do número um ser lançado, ele foi devastado pela censura, mas marcou o cenário da imprensa e da política brasileira como um opositor ao regime.

2.3. Nas páginas de *Movimento*

Quanto ao projeto gráfico, o número zero foi um embrião do que seriam as edições dos seis anos de publicação de *Movimento*. Composto, em média, de 18 a 24 páginas, dependendo dos cortes da censura e dos custos de impressão, o jornal ficou caracterizado mais pelos textos do que pelas gravuras. Na tentativa de contenção de gastos, somente as capas eram coloridas,

⁸⁴ PEREIRA, Raimundo. *Nasce um jornal*. MOVIMENTO, São Paulo: Experimental Um. *Nasce um jornal*, abr. 1975, p.7.

quando necessário, e a impressão era feita em papel de baixa qualidade, o que tornava o periódico visualmente pouco atraente.

Nas matérias sobre cultura, duas colunas tiveram destaque: Estórias Brasileiras e Ensaios, ambas focavam em assuntos sobre cultura em geral, como lançamento de livros, de álbuns musicais e peças de teatro, privilegiando a cultura nacional. Na tentativa de educar a classe operária e discutir seus problemas, foi criada a coluna Assuntos, que, por breve tempo, foi publicada destacada do jornal, com o resumo dos maiores acontecimentos do mês sobre o tema. Cumprindo o propósito de ser um espaço democrático, foi criada a coluna Cartas Abertas, na qual os leitores tinham suas cartas e opiniões sobre as reportagens publicadas. Por meio dessa coluna, é possível delinear o público leitor de *Movimento*⁸⁵, pelo menos aqueles missivistas. Teve também a coluna despojada Corta Essa, que ocupava a última folha do jornal, sempre em formato de quadrinhos e caricaturas e trabalhava, com humor ácido, algum tema relevante da semana, dando preferência a temas políticos.

Por fim, uma seção do jornal que contribuiu para uma notoriedade de *Movimento* no cenário nacional e internacional foi a publicação de parte do jornal francês *Le Monde* em suas páginas a partir de agosto de 1977. Anteriormente essa publicação ficava a cargo do companheiro alternativo *Opinião*, entretanto, com seu fechamento em abril de 1977, *Movimento* passou a publicar, até suas últimas edições e, assim, ficou conhecido como o “Le Monde brasileiro”.

Com o fim da censura em 1978, percebe-se leveza e fluidez tanto nos textos como na composição gráfica do jornal. Mesmo assim, elas não foram suficientes para torná-lo visualmente atraente, pois devido às dificuldades financeiras, a equipe via-se obrigada a fazer cortes de gastos, deixando em segundo plano a qualidade de impressão do semanário.

Outra questão muito cara à manutenção do jornal era seu equilíbrio econômico. Para sustentar-se, *Movimento* dependia das constantes contribuições dos acionistas, das assinaturas, da

⁸⁵ Dado o escopo desta dissertação, a delimitação do público leitor de *Movimento* não será contemplada, embora existam fontes que podem ser pesquisadas como os trechos das cartas publicadas em Cartas Abertas, e o arquivo do *Movimento*, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, que contém diversas cartas de leitores, acionistas, colaboradores, jornalistas à redação.

publicidade e das vendas em bancas de jornal, que garantiam 60% da entrada de capital, segundo o texto “Movimento morreu. Viva Movimento”, publicado na última edição do jornal.

A publicidade esteve presente na maioria dos números do jornal, o que deveria sanar os problemas financeiros, segundo a análise de Raimundo Pereira, abordada anteriormente. A propaganda é o carro chefe das finanças de um periódico. Para ilustrar essa publicidade, foram analisadas as primeiras e as últimas edições de cada mês do periódico, totalizando 151 publicações. Dentre os números selecionados, apenas quatro não encontrei publicidade: foram as edições 1, 4, 100 e 222.

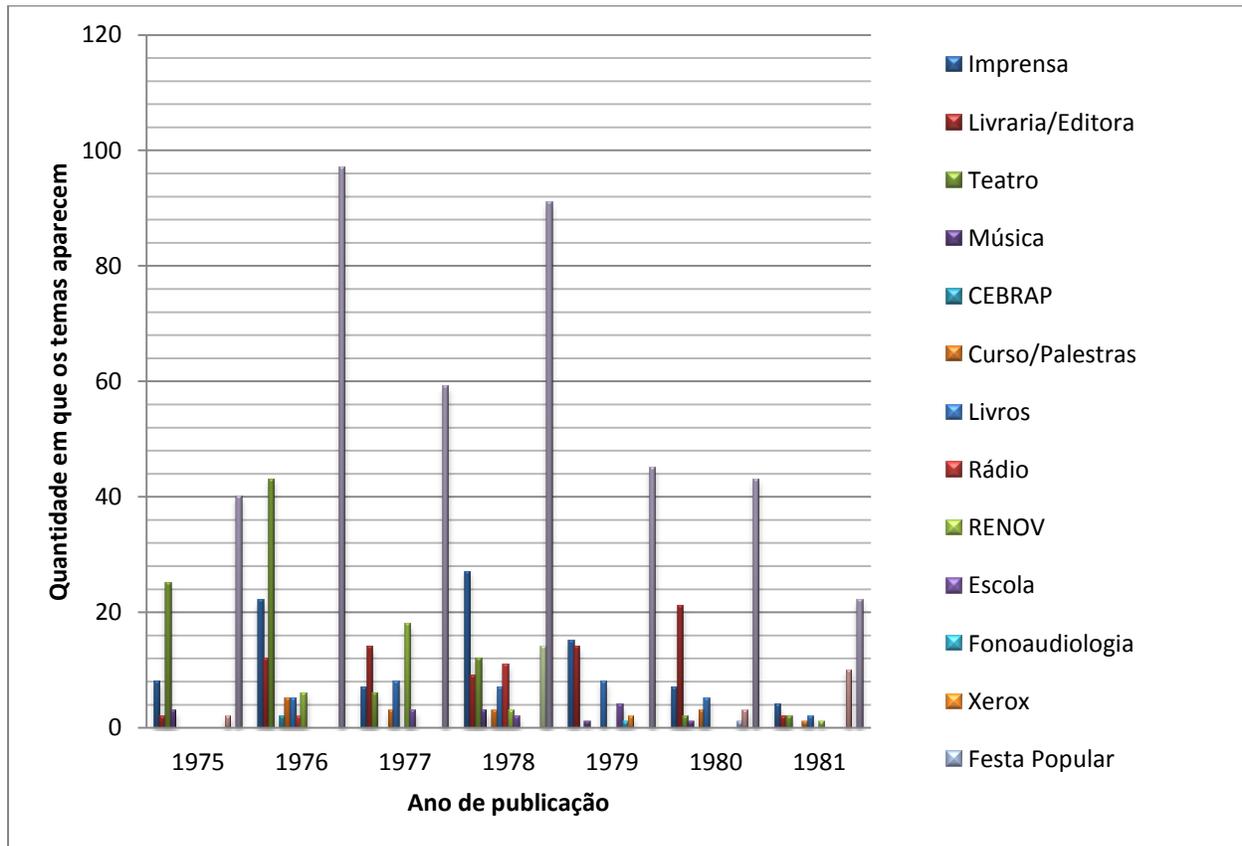
A tabela 1, em anexo, mostra que das 151 edições analisadas, 147 continham alguma publicidade, ou seja, 96,42%, um número expressivo, o que teoricamente deveria render bons lucros ao jornal. No entanto, ao analisarmos os anunciantes (quadro 2), percebe-se que a maioria compunha a cena cultural. Nessas propagandas, predominavam os seguintes assuntos: peças de teatro; lançamentos de álbuns musicais como de Chico Buarque; editoras e seus livros, em especial a editora Vozes e Civilização Brasileira; uma empresa de consultoria educacional denominada RENOV; livrarias; palestras e mesas redondas, cujos temas confluíam com as preocupações ideológicas do semanário; algumas propagandas de colégios, creches e cursinhos preparatórios para Universidade; edições de jornais e revistas da imprensa alternativa como *Versus*, *Pasquim*, entre outros, denominado Pacote da Imprensa Alternativa; algumas sobre filmes e estação de rádio paulista Bandeirantes FM.

Tabela 1 – Número de edições analisadas a fim de identifica a publicidade em *Movimento*

Ano	Número total de edições/ano	Número total de edições analisadas	Porcentagem de amostra em relação ao número total edições/ano	Porcentagem com publicidade em relação as edições analisadas
1975	26	12	46,15%	83,33%
1976	52	24	46,15%	100%
1977	52	24	46,15%	95,83%
1978	52	24	46,15%	100%
1979	53	24	45,28%	95,83%
1980	52	23	44,23%	100%
1981	47	20	42,55%	100%

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados colhidos em MOVIMENTO, São Paulo, anos 1975-1981. Coleção completa in: *CD-ROM* anexo à obra AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

Quadro 1 – Publicidade em Movimento



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados colhidos em MOVIMENTO, São Paulo, anos 1975-1981. Coleção completa in: CD-ROM anexo à obra AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011

Não foi possível, no escopo do presente trabalho, identificar a receita decorrente dessas publicidades; para isso seria necessário analisar toda contabilidade do jornal, recibo de pagamento dos anunciantes ao **Movimento** e quanto isso representava no custo de produção do semanário. Entretanto, devido aos temas encontrados, supõe-se que parte desses anunciantes não pagava ou o valor era simbólico, pois eram temas que também sofriam com a censura e a falta de investimentos de empresas mais capitalizadas, normalmente colaboradoras do governo. Ainda em relação às finanças, ressalta-se outro aspecto – o da distribuição. Ao que pese, o romantismo dos colaboradores na linha de distribuição, segundo declaração de Tônico Ferreira, administrador do jornal, era mais rentável pagar as altas taxas de distribuição à editora Abril, a ter a venda de mão em mão do militante, pois, segundo ele, esse dinheiro da venda corpo a corpo, muitas vezes,

não chegava à redação⁸⁶. Os problemas financeiros foram recorrentes no jornal e este foi um dos fatores decisivos para o seu fechamento em 1981.

2.4. O cotidiano do jornal: diante da censura e das dificuldades financeiras

“Não fazíamos um jornal para censura, mas um jornal para o público, que era censurado”, observou Sérgio Buarque⁸⁷. Ao contrário do que os jornalistas esperavam, devido à retirada da censura prévia de *O Estado de São Paulo*, em janeiro de 1975, *Movimento* nasceu sob censura. Seu primeiro número foi devassado, foram vetadas 4 capas, 18 matérias inteiras, 8 fotografias, 10 ilustrações e 12 charges. Por causa da censura rígida e inesperada, o jornal foi para a distribuidora Abril com atraso, o que retardou a sua chegada até as bancas. Sua tiragem foi de 50 mil exemplares, no entanto foram vendidos 21 mil, frustrando a expectativa de venda de 30 mil, necessária para manter a saúde econômica do jornal.

A censura dificultava, encarecia e retardava a produção do jornal. Era necessário, por exemplo, trabalhar com três a quatro matérias de capa. A partir da segunda edição, o material deveria ser enviado à Polícia Federal⁸⁸, com sede na rua Piauí em São Paulo, em três partes: nas quartas, quintas e sextas-feiras. Isso dificultava a diagramação do jornal, pois não se sabia o que seria publicado ou não. Aos sábados, o jornal era diagramado e enviado novamente à Polícia Federal para conferir se os cortes tinham sido mantidos. Somente após a liberação da censura, o jornal era impresso e distribuído pela Editora Abril.

A situação piorou a partir do número 20, que saiu no dia 17 de novembro de 1975, pois a Polícia Federal passou a exigir que a censura fosse feita em Brasília. O material deveria ser encaminhado às quartas-feiras até as 20 horas, e a matéria vetada não poderia ser substituída, sendo obrigatório o preenchimento de espaços relativos aos vetos e, se preciso, dever-se-ia reduzir o número de páginas naquela publicação. A solução encontrada para os rombos da

⁸⁶ Entrevista de Tônico Ferreira a Carlos Azevedo, Marina Amaral e Natália Viana, em 22 de outubro de 2009, disponível em *CD-ROM* da coleção *Jornal Movimento: uma reportagem*, de Carlos Azevedo.

⁸⁷ Citação em AZEVEDO, 2011, p.75.

⁸⁸ Relatório enviado a colaboradores informando sobre a censura oficial em Brasília. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Movimento, caixa 285, código A.04.02.01, documento 285.05.01.

censura foi colocar tarjas pretas no local do texto vetado e nelas escrito “Leia Movimento”. Muitas vezes optava-se por reproduzir formulários com dados a serem preenchidos e enviados à redação para tornar-se assinante do jornal. As matérias eram enviadas a Brasília de avião, ou seja, toda semana Paulo Barbosa, que trabalhava no jornal, ia ao aeroporto, em São Paulo, e contava com a colaboração de algum passageiro para levar as reportagens. Chegando à capital, alguém da sucursal de Brasília juntava as reportagens locais com as enviadas por São Paulo e encaminhava à polícia. Quinta à tarde, o material era devolvido, e a sucursal brasiliense entrava em contato com a edição, por meio de telefone, e relatava os cortes feitos⁸⁹.

Essa dinâmica repetiu-se durante três anos quando, finalmente, a censura prévia foi retirada de *Movimento* em 8 de junho de 1978, entretanto, a censura aos meios de comunicação acabaria somente em outubro de 1978 com o fim do Ato Institucional número 5. Até essa data foram vetados pela censura 3093 artigos na íntegra, 450 mil linhas de textos parcialmente, 3162 desenhos, mais de 4,5 milhões de palavras, ou seja, 40 % do conteúdo produzido foi vetado⁹⁰. No intuito de garantir a participação de todos na vida do periódico, semanalmente era enviado um relatório para as sucursais e colaboradores informando quais matérias tinham sido vetadas naquela semana.

Para que o jornal tivesse saúde financeira e independência econômica, Sérgio Motta calculou que eram necessários 1 milhão de cruzeiros para começar o negócio e deveriam ser vendidos 27 mil exemplares por semana, meta nunca alcançada. Cada vez que se identificava um rombo nas contas do jornal, pois nem as vendas, nem as assinaturas, nem a pouca publicidade eram suficientes para mantê-lo, vendiam-se mais cotas da Edição S/A. Algumas vezes fez-se necessário aumentar o preço do jornal, a que resistia a equipe, pois isso limitaria o público. Quando não havia mais solução, faziam-se cortes nos salários dos jornalistas. Segundo Bernardo Kucinski, com exceção do jornal *Pasquim*, a imprensa alternativa era débil economicamente, mas foi um espaço fundamental de articulação de um segmento da oposição ao regime, que naquele momento, tinha poucas alternativas legais de articulação e manifestação.⁹¹

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Dados coletados em MOVIMENTO, São Paulo, número 154, de 12 de junho de 1978.

⁹¹ KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários...* Op. Cit., p.191.

A resistência à censura pela equipe de *Movimento*, os baixos salários e os poucos recursos para fazer o jornal, a carga excessiva de trabalho para driblar a censura, tudo isso configura o semanário como um espaço de resistência ao regime, um espaço de luta democrática, levantada pelas fortes campanhas, iniciadas em *Movimento*, pela Constituinte e pela Lei de Anistia.

2.5. *Movimento*: imprensa *nanica* de abrangência nacional

Desde o número zero, *Movimento* declarou-se como um órgão da imprensa alternativa, que por muitos era chamada de “*nanica*”. Esse apelido viria, talvez, por seu formato tabloide e pela pequena tiragem em comparação aos jornais da grande imprensa, mas a abrangência e os efeitos de *Movimento* alcançaram todo o país, apesar de seu debate ter ficado restrito às classes médias, em especial, à esquerda.

Seu público-alvo era a oposição ao regime militar e os que defendiam a luta democrática como alternativa para enfrentar a ditadura. Seus acionistas e leitores eram, basicamente, jornalistas, inclusive os da grande imprensa colaboradora frequentemente com matérias e imagens que nela não circulariam; intelectuais, principalmente de esquerda; professores universitários e estudantes. Desde o início, a equipe de *Movimento* queria alcançar o operariado brasileiro, mas, na prática, a linguagem e a composição visual eram pouco atraentes.

Para garantir uma abrangência nacional, *Movimento* tinha sucursais espalhadas pelo Brasil: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Londrina, Recife, Salvador, Campinas, Belém, Porto Alegre e Acre.

A mais influente e organizada politicamente foi a unidade de Belo Horizonte, que chegou a reunir 500 apoiadores, depois de São Paulo. Essas unidades eram as que mais vendiam assinaturas, jornais e ações da editora. Comandada por Betinho, membro do movimento trotskista Centelha, essa unidade tinha uma participação contínua na vida do jornal. Em Porto Alegre, não houve a mesma facilidade para implementar a sucursal devido à concorrência do periódico *Coojornal*, muito forte na região Sul. Essa concorrência era saudável e bem vista entre os jornalistas, uma vez que tinham o mesmo objetivo: combater o regime militar.

A sucursal de Brasília era responsável pelas reportagens sobre a política nacional e tinha o apoio dos deputados autênticos do MDB, em especial, do deputado Chico Pinto que era o chefe da sucursal. Além dos deputados, Paulo Timm, economista do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), frequentava a sucursal e mantinha quarenta assinaturas em seu nome para distribuir o jornal no IPEA às pessoas que não queriam ter seus nomes vinculados à lista de assinantes. Recife foi responsável pela disseminação do jornal no nordeste brasileiro. Na sucursal de Salvador, o jornal contava com os colaboradores Tibério Canuto, Emiliano José e Oldack Miranda, que representavam os jornalistas de esquerda da Bahia, e tinha o apoio de grupos do movimento estudantil, como Viração e Novação.

Invasões a órgãos da imprensa alternativa foram recorrentes aos impressos da época. A sucursal do Rio de Janeiro, por exemplo, foi a única a ser invadida pela polícia, no dia 14 de abril de 1978. Na sala invadida e revirada, deixaram o seguinte recado no quadro negro: “Tem que fechar”.

Aliás, ameaças à equipe eram comuns, como as duas cartas enviadas à redação⁹². As duas encontram-se juntas no Fundo do Arquivo Movimento, na pasta de correspondências à redação. A primeira delas é um pedaço de folha pautada de caderno, destacada; nela há termos pejorativos como “socialista porco”, “comuna imundo”, “marxista porco”. As ameaças estão enumeradas de 1 a 8, sendo que no número dois está escrito “isento”, e a carta não foi assinada.

O segundo documento é um recorte do jornal que trazia o perfil e a foto dos membros do Conselho Editorial, estes também foram enumerados, acusados de implantar uma ditadura marxista e alguns rostos foram riscados com um X, como se pretendesse uma eliminação deles. Apesar desses documentos históricos estarem um seguido do outro na mesma pasta do arquivo, não se pode afirmar que foram feitos pela mesma pessoa; entretanto, a letra é bastante parecida. Outro ponto que coincide são os números da lista de predicativos com os membros do conselho. O número 2, por exemplo, em cima da foto de Villas Boas, está de acordo com o mesmo número do primeiro documento, o que levanta a hipótese das duas serem uma ameaça do Movimento Anti-Comunista Brasileiro (MAB), como está assinalado no segundo documento.

⁹² Ver anexos 3 e 4.

Capítulo 3 - *Ensaio Populares* – polêmica e perfil

3.1. Ensaio Populares: coluna ou editorial

Declarou, em janeiro de 2010, Raimundo Pereira em entrevista ao projeto *Resistir é preciso*, da Fundação Vladimir Herzog:

[...] Imprensa e democracia são coisas inseparáveis, você não pode ter um sistema democrático avançado de grande participação política sem que as pessoas sejam bem informadas. Por definição a imprensa é o instrumento [...] os canais da imprensa devem informar as pessoas para que participem das coisas de forma mais consciente.⁹³

O depoimento de Raimundo Pereira, quase trinta anos após o fim do jornal *Movimento*, expressa o objetivo primordial do grupo de jornalistas saídos *d'Opinião* ao montarem o novo semanário. Os idealizadores de *Movimento* desejavam mexer, tirar da inércia a oposição brasileira, queriam movimentar informações não circuladas pela grande imprensa, ventilar novos debates, produzir estudos científicos, levando-os ao público com linguagem acessível. Enfim, o jornal seria um instrumento de combate à ditadura militar.

O periódico alcançou esse fim em várias de suas seções, mas, ao longo de sua trajetória, a coluna Ensaio Populares (EP) assumiu o papel de espaço de debate e reflexão do jornal. A cada edição em que era publicada, abordou temas polêmicos, atuais à época e, aos poucos, de acordo com Carlos Azevedo, *causou impacto nos vários setores da oposição, tornaram-se de fato um ponto de referência para os movimentos políticos.*⁹⁴ Azevedo, que foi um dos colaboradores do jornal, em sua afirmação, caracteriza a coluna além de seu sucesso, atribuindo-lhe a incumbência de porta-voz do *Movimento* e de orientação da oposição. Afinal, o que foram Ensaio Populares?

O embrião desse projeto vem desde os primórdios do jornal *Opinião*, no qual, em diversas oportunidades, cogitou-se abrir uma seção, nas palavras de Marcos Gomes,

⁹³ Entrevista disponível em <http://resistirepreciso.org.br/a-imprensa-da-resistencia>, acessada em 3/1/2014.

⁹⁴ AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011, p.126.

[...] que tratasse didaticamente – e ao mesmo tempo, sem perder o rigor científico – de temas como a inflação, salários, preços, cálculos econômicos, mecanismos de criação e distribuição da riqueza material, comércio internacional, relações entre países dependentes e periféricos.⁹⁵

Entretanto, viabilizar um projeto desse porte requer uma pessoa compromissada e exclusiva com a coluna, que pudesse fazer estudos aprofundados sobre os assuntos em tela e de forma sistemática; e, naquele momento, não houve espaço em *Opinião* para concretizar essa ideia. Quando começaram os diálogos para execução do sonhado jornal dos jornalistas, retomaram a ideia de uma coluna opinativa que abordasse temas complexos, porém de forma didática, assim contribuindo para desmistificar a ideologia dominante.

Primeiro, precisavam encontrar quem assumiria a responsabilidade de escrever a coluna, afinal, estudos aprofundados seriam necessários, porém os textos deveriam ser breves, como o nome sugeria, eram apenas ensaios que deveriam aproximar-se da população tanto pela linguagem, quanto pela relevância do tema. Nesse momento, Sérgio Motta indicou Duarte Lago Brasil Pacheco a Raimundo Pereira para escrever a coluna. Duarte Pacheco e Motta se conheciam desde a época de adolescência quando estudaram juntos em colégio de padres; todavia, Motta familiarizou-se com a competência jornalística de Pacheco ao trabalharem na revista *Realidade*.

Duarte Pacheco, como é conhecido, nasceu em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, estudou em uma instituição católica e ainda no colégio de padres, participou do Grêmio São Tomás de Aquino, onde, segundo ele, em entrevista ao projeto *Resistir é Preciso*, lutou pela sua primeira causa. Essa causa defendia o uso da camisa *sport* ao invés da camisa social nas dependências da escola. Ele ganhou a causa. Nesse período, viveu, pela primeira vez, a experiência de participar de um jornal: era o *Acadêmico*, um folhetim que circulava internamente.

Tempos depois aderiu à Juventude Universitária Católica (JUC) que era a organização da Ação Católica no meio universitário. Parte dos membros da JUC deu origem à organização

⁹⁵ Notas de Marcos Gomes sobre a questão de Ensaios Populares. Documento disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Movimento, caixa 289, código B.02.01.01, documento 289.02.01. em FMOV – Arquivo Estado de São Paulo.

política Ação Popular (AP) em 1960. Duarte Pacheco entrou para AP em 1962. Formou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e, ao longo de seus anos universitários, foi vice-presidente da UNE durante a gestão de José Serra em 1963. Com o golpe civil-militar, em 1964, entrou para a clandestinidade pela primeira vez.

No ano seguinte, assumiu o cargo de professor substituto da Pontifícia Universidade Católica (PUC) em São Paulo saindo, assim, do mundo clandestino. Contudo o salário era baixo e irregular. Pedro Paulo Popovic, diretor da Abril, sabendo das dificuldades financeiras de Pacheco, indicou-o para o novo projeto da editora, a revista *Realidade*. Nela, trabalhou entre abril de 1966 a fevereiro de 1967, como chefe de departamento de pesquisas, abandonando a revista devido orientações da AP. Paralelo ao seu trabalho em *Realidade*, fazia um jornal improvisado, mimeografado, chamado *Revolução*; este foi o primeiro periódico da AP. Com o passar do tempo, os membros da AP perceberam a necessidade de elaborar um jornal mais amplo, mais expressivo, mais ligado à conjuntura econômica e política. Assim, lançaram o *Libertação*, no qual o desenhista Elifas Andreatto também colaborava.

Retornou à clandestinidade em 1967, quando decidiu seguir as orientações da AP em favor da luta armada contra o regime militar. O posicionamento político dessa organização, nesse momento, era em defesa da política de proletarização, ou seja, os membros da AP deveriam ligar-se ao trabalhador urbano e rural, com o intuito de penetrar esses espaços e difundir suas posições ideológicas. No início da década de 1970, debates e reuniões ocorreram para discutir a incorporação da AP nos quadros do PCdoB. Embora Duarte participasse ativamente como dirigente da AP nas negociações com o PCdoB, ao final, não aderiu ao partido, pois acreditava que este ainda não havia superado o trauma da luta armada. Também não permaneceu na legenda dos remanescentes da AP, denominada Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Mesmo fora dos quadros oficiais partidários, o jornalista continuou clandestino, pois ainda era procurado pelo governo militar.

Apesar de Raimundo Pereira também ter trabalhado em *Realidade*, ele e Pacheco se conheceram a partir da parceria da coluna Ensaios Populares. A primeira reunião entre eles aconteceu na casa dos pais do futuro administrador financeiro de *Movimento*, Fernando Marsiglia, onde em outros momentos, aconteceram encontros entre Pereira e Duarte para discutirem a coluna ou outras contribuições do último para o periódico. Ali, iniciou-se entre eles

um período de parceria, nem sempre amistosa, que teve fim com a demissão voluntária de Duarte Pacheco, em janeiro de 1981.

Decidiu-se que Ensaíes Populares seria uma coluna, em outras palavras, uma publicação semanal de temas variados direcionados aos temas relevantes à população, escrita apenas por Duarte Pacheco e editada por Raimundo Pereira. Para manter segura a identidade de Pacheco, esta não seria assinada, sendo permitida pela legislação vigente⁹⁶ sobre imprensa. Porém, segundo a lei, textos com autor não identificado seriam atribuídos ao redator da seção publicada, o que não era o caso, pois EP dividia página com a coluna Semana em Brasília, que era escrita por Chico Pinto, e sua apresentação gráfica demarcava bem os limites de cada coluna. Também poderia ser identificada como um texto do editor-chefe, se fosse publicada no espaço editorial, este oficialmente inexistente no jornal. Por fim, poderia ficar a cargo do proprietário do periódico, no caso de *Movimento*, um semanário colaborativo e de sociedade anônima. O artigo assumiria a posição dos proprietários, ou seja, a opinião de todos.

Esse foi um dos primeiros pontos de discordância na redação do semanário durante suas publicações: quem escrevia Ensaíes Populares? Esta estava de acordo com o programa do jornal publicado no número zero? Teria se tornado o editorial do jornal? Como editorial, expressava a opinião de todos?

Parece irrelevante se Ensaíes Populares era uma coluna ou um editorial, entretanto, a simples troca de palavras muda radicalmente o papel dela. Caso fosse uma coluna, poderia receber sugestões e críticas dos outros colaboradores do jornal, afinal, *Movimento* tinha como princípio o fazer jornalístico de forma democrática, ou seja, prevaleceria a vontade da maioria. Porém, a não assinatura da coluna, os posicionamentos ideológicos por ela defendidos, o sucesso da coluna, a participação da redação, o não conhecimento do verdadeiro autor, a escolha de destacá-la na primeira página contribuíram para os jornalistas e os leitores entendê-la como editorial do jornal, o que de fato não foi. Ensaíes Populares era uma coluna, escrita por uma pessoa em que suas opiniões, na maioria das vezes, estavam em consonância com a posição ideológica da redação, das demais publicações do jornal e da linha política-ideológica proposta no número zero.

⁹⁶ Ver art. 28, Brasil. lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso em: 30 jan.2014.

Em contrapartida, se Raimundo Pereira assinasse a coluna, ficaria expresso que os artigos tinham caráter opinativo e, uma vez escritos pelo editor-chefe, seriam um editorial, ou seja, podia-se inferir das matérias ao longo do jornal a linha editorial dele. Mas é nesse espaço que fica garantido o direito de opinar. Esse, que ao longo do século XX, foi relegado aos editoriais e, algumas vezes, proibido ao longo das reportagens ou matérias. Nesse período, o fazer jornalístico foi se industrializando e a sua contribuição à sociedade foi cada vez mais informativa que opinativa, ou seja, para se considerar um bom jornalismo, ele deveria ser mais factual, objetivo e imparcial, como destacou Caparelli:

“preocupações com objetividade, neutralidade, imparcialidade começam a surgir na Imprensa a partir do momento em que ela se transforma em indústria e pretende atingir todos indiscriminadamente, a massa, sem se preocupar exclusivamente com o pequeno círculo de leitores carreados dentro da mesma concepção política de seus proprietários e adeptos, como existia antes, na época do jornalismo pré-capitalista.”⁹⁷

A partir desse momento que se passou a valorizar o distanciamento do impresso das correntes políticas, criou-se a ideia de que o jornalismo bem feito é impessoal, não engajado e destinou-se parte do jornal para expressar que linha ele segue. Foi assim que o editorial ficou relegado a ser o único permitido a opinar, firmar posição, defender ideias, e as demais sessões deveriam ser apáticas, descompromissadas dos ideais sociais da imprensa, que além de informar, forma opinião. Mesmo os colaboradores de *Movimento* execrarem o jornalismo imparcial, descompromissado com a população, optaram por manter Ensaio Populares com caráter editorial e, após o seu desaparecimento, tiveram outras seções editoriais com diversos nomes.

3.2. Ensaio Populares e o Racha de 1977

A coluna foi publicada a partir da primeira edição do jornal, em 7 de julho de 1975, e pela última vez no número 157, em 3 de julho de 1978. Desde o princípio, os temas nela abordados na

⁹⁷ CAPARELLI, 1986, p.44

próxima edição eram, primeiro, discutidos entre Duarte Pacheco e Raimundo Pereira. Em seguida, eram propostos para apreciação dos demais membros da redação, por meio do relatório semanal enviado aos colaboradores e às sucursais dos jornais. Após a resposta destes, elegia-se o assunto mais votado; então, Pacheco escrevia a coluna, Pereira a editava e seguia para o crivo da censura com as demais publicações dos jornais. Perceba-se que semanalmente deveriam propor mais de um tema, o que significava que o autor fazia mais de um estudo sobre cada tópico, trabalho que não era em vão, pois poderia aproveitá-lo em outro momento. Esse fator pode ter colaborado para a irregularidade na publicação da coluna.

A exemplo da dinâmica descrita está o documento enviado por Raimundo Pereira às sucursais, em 24 de novembro de 1975, sobre a pauta do jornal da semana seguinte. Pontuou as matérias de cada seção e, por último, sugeriu três temas para Ensaios: 1. examinar as afirmações da oposição de que o Brasil teria uma das economias mais socializadas do mundo; 2. falar sobre o sionismo; 3. aprofundar o artigo de Pereira que condenava a proposta de anistia americana com o tema Direitos Humanos e Independência Nacional.

Sobre o segundo tema, o editor escreveu *cogitamos de um ensaio sobre o sionismo e gostaria de saber a posição do Conselho de Redação e do Conselho Editorial a respeito, para ver se o texto deve sair assinado ou se ele sai nos ensaios, sem assinatura e, portanto, como opinião nossa.*⁹⁸

A fala de Raimundo Pereira faz refletir sobre o papel de Ensaios Populares dentro do jornal. Como aludido anteriormente, em sua criação, deveria ser uma coluna, mas, ao longo do tempo, atribuíram-lhe a função de editorial. Entretanto, a proposição do tema e a escolha dela pela redação eram suficientes para considerá-la a opinião do jornal? Afinal, Duarte Pacheco era quem escrevia; logo, sua opinião estava expressa. No entanto, os jornalistas acreditavam que a autoria era de Raimundo Pereira, pois, devido à clandestinidade de Pacheco, somente Fernando Marsiglia, Sérgio Motta e Tônico Ferreira também sabiam da verdadeira autoria de Ensaios.

A coluna assumiu um papel de destaque tanto para os leitores quanto para a redação, esta que a via como porta-voz do jornal *Movimento*. Após quase dois anos de publicação,

⁹⁸ Pauta do jornal de 24/11/1975. Documento disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Movimento, caixa 289, documento 289.05.03.

divergências começaram em torno da coluna, mas o estopim veio a partir da carta de Bernardo Kucinski, endereçada à seção de cartas do periódico, discordando da edição 92, de 4 de abril de 1977, sobre Direitos Humanos e Soberania Nacional. O artigo defendia que a política de direitos humanos do governo Jimmy Carter era imperialista e, por isso, deveria-se ter cautela. Porém poderia se tirar vantagem dessa política desde que não se abandonasse *o respeito aos direitos econômicos, políticos e culturais da gente simples e de seus representantes*.⁹⁹

Kucinski enviou a carta no dia 5 de abril de 1977, com intuito de publicá-la na seção de cartas para que fosse publicada no jornal. Em seu texto, acusa o artigo de Ensaios Populares de diminuir a política Carter como um *mero truque retórico* e que gostaria de deixar claro que era absolutamente contra essa opinião. Nota-se que Kucinski não se refere a coluna como editorial, ou como a opinião do grupo, sempre usa o termo Ensaios Populares. Curiosamente, essa edição de EP foi escrita por Raimundo Pereira, o que havia ocorrido anteriormente apenas no número 87, de 28 de fevereiro de 1977. Algumas hipóteses são possíveis: já havia divergências, e não discordâncias internas sobre a forma abordada por EP sobre alguns temas, então decidiram assinar a coluna. Também pode-se pensar que queriam oficializá-la como editorial do jornal. Fato que após a carta de Kucinski, deu início a uma série de debates internos quanto ao futuro da coluna e à ideologia do jornal.

Em defesa, Duarte Pacheco elaborou uma carta em resposta a Bernardo Kucinski, dando argumentos a Raimundo Pereira para defender o artigo de Ensaios Populares. Pacheco fez três apontamentos: primeiro quanto ao conteúdo do texto; segundo, a forma que Kucinski fez as críticas e, por último, as possíveis imperfeições de métodos cometidas ao encaminhar Ensaios.

Quanto ao texto, Duarte Pacheco questiona como “alguém que se pretende de esquerda” não perceba o caráter imperialista da política Carter em prol dos direitos humanos, e completa dizendo que a parte do artigo em que defendia a utilização dessa política, em favor do povo brasileiro, mas de forma consciente, tinha sido cortada pela censura. Nesse ponto, percebe-se o tom de insatisfação de Kucinski com a coluna e a saída que encontrou para dar destaque a essa discussão, pois, como membro do Conselho de Redação, teve acesso ao texto completo do artigo. Fica gritante a insatisfação de Bernardo Kucinski com a forma que alguns temas eram tratados

⁹⁹ Direitos Humanos e soberania nacional. MOVIMENTO, São Paulo, n.92, 4 abril. 1977, Ensaios Populares, p.2.

ideologicamente, o que o levou a defender em seu livro *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa* que a abordagem dos temas seguia as diretrizes do PCdoB que encaminhava os assuntos e suas abordagens ideológicas. Duarte Pacheco concluiu sua carta questionando se a forma de fazer Ensaio Populares era realmente democrática como eles preconizavam; o tema do texto ficava à disposição para interferências e sugestões, e escrevia-o independente se tinham sido feitas ou não.

A partir dessa ferida aberta, decidiu-se constituir uma comissão de três membros para analisar se a coluna Ensaio Populares estava de acordo com as premissas ideológicas do jornal. Esta comissão era composta por Flávio Aguiar, Marcos Gomes e Chico Oliveira, que permaneceram sem saber a verdadeira autoria da coluna.

Por meio de dois documentos localizados no Fundo Movimento, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, um escrito por Flávio Aguiar e outro, por Marcos Gomes, a comissão concluiu que Ensaio Populares e suas abordagens estavam de acordo com o programa do jornal - acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas - e eram uma interpretação possível desse programa em relação à frente ampla que compunha o periódico, ou seja, não podia ser tomada como opinião homogênea do semanário; logo, não poderia ocupar o papel de editorial, apesar dos leitores interpretá-la dessa forma. Então propuseram manter a coluna, que ficaria a cargo e assinada pelo editor, mas sua edição seria franqueada aos demais, tornando-se oficialmente o espaço editorial.

Vislumbrava-se uma saída para essas divergências na primeira convenção anual do jornal, programada para os dias 29 e 30 de abril de 1977. O objetivo era reunir as sucursais e os colaboradores do jornal para debaterem os rumos do periódico, eleger membros para os conselhos de redação, editorial e o editor-chefe. Somou-se essa pauta a votação pela permanência ou não da coluna Ensaio Populares e como deveria prosseguir a partir desse pleito.

Raimundo Pereira foi, novamente, escolhido para ser editor-chefe e no dia 30 de abril, a assembleia geral de acionistas da Edição S/A deveria escolher três diretores para a empresa. Doze horas se seguiram de reunião e os diretores não foram escolhidos, mas duas propostas foram elaboradas e apresentadas na tentativa de sanar os problemas em torno da coluna de Pacheco.

O grupo de Raimundo Pereira propôs que fosse criado um amplo programa de debates e consultas para “esclarecer pontos de vista divergentes da atual diretoria”; instituir uma sociedade de colaboradores, que receberia as ações do Conselho de Redação para ampliar o número de proprietários e dos que podiam participar da democracia interna; assinatura da coluna Ensaio Populares pelo editor do jornal; planejamento coletivo dos editoriais, ainda que sem assinatura, pelos editores, de tempos em tempos.

Em contrapartida, o grupo de Kucinski propôs maior desenvolvimento da democracia interna do periódico e a abertura da seção Ensaio Populares à participação de todos os membros do jornal. O Conselho de Redação e um membro do Conselho Editorial aprovaram a proposta da diretoria, por nove votos a favor, cinco contrários e uma abstenção.

No dia seguinte, fez-se uma reunião na casa de Bernardo Kucinski com seus apoiadores que redigiram uma carta de demissão coletiva, publicada no *Pasquim*. No total, 38 membros decidiram deixar o jornal, sendo 22 da sucursal de São Paulo, 7 de Salvador e 9 de Belo Horizonte. Dentre eles, estavam Bernardo Kucinski, Flávio Aguiar, Jean-Claude Bernardet, Francisco Oliveira, que compunham o Conselho de Redação. Ainda saíram as editoras Maria Rita Khel, Sílvia Capolin e Laís Tapajos. Entre os colaboradores, estavam Guido Mantega, Maria Moraes, Ricardo Maranhão e José Miguel Wisnik. Da sucursal de Belo Horizonte, saíram Betinho Duarte – membro do grupo Centelha e diretor da unidade mineira –, Fernando Miranda, Fausto Brito, Flávio Andrade e Flaminio Fantini. Em Salvador, desligaram-se Adelmo de Oliveira, Tibério Canuto, Emiliano José e Ordack Miranda. Alguns deles se envolveram em um novo projeto que, em janeiro de 1978, lançaria o jornal *Em Tempo*.

Após a saída dos dissidentes, que ficou conhecida como “racha de 1977”, o Conselho de Redação se reuniu e decidiu manter a diretoria, convocar eleições em seis meses, eliminar o caráter editorial de Ensaio Populares e passar a ser assinada pelo editor.

Na edição 121, de 24 de outubro de 1977, foram convocadas eleições para renovar o Conselho de Redação e a direção. Ficou decidido criar um Conselho de Direção que assumiria as funções do antigo Conselho de Redação. Ele era composto por 35 membros, sendo os antigos Sérgio Buarque, Marcos Gomes, Teodomiro Braga, Chico Pinto, Elifas Andreato, Fernando Peixoto, Aguinaldo Silva, Maurício Azedo, Raimundo Pereira, Tônico Ferreira e Flávio de Carvalho. E os novos membros: Kurt Mirow, Raimundo Teodoro de Oliveira, Armando Sartori,

Maria Leonor Viana, Paulo Barbosa, Murilo Carvalho, Luiz Bernardes, Márcio Bueno e José Crisóstomo.

Para substituir a direção, instituíram uma comissão executiva do Conselho de Direção, que foi batizada como Grupo Executivo do Conselho de Direção (GRUEX). Compunham-na Raimundo Pereira, Tonico Ferreira, Marcos Gomes, Antônio Neto Barbosa, Armando Sartori e Maria Leonor Viana. Eles dirigiram o jornal de 1978 a julho de 1980.

Todas essas atribuições diminuíram as publicações da coluna Ensaios Populares durante o ano de 1977, o que levou ao seu desaparecimento no ano seguinte, mas não foi o fim da colaboração de Duarte Pacheco no jornal. Quanto à questão editorial, em 26 de junho de 1978, saiu pela primeira vez a seção Nossa Opinião que seria o espaço editorial do jornal, podendo ser escrito por qualquer membro, ficando a cargo de Raimundo Pereira a edição.

3.3. Nas linhas de Ensaios Populares

Durante quase seis anos, *Movimento* saiu às bancas às segundas-feiras, enfrentou diversos atropelos da censura, crises financeiras, críticas as suas matérias, debates e desentendimentos internos, entretantes, fez um jornalismo opinativo, defendeu a Constituinte, a Anistia, a cultura brasileira, o povo brasileiro, a independência econômica do nosso país, enfim, cumpriu o projeto do primeiro texto do número zero, aludido no capítulo dois. Nesses seis anos, a coluna Ensaios Populares ocupou um espaço de prestígio durante três anos. A primeira vez que apareceu no jornal foi na edição número 1, em 7 de julho de 1975, e a última vez, foi no número 157, em 3 de julho de 1978. Ou seja, só existiu na primeira metade de vida do jornal.

Ao analisar somente o quantitativo, a coluna não representou estatisticamente uma grande expressão dentro do jornal. Afinal, foram lançados 334 números, sendo que apenas o número 45 foi totalmente censurado. Caso Ensaios Populares tivesse saído em todos os números durante sua existência, apareceria no jornal 156 vezes, ou seja, 46,7% do volume total do periódico. Entretanto, a coluna foi escrita em apenas 66 edições, apesar de terem sido publicadas 77 colunas, pois, em alguns números, apareceram mais de uma vez. Em outras palavras, por que

uma coluna que representa 19,76% das ocorrências na história do jornal foi tão importante? Pode ser classificada como uma coluna de prestígio?

Percebe-se que nos primeiros dois anos do semanário a coluna ocupou mais da metade das publicações. O fato de EP não sair em todas as edições merece um estudo mais aprofundado, no entanto, é possível levantar hipóteses para a não publicação semanal. Primeiro, Duarte Pacheco estava clandestino, morava afastado do centro da grande São Paulo, o que poderia dificultar o seu encontro com Raimundo Pereira para a entrega dos artigos. Apesar de não haver registros telefônicos, provavelmente, os encontros eram pessoais, evitando, assim, falar ao telefone sobre questões confidenciais devido à censura. Outro fator poderia ser a censura aos artigos da coluna, pois eram comuns vetos a textos completos. Somado a isso, há também a morosidade no fazer da coluna, uma vez que as opções de temas e sugestões a ela eram franqueados aos demais membros e colaboradores do jornal, e a concordância entre eles poderia levar algum tempo.

Tabela 2 – Comparação entre o número total de edições por ano e o número total de *Ensaio Populares* em cada ano, entre 1975 e 1978

Ano	Número total de edições de <i>Movimento</i> por ano	Número total de <i>Ensaio Populares</i> por ano	Porcentagem
1975	26	18	69,23%
1976	52	26	50%
1977	52	12	23%
1978	52	10	19,23%

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados colhidos em MOVIMENTO, São Paulo, anos 1975-1978. Coleção completa in: *CD-ROM* anexo a obra AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

Primeiramente, a coluna tinha boa aceitação entre os leitores de *Movimento*. Em maio de 1977, saiu o resultado de uma pesquisa feita com os leitores, por meio de um questionário enviado a 450 assinantes do jornal e devolvido à redação. Esta foi respondida por 268 assinantes que apontaram Gente e Cena Brasileira a preferida deles, com 35,09%; em segundo lugar, estava a coluna Estórias Brasileiras, com 16,97% e, em terceiro, Ensaios Populares, com 14,63% da opinião dos assinantes. Faz-se necessário cotejar esses dados com outra parte da pesquisa que perguntava o que levou o leitor a assinar *Movimento*, e 79,10% respondeu pela linha editorial, ou seja, quase 80% dos leitores acompanhavam as páginas e apoiavam o projeto em detrimento das opiniões propaladas na coluna Ensaios Populares, que era encarada como editorial do jornal.

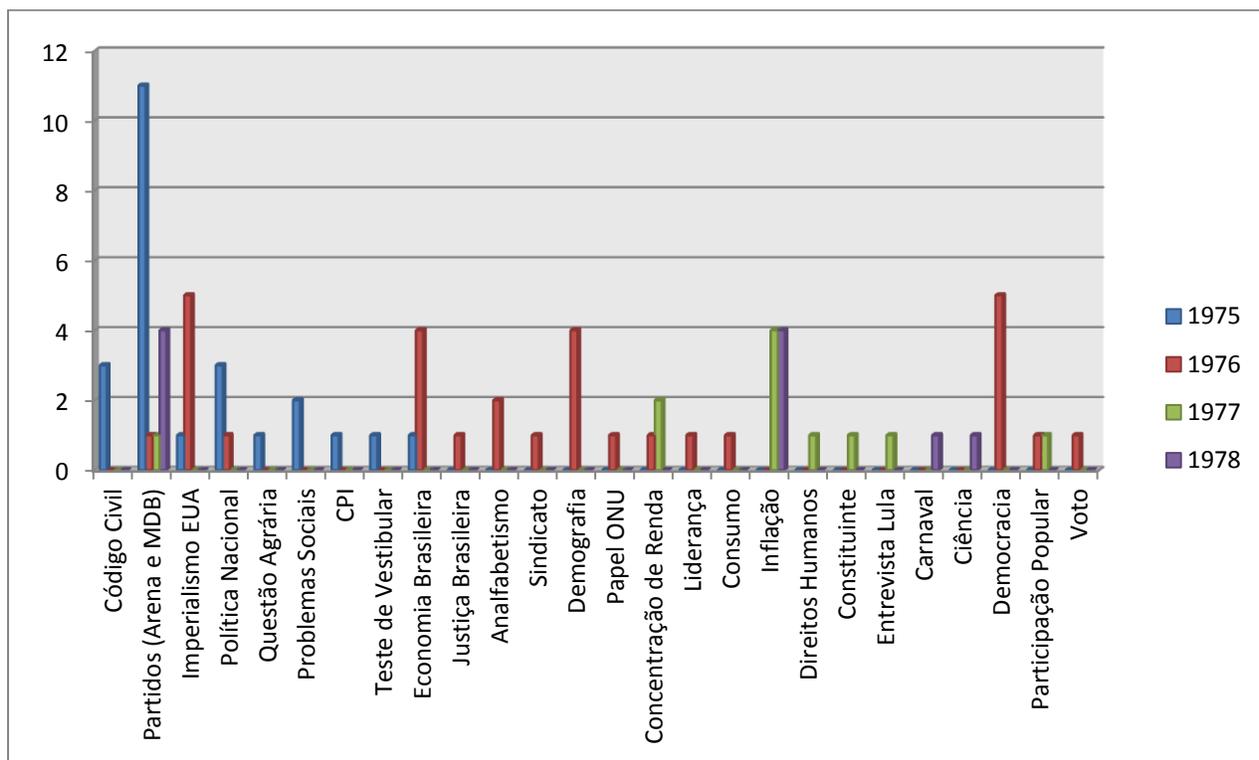
A coluna ainda ganha destaque pela análise dela na bibliografia sobre o tema, ressaltando o livro *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, do ex-jornalista de *Movimento*, Bernardo Kucinski. No capítulo dedicado ao periódico, Kucinski defende que as ideias do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ocuparam as páginas do jornal, e a coluna foi a responsável por difundi-las. Após a cisão de 1977, o semanário foi cada vez mais direcionado pelas diretivas do partido. Por ser uma obra de referência sobre a imprensa alternativa no Brasil pós 1964, a tese de Kucinski é disseminada pelos demais trabalhos que abordam a atuação política de *Movimento*. Isso aconteceu, não só nos trabalhos específicos sobre o jornal, como da historiadora Juliana Sartori, citada na introdução desta dissertação, como na tese de doutorado de Rosalba Lopes, que utilizou-se dos jornais *Movimento* e *Em Tempo* para analisar as esquerdas no Brasil pós 1974.

Enfim, a análise dos temas abordados por Ensaios Populares contribui para a compreensão de como se construiu uma opinião pública de identidade coletiva em torno do projeto de luta democrática. Em outras palavras, ao longo dos anos 1970, estabeleceu-se uma hegemonia em torno do fim do regime e que a única via possível era a democracia.

3.4. Temas de Ensaio Populares

Durante os três anos de publicação de Ensaio Populares 26 temas centrais foram trabalhados, desde os rumos da democracia no Brasil até a importância do carnaval no imaginário popular. Entretanto, o maior destaque foi dado aos temas políticos, econômicos e o combate ao imperialismo internacional. A tabela abaixo traz todos os assuntos que apareceram em Ensaio Populares e sua repetição ao longo dos anos.

Quadro 2 – Temas abordados em Ensaio Populares



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados colhidos da coluna Ensaio Populares em MOVIMENTO, São Paulo, anos 1975-1978. Coleção completa in: *CD-ROM* anexo a obra AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

De acordo com os dados apresentados no quadro, o tema político sobre os partidos ARENA e MDB preponderou em 1975, e as abordagens sobre a ação imperialista dos Estados Unidos e a democracia predominaram em 1976. No ano seguinte, 1977, a questão da inflação sobressaiu nas páginas da coluna e no último ano, 1978, a discussão sobre a inflação e os partidos políticos ARENA e MDB disputaram o espaço da coluna. Aliás, a política, em especial a democracia, foi recorrente nos quatro anos de publicação de Ensaio Populares, seguida do tema sobre economia nacional. Assim, pode-se elaborar outra tabela com os temas mais trabalhados na coluna para delinear o perfil dela. Os temas centrais foram Política Nacional, 29,42%, Economia, 21,30%, Problemas Sociais, 6,9% e Política Internacional, 7,10%.

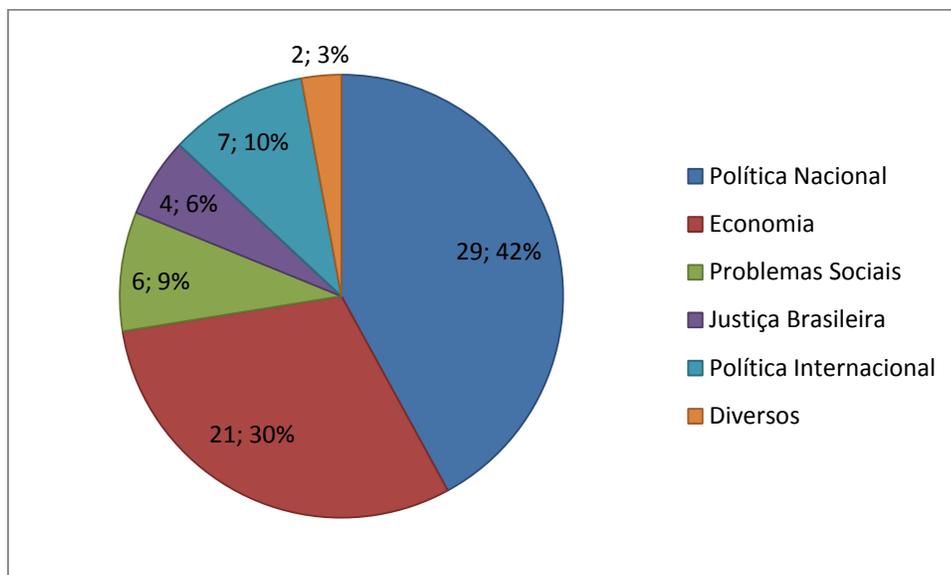
Quadro 3 - Temas centrais em Ensaio Populares

Política Nacional	Economia	Política Internacional	Problemas Sociais
Partidos- ARENA e MDB	Economia Brasileira	Imperialismo EUA	Problemas Sociais
Democracia	Demografia	Direitos Humanos	
Constituinte	Inflação		

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados colhidos da coluna Ensaio Populares em MOVIMENTO, São Paulo, anos 1975-1978. Coleção completa in: *CD-ROM* anexo a obra AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

Após agrupar os temas com seus respectivos subtemas, elaborou-se um gráfico para visualizar melhor quais temas mais ocuparam as páginas da coluna e, por consequência, já que Ensaio Populares ocupou o espaço de editorial, os temas mais importantes para a equipe. É claro, que a forma como o tema foi abordado não era consenso no jornal, uma vez que a coluna era escrita por Duarte Pacheco, que não debatia os temas com a equipe. Observe o gráfico.

Gráfico 1 – Temas Recorrentes em Ensaio Populares



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados colhidos da coluna Ensaio Populares em MOVIMENTO, São Paulo, anos 1975-1978. Coleção completa in: *CD-ROM* anexo a obra AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

A partir do gráfico, delimitou-se a análise da coluna considerando os dois principais eixos abordados pela coluna: Política Nacional e Economia. Os demais temas perpassam pelas abordagens sobre política e economia, desse modo, estarão presentes de alguma forma nesses temas principais.

3.3.1 Política Nacional: partidos, democracia e constituinte

Ensaio Populares (EP) destacou-se pela tentativa de “fazer educação popular”¹⁰⁰, tinha uma linguagem pedagógica e desenvolvia o tema em formato editorial. Dentre os temas trabalhados no cenário político daquela época, a coluna defendeu uma maior atuação da ala

¹⁰⁰ KUCISNKI. *Jornalistas e revolucionários...* Op.Cit. 298.

autêntica do MDB, da defesa da democracia, da maior atuação da população por meio do voto, dos direitos humanos; enfim, nas páginas de *Movimento*, ficou claro que a emancipação da população e o retorno à democracia eram o caminho a ser buscado pela oposição ao regime.

Para fazer a luta democrática no país no período da abertura política, a partir de 1974, segundo a coluna, era necessário fazê-la da forma legal; logo, aderir ao MDB era fundamental. Essa adesão poderia ser de forma parlamentar, ou seja, lançando-se candidato pelo partido, ou votando nele. No caso do voto esta era uma campanha que havia dado resultado nas eleições de 1974, e a coluna Ensaios Populares defendeu a mesma atuação da população para as eleições do executivo e câmara municipal em 1976. A mesma bandeira foi levantada para as eleições parlamentares federal e estadual em 1978. Mostrou ainda, na edição 73, a importância da elevação da consciência política da população e que, apesar de precisar de melhora, o povo brasileiro, ao longo de sua história, tinha passado a votar melhor e o exemplo disso era a queda do voto de cabresto no Brasil.¹⁰¹

Na edição de número 13, tiveram dois Ensaios Populares, o primeiro “MDB: Içar as velas e continuar a viagem” e o segundo, “Comer ou votar? Ou comer e votar”. No primeiro texto, EP criticou o MDB, que em alguns momentos, esquecia suas promessas e seus princípios, a democracia e o poder, para manter-se no poder. Segundo a coluna, não basta estar no poder e não fazer oposição ao governo de fato o MDB deve defender, acima de tudo, os interesses do povo brasileiro que lhe confiou esse cargo. Já no segundo texto, a coluna apresenta a argumentação da ARENA de que é mais importante atender às necessidades básicas da população do que ter democracia no país, e EP rebate: “[...] a liberdade política não é *suficiente*, mas é *necessária* para que o povo possa se educar, levar adiante seus esforços e alcançar uma vida melhor”¹⁰². Ou seja, a democracia e o bem estar da população devem andar juntos para alcançar um nível maior de desenvolvimento e soberania nacional.

Pensando ainda na atuação política por meio do MDB, a coluna apoiou a luta no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da restituição dos direitos políticos das pessoas cassadas no golpe de

¹⁰¹ As razões dos votos. O melhor voto é o voto livre e consciente. MOVIMENTO, São Paulo, n.73, 22 nov. 1976, *Ensaios Populares*, p.2.

¹⁰² Comer ou votar? Ou comer e votar? MOVIMENTO, São Paulo, n.13, 29 set. 1975, *Ensaios Populares*, p.2.

1964. Estes, que tiveram seus direitos políticos suspensos até 1974, deveriam ter o direito de ingressar no cenário político como cidadãos elegíveis e votantes.

Em resposta às eleições de 1974 e em busca de votos no pleito de 1976, a coluna acusou a ARENA de lançar um programa apresentando suas intenções eleitorais, no intuito de angariar votos. Ensaio Populares diz que o programa é contraditório, afinal, a ARENA sempre alinhou-se ao programa do governo, e esse novo programa era uma tentativa de enganar os eleitores. Mais uma vez, a coluna saiu em defesa do poder do voto popular para minar com o poder dos militares e acelerar o processo de abertura política.

Uma semana antes das eleições de 1976, no dia 8 de novembro de 1976, Ensaio Populares publicaram em defesa de maior autonomia dos executivos municipais, alegando que o poder Executivo Federal sufocava os municípios, concentrando o poder em suas mãos. Caso não fosse possível maior autonomia, os prefeitos deviam conscientizar-se de seu papel de construtor de uma atmosfera democrática em seu município, desse modo escreveu a coluna:

[...] O que poderão fazer os prefeitos e vereadores de oposição eleitos a 15 de novembro? Em primeiro lugar, poderão cumprir uma missão reivindicativa, juntando suas vozes e seus esforços ao movimento pela reconstitucionalização democrática do país, inclusive pela autonomia municipal: com isso, os que lutam pela independência econômica nacional e pela elevação do padrão de vida cultural e material dos trabalhadores terão condições mais favoráveis de pugnar um melhor modelo de desenvolvimento; para isso precisa criar uma atmosfera democrática nos municípios.¹⁰³

Em suma, é evidente para a coluna que a saída para a ditadura é a luta democrática, e um dos caminhos para consegui-la era aderir ao programa político do MDB, que segundo EP, vai além de ser um partido, era uma frente política ampla, “unida em torno de um programa imediato, mas formada por adeptos de distintas origens sociais e diferentes perspectivas”.¹⁰⁴ Este

¹⁰³ A participação popular e a autonomia dos municípios. MOVIMENTO, São Paulo, n.72, 8 nov. 1975, Ensaio Populares, p.2.

¹⁰⁴ A briga interna do MDB. MOVIMENTO, São Paulo, n.9, 1 set. 1975, Ensaio Populares, p.2.

que defende uma democracia, e mesmo que a forma democrática não fosse consenso na oposição, naquele momento, devia-se defender o projeto democrático do MDB.

Mas, afinal, qual democracia *Ensaio Populares* defendia? Mesmo sendo escrita por Duarte Pacheco, ela representou parcela do jornal. Então, deve-se perguntar: qual democracia *Movimento* queria para o Brasil com a abertura política? Não bastava o poder estar nas mãos do povo por meio do poder de voto *strictu sensu*, a população deveria tomar as rédeas do poder e estar consciente de seu papel para a construção da democracia. Assim defendeu EP:

[...] o futuro do regime democrático está definitivamente entrelaçado à participação popular e, por isso, o nobre combate pelas liberdades democráticas não pode mais ser dissociado da árdua luta pela independência das nações e pela igualdade social.¹⁰⁵

Em outras edições de *Ensaio Populares*, vai se defender que a luta pela democracia não pode ser separada da luta pela soberania nacional, em especial, se desvencilhar das garras do imperialismo norte-americano, e pela igualdade social que seria possível com uma distribuição de renda mais igualitária e melhoria nos problemas sociais brasileiros, focando na classe trabalhadora. Assim, defendeu na edição 67, a maior participação e valorização da população nas mudanças políticas do que o destaque para um herói. Segundo EP, os líderes não fazem sozinhos as mudanças, é necessário o povo e quanto menor for a diferença entre os homens, diminuiria a necessidade dos heróis e aumentaria o poder do trabalhador.

Outra campanha de atuação do MDB na luta democrática foi a defesa de *Ensaio Populares* pela apresentação de um candidato à presidência da República pelo partido que indicou Ulisses Guimarães. Apesar de naquele momento ter sido evidente que o candidato do governo, Figueiredo, venceria as eleições indiretas, a oposição deveria constituir candidato para escancarar as incoerências dentro de regime. A coluna destacou:

[...] mesmo com a Lei Falcão, a existência de candidatos amplia as oportunidades de contato, debate, de entrevistas, de concentração pública. [...] os candidatos a presidente e vice-presidente da República do

¹⁰⁵ Que democracia está morrendo? Não é correto identificar democracia com democracia liberal. MOVIMENTO, São Paulo, n.47, 24 maio 1975, coluna *Ensaio Populares*, p.2.

MDB podem levar a bandeira de revogação incondicional dos atos e leis de execução, de uma anistia geral e irrestrita, das efetivas liberdades de expressão, reunião e convocação de uma Assembleia Constituinte soberana e livremente eleita.¹⁰⁶

No ano de 1978, nos poucos números em que foram publicados Ensaio Populares, prevaleceu a discussão sobre a continuação do bipartidarismo ou o retorno do pluripartidarismo no Brasil. A coluna defende que não é o número de partidos que define o caráter democrático de um sistema partidário, e sim, da capacidade que os partidos tem em manter o diálogo com as camadas trabalhadoras em cada partido e, reiterou:

[...] um sistema partidário será tanto mais democrático e representativo quanto maior for a participação dos trabalhadores da cidade e do campo na vida política nacional e na formação e funcionamento do partido ou partidos existentes.¹⁰⁷

Não que a coluna fosse contra o retorno do pluripartidarismo no Brasil, mas acreditava-se que naquele momento a descentralização das frentes oposicionistas poderia ser prejudicial à luta democrática e, principalmente, à defesa dos interesses das camadas populares. Por isso, alertou que uma abertura partidária seria saudável se os setores oposicionistas conservassem o diálogo aberto entre si, mantendo a unidade de ação em torno de objetivos concretos e comuns. Ou seja, num primeiro momento, deveriam focar no plano geral em defesa da democracia associada ao poder ao povo, sem abandonar seus projetos individuais, mas não permitir que estes tirassem o foco da bandeira principal da oposição naquela conjuntura política vivida no Brasil.

Conclui-se que a democracia almejada pelo jornal, independente de qual fosse, ia além do fim da ditadura no Brasil. Ela deveria basear-se na participação popular ativa consciente e organizada e, para isso, devia-se elevar o nível de educação política das camadas populares. E essa deveria ser a função da oposição, ao mesmo tempo, lutar pela reconstitucionalização e pela

¹⁰⁶ O MDB, a sucessão e a constituinte: *a omissão do MDB diante da luta sucessória é o resultado de uma política de imobilismo e compromisso, imposta pelos setores “moderados” e “adesistas” do partido*, MOVIMENTO, São Paulo, n. 135, 30 jan. 1978, Ensaio Populares, p.4.

¹⁰⁷ Que partidos? E para quem? *Não se pode julgar os partidos políticos pelas intenções ou declarações de seus líderes*, MOVIMENTO, São Paulo, n. 141, 13 mar. 1978, Ensaio Populares, p.8.

construção de uma consciência política dos brasileiros. Além de lutar por uma Constituição soberana e livremente eleita, os emedebistas deveriam lutar por outras causas populares como a defesa da soberania nacional, o movimento contra o custo de vida, as lutas por terra, a reposição salarial, o ensino público e gratuito, os direitos femininos e a defesa de outras minorias.

3.3.2 Economia: soberania nacional, problemas sociais e inflação

Pensar no cenário político e na luta pela democracia no Brasil, durante o processo de distensão política, é impossível se não analisarmos a conjuntura econômica, os problemas sociais decorrentes dela e o cenário internacional. O mesmo fez a coluna; seu foco foram os debates políticos, mas, entre eles, os temas citados perpassavam os textos da coluna Ensaios Populares. Dentre os temas mais pertinentes, estavam a questão da demografia, da inflação, dos salários dos trabalhadores e da defesa da soberania nacional em relação à opressão dos Estados Unidos nos países subdesenvolvidos.

O tema demografia ocupou as páginas do jornal. Por meio dele, EP defendeu que a pobreza do país não era culpa da população que tinha muitos filhos, mas que a distribuição de renda e por consequência, o desenvolvimento, levariam a um controle de natalidade. Argumentou que não era a explosão demográfica que produzia o subdesenvolvimento, e sim, o sistema desigual de relações internacionais formado à base do imperialismo, que produzia o subdesenvolvimento e concluiu: *o melhor anticoncepcional é o nível de vida.*¹⁰⁸ Esse tema foi recorrente em outros números e sempre associado à luta pela não submissão do Brasil ao capital internacional e às demandas dos países desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos, que segundo a coluna,

¹⁰⁸ Superpopulação ou subdesenvolvimento? Qual a relação entre a explosão demográfica dos países subdesenvolvidos e o modelo de desenvolvimento capitalista dependente? MOVIMENTO, São Paulo, n.46., 17 maio 1976, Ensaios Populares, p.2.

era contraditório, pois não admitia o aumento do preço do petróleo. No entanto, continuava elevando os preços dos seus produtos exportados¹⁰⁹. Assim EP argumentou:

[...] os fatos confirmam mais uma vez claramente o ponto de vista que não é a explosão demográfica que produz o subdesenvolvimento; é o sistema desigual de relações internacionais e sociais, formado à base do imperialismo, que produz tanto o subdesenvolvimento quanto a superpopulação dos países dependentes: por isso, a luta por um crescimento demográfico mais equilibrado desses países tem que estar subordinada à luta por seu desenvolvimento independente e por uma distribuição internacional e interna de renda.¹¹⁰

No decorrer dos temas sobre economia, a coluna não se demonstrou contra o capitalismo, aliás, EP defende que os defensores do governo e as grandes empresas confundem capitalismo com capitalismo privado, e democracia com democracia liberal. Ele reitera que não basta ter liberdade democrática, ela não pode ser separada da luta pela soberania nacional e pela igualdade social.¹¹¹ Enfim, o tema “superação da desigualdade social” foi martelado diversas vezes. Fica evidente que para EP esse assunto era inadiável e que melhorar a economia para depois distribuir a renda, que era o discurso do governo, não fazia sentido se observassem que os países capitalistas que tinham uma melhor distribuição de renda, não eram os que tinham as maiores taxas de desenvolvimento econômico:

[...] os estudos da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) não contêm nenhum dado que autorize a ideia de que as desigualdades na distribuição da renda possam ser corrigidas, espontaneamente, com o passar do tempo e como um efeito inevitável do próprio desenvolvimento capitalista, que apresentam uma repartição menos desigual da riqueza, não são os mais desenvolvidos. Nada indica, portanto, que exista uma relação automática entre o nível de

¹⁰⁹ A lógica do imperialismo – II. Os Estados Unidos insistem que os países subdesenvolvidos devem fazer o que eles mandem, não o que eles fazem. MOVIMENTO, São Paulo, n.58, 9 ago. 1976, Ensaios Populares, p.2.

¹¹⁰ Os famintos são famintos por que têm muitos filhos? MOVIMENTO, São Paulo, n. 59,16 ago. 1976, Ensaios Populares, p.2.

¹¹¹ Desenvolvimento, crescimento econômico, segurança e democracia. Acertar a cabeça para acertar o passo. MOVIMENTO, São Paulo, n.51, 21 jun. 1976, Ensaios Populares, p.2.

desenvolvimento de um país capitalista e a redistribuição da renda, como se, crescendo o bolo, ele necessariamente se dividisse melhor¹¹².

Outro tema recorrente foi a inflação. Deve-se lembrar que o país não vivia mais o chamado “milagre econômico” e que cada vez mais assolava-se em uma crise econômica com as taxas de inflação em níveis altíssimos. Segundo Ensaio Populares, a televisão ao invés de utilizar a mídia a favor da luta democrática e da melhorar a vida da população, incentivava e seduzia a sociedade de consumo de produtos supérfluos¹¹³, enquanto as necessidades básicas não eram atendidas, como moradias dignas e educação primária. Ou seja, nas entrelinhas da coluna, observa-se o papel que a televisão teve como colaboradora do regime militar, que ao invés de aproveitar o calor do debate por melhorias no Brasil, corroborava com o governo maquiando os problemas.

Apresentou soluções para o combate à inflação, focando no desenvolvimento do mercado interno e das indústrias nacionais, no aumento salarial dos trabalhadores e por uma reforma agrária

[...] para garantir a continuidade do desenvolvimento nos países pobres e eliminar a inflação que desorganiza a maioria deles, parece indispensável, portanto, adotar uma estratégia econômica que baseia o desenvolvimento desses países; primeiro, em seu mercado interno, dinamizando pela elevação constante dos salários reais dos operários, empregados e funcionários públicos, e por uma reforma profunda na estrutura agrária; segundo, na força de trabalho, nos recursos naturais e na poupança interna deles mesmos; e terceiro, na tecnologia criada pelos seus próprios cientistas e trabalhadores.¹¹⁴

Mas foi debatendo a inflação que a coluna aproximou-se de seu projeto inicial que era fazer textos ilustrativos e educativos à população, na tentativa de melhorar sua consciência política e entender melhor sua realidade. Provavelmente, esses textos não alcançaram as camadas populares, mas ao tratar o tema, EP tentou fazer uma cartilha para o trabalhador compreender

¹¹² Os pobres dos países ricos. MOVIMENTO, São Paulo, n.66, 4 out. 1976, Ensaio Populares, p.11.

¹¹³ A febre do consumo. “viver é comprar” como sugere a tevê ou “viver é lutar” como sugere o poeta. MOVIMENTO, São Paulo, n.77, 20 dez. 1976, Ensaio Populares, p.2.

¹¹⁴ De onde vem a inflação e quem paga por ela. MOVIMENTO, São Paulo, n.79, 3 jan. 1977, Ensaio Populares, p.2.

como a inflação era calculada, qual era o custo de vida, a relação dele com os salários dos trabalhadores, que deveriam combater a inflação e aprender como calcular e pesquisar a elevação do custo de vida. Desse modo completou: “a inflação é um problema crônico do país e não pode ser enfrentada sem que se leve em conta as opiniões e as iniciativas dos que mais sofrem com ela e mais precisam eliminá-la, o povo”.¹¹⁵

Conclui-se que havia uma tentativa da coluna como um todo alcançar um público maior que a parcela da classe média que de fato lia o jornal. Por meio das 77 publicações de Ensaio Populares, a coluna se propôs a defender a luta democrática associada à integração real da população aos debates políticos, à elevação dos salários dos trabalhadores, que seria a melhor saída para o desenvolvimento do país; isso tudo associado ao combate à inflação, à diminuição da desigualdade social, à reforma agrária. Segundo EP, somente por meio da consciência do povo brasileiro de seus direitos, de como funcionava a economia e de como se calculava a inflação, ele poderia, de fato, lutar por uma democracia.

¹¹⁵ O CNI e o combate à inflação. Apertando o cinto de quem. MOVIMENTO, São Paulo, n.113, 29 ago. 1977, Ensaio Populares, p.2.

Considerações finais

Na luta pela democracia no Brasil do período da ditadura civil-militar, particularmente a partir do mandato de Ernesto Geisel, iniciado em 1974, registra-se um embate entre o governo, que impõe uma “distensão política, lenta, gradual e segura” a tutelar todo o processo de (re)democratização, e a sociedade civil, demandante dos direitos humanos vilipendiados e direitos políticos cassados, além de mais justiça social. Nos dois últimos governos do ciclo da ditadura em foco, dos generais Geisel (1974-19769) e Figueiredo (1979-1985), a trajetória rumo à democratização sofreu retrocessos e limitações de seus horizontes, todavia, o fim inexorável da ditadura estava decretado. Embora a distensão do regime tenha sido uma política de governo, as lutas dos opositores, ao longo de todo o período ditatorial, foram essenciais para a retomada do estado de direito no país. Esta dissertação focou na participação da sociedade civil por meio da imprensa, em especial a alternativa, para formar uma opinião pública em favor do retorno da democracia.

No cerne dos embates travados pela imprensa alternativa em prol da democracia, destacou-se o jornal *Movimento* como palco de articulação política. Reuniu em sua redação e em suas páginas, debates favoráveis a essa meta, e a coluna Ensaios Populares, que acabou assumindo o papel de editorial, durante 1975 a 1978, expressou a opinião de vários dos membros do semanário recepcionada positivamente por parte de seus leitores. Dentre os membros da equipe que davam vida ao jornal, estavam pessoas associadas às esquerdas brasileiras, esquerdas no plural, pois o periódico abarcou diversas frentes políticas, fato que colaborou para o destaque do semanário. Quanto ao alcance de público, claro está que qualquer mídia tem seus limites. No caso da imprensa alternativa considerada, seus leitores vêm a ser, prioritária - mas não exclusivamente, parte da classe média composta por intelectuais, políticos, professores e estudantes universitários.

Folhear as páginas de *Movimento* é revisitar o pensamento de uma parcela da oposição, sentir o calor dos debates e perceber que o projeto prol democracia, embora encetado por grupos heterogêneos, convergia a uma meta comum, ao objetivo final de muitos da oposição, à sua essência - o poder nas mãos do povo, a restauração do estado democrático de direito. Entretanto,

a forma de democracia que deveria ser implantada ressoava em divergentes projetos, e Ensaios Populares retratou uma das correntes veiculadas.

A coluna, apesar de escrita apenas por Duarte Pacheco, quando este ainda vivia na clandestinidade, refletiu os anseios de muitos de seus colegas e leitores. Apesar de algumas ideias propaladas na coluna em foco serem coincidentes às diretrizes do PCdoB, nessa primeira fase do jornal, 1975-1978, quando era publicada aquela seção considerada por muitos editorial não oficial, *Movimento* não pode ser tomado por um periódico do referido partido. Fato é que muitos membros do PCdoB compunham a equipe, e nos últimos anos do jornal, como alegou Raimundo Pereira, suas ideias predominaram no periódico; mesmo assim, *Movimento* não foi e nem pode ser considerado o porta-voz de um partido, e sim, a caixa de reverberação de diversas vozes, muitas das quais só encontraram espaço nesse jornal.

Analisar Ensaios Populares faz compreender que uma das bandeiras da luta democrática queria o poder na mão do povo, mas esse poder não deveria se dar de forma vertical, e sim, por meio da educação e da construção de uma consciência política da população, focando nos trabalhadores. Para o sucesso desse processo, problemas sociais deveriam ser sanados, a exemplo da desigualdade social, a disparidade salarial deveria diminuir, o poder de compra da população aumentar e a inflação deveria ser contida. Dever-se-ia acabar com ideias preconceituosas, como a falta de controle de natalidade que, segundo seu articulista, corroborava o subdesenvolvimento do país. Além disso, luta a ser travada era, também, a busca pela independência política e financeira do Brasil em relação aos países desenvolvidos, em especial aos Estados Unidos.

A coluna Ensaios Populares deixou de existir em pleno caminhar das forças democráticas em prol do estado democrático de direito e de um país mais justo. No final dos anos 1980, o país entra em um novo ciclo político, a exemplo de outros países latino-americanos, com uma nova Constituição promulgada, em 1988, e os eleitores comparecendo às urnas por seis pleitos consecutivos, e caminhando para o próximo, em outubro do corrente ano (2014). Entretanto, inúmeros problemas apontados pela coluna Ensaios Populares e pelo jornal *Movimento* ainda não foram superados no Brasil. Será que não se quer efetivar aqueles projetos enunciados pelas forças democráticas no período de transição das nuvens ditatoriais para o da normalidade constitucional do estado de direito, ou a ideia básica de democracia prevalente é somente vivenciada no exercício do voto?

Assim, em certa medida, reler – para as gerações mais maduras - ou ler – para os jovens dos dias de hoje - as páginas do *Movimento*, como também da sua coluna Ensaios Populares, faz sentido como um exercício de aquisição de conhecimento histórico e suas letras têm ainda atualidade, pois o passado se faz presente pelas demandas não atendidas e pela necessidade de se continuar a lutar pelo aprofundamento da democracia.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos:

- Arquivo Público do Estado de São Paulo: Fundo jornal *Movimento* (FMOV), doado por Raimundo Pereira.
- Arquivo Nacional, sede no Distrito Federal: acervos da Polícia Federal e Serviço Nacional de Informações.

Fontes:

- Periódico: MOVIMENTO. São Paulo: 1975/1981. Acervo completo disponível em *CD-ROM* anexo a obra de AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

Internet:

- Em entrevista do ex-Ministro, Delfim Neto, a *Folha de São Paulo*, do dia 5 de abril de 2014, na qual acusou o Presidente Ernesto Geisel por ser responsável pela *quebra* (termo de Delfim) do Brasil no final dos anos 70. Reportagem disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1436007-quem-quebrou-o-brasil-foi-o-geisel-aforma-delfim.shtml>, acessado em 14/4/2014.
- Memória da imprensa na Primeira República, disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriaimprensa_edicoesanteriores3/categoria.php?id=Nacional. Acesso em 14/4/2014.
- Texto atualizado da lei de imprensa, disponível em <http://www.estadao.com.br/especiais/2009/03/arq45fc47c34f81c.pdf>. Acesso em 14/4/2014.
- Para saber mais sobre os jornais alternativos lançados durante o regime militar (1964-1985), veja o catálogo da imprensa alternativa organizado pelo Arquivo do Rio de Janeiro disponível em:

http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4203404/4101358/catalogo_imprensa_alternativa.pdf. Acesso em 31/3/2014.

- A sessão do Congresso Nacional e a fala do Presidente do Congresso Nacional, senador Auro Moura Andrade, em sessão do dia 02/04/1964, às 2h 40min, estão disponíveis em <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/49.pdf>. Acesso em 24/01/2014.
- Sobre os acordos MEC-USAID publicados pelo parlamentar Márcio Alves ver *Beabá dos Acordos MEC-USAID*, disponível em http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf. Acesso em 10/4/2014.

Documentos:

- **Fundo do Arquivo Movimento** (Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo):
 - Ameaça ao jornal, caixa 283, código A.00.01, documento 283.1.1.
 - Censura prévia em Movimento será realizada em Brasília, caixa 284, código A.01.02.41, documento 284.02.42.
 - Contrato Le Monde, caixa 285, código A.03.02.03, documento 285.03.04.
 - Relatório enviado à colaboradores informando sobre censura oficial em Brasília, caixa 285, código A.04.02.01, documentos 285.05.01.
 - Proposta de organização do Movimento em 1977, caixa 285, código A.02.01.20, documento 285.02.19.
 - Carta de demissão Bernardo Kucinski, caixa 285, código A.02.02.02.
 - Proposta grupo Bernardo Kucinski na questão do racha em 1977, caixa 285, código A.04.05.01.
 - Proposta diretoria na questão do racha em 1977, caixa 285, código A.04.05.01,
 - Saída do grupo de Bernardo Kucinski racha 1977, caixa 285, código A.04.05.03, documentos 285.05.01.
 - Reprodução matéria de Movimento no O Estado de São Paulo, caixa 285, código A.02.01.1.
 - Criação GRUEX, caixa 286, código A.06.03.01, documento 286.01.05 .

Correspondência Duarte Pacheco para Raimundo Pereira sobre Bernardo Kucinski, caixa 286, código A.08.01.08, documento 286.04.01.

Relatório para imprensa sobre censura nº 1, caixa 287.

Carta aos assinantes sobre censura nº45, caixa 287, documento 287.05.01.

Relatório sobre censura em *Movimento* para os acionistas, caixa 287, documento 287.05.01.

Notas de Marcos Gomes sobre a questão de Ensaio Populares, caixa 289, código B.02.01.01, documento 289.02.01.

Pauta do jornal, datado 24/11/1975, caixa 289, documento 289.05.03.

Número um *Em Tempo*, caixa 290, código 290.03.25.

Relação dos redatores e colaboradores da redação, caixa 290, código B.01.01.01.

Matéria censura nº 72, caixa 290, código B.00.02.04, documento 290.02.01.

Matéria censura nº 73, caixa 290, código B.00.02.05.

Matéria censura nº 12, caixa 290, código B.00.02.01, documento 290.02.01.

Matéria censura nº 74, caixa 290, código B.00.02.01.

Matéria censura nº 75, caixa 290, código B.00.02.07.

Matéria censura nº 76, caixa 290, código B.00.02.08.

Matéria censura nº 79, caixa 290, código B.00.02.09.

Matéria censura nº 80, caixa 290, código B.00.02.10, documento 290.02.01.

Matéria censura nº 82, caixa 290, código B.00.02.11.

Matéria sobre Tônico enquadrado na Lei de Segurança Nacional (vetado), caixa 290, código B.00.01.01, documento 290.02.02.

- **Polícia Federal** (Arquivo Nacional):

Sobre Raimundo Pereira, código 22-C-0874-0876, data 2/5/75.

Sobre a ida de Sérgio Buarque Gusmão ao Pará, código 22-C-0350-0355, data 2/1/78.

Jornais alternativos, código 44-A-0022-0000, data 1/10/81.

- **Serviço Nacional de Informações** (Arquivo Nacional):

Atuação da imprensa alternativa, código A0059754-1980, data 28/8/79.

Sobre palestra de Raimundo Pereira na UnB, código A 0931860-1976, data 27/5/76.

Legislação:

Brasil. *Ato Institucional n^o 1, de 9 de abril de 1964.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 30 mar.2014.

Brasil. *Ato Institucional n^o 2, de 27 de outubro de 1965.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 30 mar.2014.

Brasil. *Ato Institucional n^o 4, de 5 de dezembro de 1966.* Disponível em http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=4&tipo_norma=AIT&data=19661207&link=s. Acesso em: 30 mar. 2014.

Brasil. *Ato Institucional n^o 5, de 13 de dezembro de 1968.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 30 mar. 2014.

Brasil. *Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 30 mar. 2014.

Brasil. *Lei n^o 1.641, de 7 de fevereiro de 1907.* Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html> . Acesso em: 13 jan. 2014.

Brasil. *Lei n^o 1.641, de 7 de fevereiro de 1907.* Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1641-7-janeiro-1907-582166-publicacaooriginal-104906-pl.html>. Acesso em: 12 jan. 2014

Brasil. *Lei n^o 1.915, de 27 de dezembro de 1939.* Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 dez. 2013.

Brasil. *Lei n^o 4.341, de 13 de janeiro de 1964.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm. Acesso em: 30 jan.2014.

Brasil. *Lei n^o 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso em: 30 jan.2014.

Brasil. *Lei n^o 477, de 26 de fevereiro de 1969.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm. Acesso em: 15 dez.2013.

Brasil. *Lei n^o 1.077, de 26 de janeiro de 1970.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm. Acesso em: 20 fev.2014.

Brasil. *Lei n^o 6.639, de 1 de julho de 1976.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6639.htm. Acesso em: 30 jan.2014.

Brasil. *Lei n^o 6.683, de 28 de agosto de 1979.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm. Acesso em: 30 mar.2014.

Brasil. *Lei n^o 6.767, de 20 de dezembro de 1979.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm. Acesso em: 30 mar.2014.

Entrevistas:

- Entrevista de Tônico Ferreira a Carlos Azevedo, Marina Amaral e Natália Viana em 22 de outubro de 2009, disponível em *CD-ROM* na coleção *Jornal Movimento: uma reportagem* de Carlos Azevedo.
- Entrevista de Raimundo Pereira a Carlos Azevedo, Maria Amaral e Natália Viana, em 9 de outubro de 2009. Entrevista disponível em *CD-ROM* na coleção *Jornal Movimento: uma reportagem* de Carlos Azevedo.

- Entrevista de Marcos Gomes a Carlos Azevedo, em 30 de novembro de 2009. Entrevista disponível em *CD-ROM* na coleção *Jornal Movimento: uma reportagem de Carlos Azevedo*.
- Entrevista de Luís Bernardes a Carlos Azevedo, em 30 de novembro de 2009. Entrevista disponível em *CD-ROM* na coleção *Jornal Movimento: uma reportagem de Carlos Azevedo*.
- Depoimento de Carlos Azevedo ao projeto “Resistir é preciso...” – Os protagonistas desta história. Disponível em <http://resistirepreciso.org.br/a-imprensa-da-resistencia>, acessado 2/2/2014.
- Depoimento de Duarte Pereira ao projeto “Resistir é preciso...” – Os protagonistas desta história. Disponível em <http://resistirepreciso.org.br/a-imprensa-da-resistencia>, acessado 2/2/2014.

Referências bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves de; WETTMAN, Fernando Lattman; ROCHA, Dora (org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e Em Tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 233-249.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, 1994 (tese de doutorado).

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004, pp. 161-179.

AUGUSTO, Sérgio e JAGUAR (orgs.). *O Pasquim: antologia – 1972-1973*. Vol. I. Rio de Janeiro: Desiderata, 2007.

AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.

BUENO, Márcio. A imprensa alternativa - Ontem e Hoje. In: MELLO, Maria Amélia (org.). *Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, pp. 47-61.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: PAULA, Eurípedes Simões de (org.). *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, V. II, pp.225-39, 1971.

CAPARELLI, Sérgio. Imprensa Alternativa. In: CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de Massa Sem Massa*. São Paulo: Cortez, 1982.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (orgs.). *A Imprensa Confiscada pelo DEOPS 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003. – (Série Labirintos da Memória).

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. - 15^o ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Ricardo; ROIO, José Luiz; SACCHETTA, Vladimir; OLIVEIRA, José Maurício (orgs.). *As capas desta história: a imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período 1964-1979 (do golpe à anistia)*. Projeto “resistir é preciso...”. 2012

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*. - 2.ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p.41-55.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MELLO, Maria Amélia (org.). *Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, pp. 100-120.

CONTREIRAS, Hélio. *AI-5*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COUTINHO, Eduardo Granja. A comunicação como política. In: COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE, João; PAIVA, Raquel (Orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, pp. 41-57.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. Projeto História: História e Imprensa*, São Paulo, v. 35, ago./dez. 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004, pp. 15-28.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História do Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945- ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.343-404.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História do Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945- ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História do Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subalternos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi*. Rio de Janeiro, n.5, p. 251-286, set. 2002.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: FICO, Carlos. *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FISHLOW, Albert. “A distribuição de renda no Brasil”. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur C. (orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GARCIA, Marco Aurélio (org.) *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1986.

GASPARI, Elio. Alice e o Camaleão. *In*: GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir (orgs.). *Cultura em transito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Vol.2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985..* Tradução S. Duarte; prefácio Carlos Fico. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2004.

JORGE, Fernando. *Cale a Boca, Jornalista!* São Paulo: Vozes, 1987.

LINS e SILVA, Carlos Eduardo. *Muito Além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus Editorial, 1988. MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. São Paulo: Vozes, 2002. REIS, Antonio Jr. O percurso da televisão e do telejornalismo nos anos 70. Disponível em: <<http://www.mnemocine.com.br/aruanda/tvtelejornalismo70s.htm>>. Acesso em: 17 de setembro de 2009.

LIMA, Venício de. *Mídia: teoria e política*. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*.- 3 ed.- São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, pp.111-155.

LUCA, Tânia Regina. *Leituras, projetos e (RE)vistas(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editoria Unesp, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp.149-179.

MACHADO, J. A. Pinheiro. *Opinião X Censura*. Rio de Janeiro: L & PM, 1978.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

MARROU, Henri-Irinée. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Ed. Pedagógica Universitária, s/d.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp.45-83.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MELLO, Maria Amélia (org.). *Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

MENEZES, Albene Míriam Ferreira. 200 anos de comércio exterior brasileiro. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2041>, acessado em 14/4/2014.

MONTIEL, Rosane. *Movimento: a janela de uma geração*. São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado.

MOREL, Marco. Os Primeiros Passos da Palavra Impressa. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 23-45.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Nova Cultural Brasiliense, 1986.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. PP.207-243

TOSH, John. *A busca da história. Objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna*. Petrópolis: Vozes, 2011.

REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

REIS, Daniel e MORAES, Pedro. 1968, a paixão de uma utopia. 2ª ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

SARTORI, Juliana. *Movimento, um jornal “partido”*: trajetórias e conflitos em torno de um semanário (1975-1981). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. PP.243-283.

SILVA, Juremir Machado da. *1964. Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA, Nayara. *Entre o imoral e o subversivo: A Divisão De Censura De Diversões Públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução por Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 21-43, jun. 1989. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm, acessado em 9/12/2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Maurício Maia de. *Henfil e a censura: o papel dos jornalistas*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo.

WAINER, Samuel. *Última Hora, minha razão de viver*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

Anexos

Anexo 1 – Carta de Carlos Afonso a Raimundo Pereira.

4/Maio/79
Movimento. Correspondência

Carlos Afonso
871 651-45 TYNDALE AVE
TORONTO ONTARIO
M5K 2E5
CANADA

Caro Raimundo,

Dê uma olhada no jornal This Magazine, páginas 43 a 45. O jornal é de um grupo de intelectuais progressistas independentes aqui de Toronto, e acho que fazem um ótimo trabalho. Estou seguro que vocês não vão se incomodar com o "copyright" das caricaturas de vocês que eles usaram.

Como são progressistas, andam na mesma "dureza" de vocês (quase tudo é trabalho voluntário).

Gostaria de receber uma notinha sua dizendo se recebem este jornal.

Recebo o Movimento regularmente, enviado pelos amigos, apesar de não ter assinatura. Bola na frente.

Carlos

Fonte: Correspondência de Carlos (Canadá) a Raimundo Pereira. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Movimento, código A.01.02.40.

Anexo 2 - Expediente dos colaboradores de *Movimento*

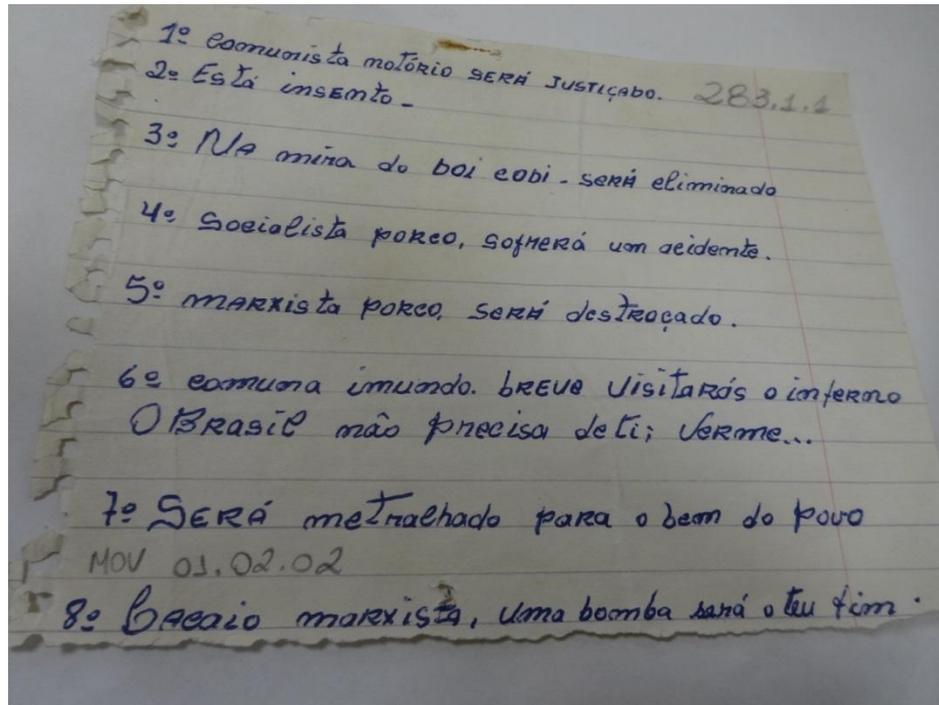
Nome	Função
1- Ana Maria	Música
2- Antonio Carlos Ferreira	Conselho de Redação
3- Antonio Carlos de Brito	Nacional – polícia
4- Antonio Mendes Junior	Livro
5- Aguinaldo Silva	Política e Literatura
6- Bernardo Kucinski	Editor especial
7- Bernardo Lerer	Política paulista
8- Celina Whately	Secretária – RJ
9- Chico Pinto	Colunista, sucursal Brasília
10-Carlos Gentile de Melo	Nacional – medicina
11-Carlos mosman	Nacional – repórter RS
12-Carlos Nelson Coutinho	Cultura – livro
13-Cássio Loredano	Arte- Desenhistas
14-Chico caruso	Arte- Desenhistas
15-Dirceu Brisola	Nacional – Editores-contribuintes
16-Elifas Andreato	Conselho de Redação
17-Fernando Henrique Cardoso	Conselho Editorial/colaborador
18-Fernando Peixoto	Cultura – editor
19-Flávio Aguiar	Cultura – editor assistente
20-Flávio de Carvalho	Internacional – editor
21-Francisco de Oliveira	Conselho de Redação
22-Francisco Weffort	Nacional – Colaborador
23-Genilson Cezar	Nacional – sucursal Rio de Janeiro
24-Gilberto Vasconcelos	Cultura – livro
25-Hamilton Almeida Filho	Nacional – Colaborador
26-Heitor da Luz	Cultura – livro
27-Hélio Pereira	Economia – repórter RJ
28-Iolanda Hussak	Arte- fotógrafo
29-Ivan Maurício	Nacional – Correspondente Nordeste
30-J.C. Bernardet	Conselho de Redação
31-J.M. Nunes Pereira	Internacional – África
32-Jacqueline Tyssen	Pesquisa- internacional
33-Jayme Leão	Arte- Desenhistas
34-Jean-Claude Bernardet	Cultura – cinema
35-Jefferson barros	Nacional – repórter RS
36-Joao Lizardo	Nacional – ciência

37-Joao Marcos Pereira	Arte- diagramação
38-José Miguel Wisnik	Cultura – editor assistente
39-José Roberto de Alencar	Economia – consumo
40-José Zatz	Nacional – ciência
41-Jota	Arte- Desenhistas
42-Juca Martins	Arte- fotógrafo
43-Leda Trindade	Arte- fotógrafo
44-Lélio Fabiano dos Santo	Nacional – Correspondente Belo Horizonte
45-Luis Bernardes	Nacional – repórter
46-Luis Gê	Arte- Desenhistas
47-Luis Pontual	Nacional – Correspondente Salvador
48-Luis Roncani	Cultura – livro
49-Luis Trimano	Arte- Desenhistas
50-Luiz Augusto caetano	Administração – auxiliar
51-Luiz Carlos Bittencourt	Administração – chefe
52-Luiz Roberto V. de Jesus	Revisão
53-Marcia Rabelo	Arte- fotógrafo
54-Marco Aurélio Nogueira	Cultura – livro
55-Marcos Gomes	Conselho de Redação/ Editor Especial
56-Marcus Penchel	Cultura – editor assistente RJ
57-Maria Cecília Magalhães	Pesquisa- chefe
58-Maria das Graças Rodrigues	Administração - secretária
59-Maurício Azedo	Conselho de Redação
60-Maurício Azedo	Nacional – Editores-contribuintes
61-Moniz Bandeira	Nacional – Colaborador
62-Murilo de carvalho	Nacional – repórter
63-Nelson Werneck Sodré	Nacional – Colaborador
64-Orlando Villas-Boas	Conselho Editorial
65-Paulo Caruso	Arte- Desenhistas
66-Paulo Cezar	Economia – repórter Brasília
67-Paulo Esmanhoto	Internacional – América Latina
68-Paulo Sérgio Pinheiro	Cultura – livro
69-Paulo Singer	Economia – colaborador
70-Paulo Vidal	Cultura – livro
71-Percival de Souza	Nacional – polícia
72-Ronaldo Brito	Artes Plásticas
73-Raimundo Rodrigues Pereira	Editor
74-Ricardo Barbato	Mapas e gráficos
75-Ricardo Bueno	Economia – colaborador

76-Ricardo Kotscho	Nacional – Editores-contribuintes
77-Ricardo Maranhão	Cultura – história
78-Rubem Grilo	Arte- Desenhistas
79-Sérgio Buarque	Nacional – editor assistente
80-Sérgio Pechman	Cultura – livro
81-Silvio José Macedo	Arte-diagramacao
82-Teodomiro Braga	Conselho de Redação
83-Teodomiro Braga	Nacional – editor assistente Brasília
84-Valdir de oliveira	Arte- secretário gráfico

Fonte: Expediente do Jornal *Movimento* publicado em MOVIMENTO, São Paulo: Experimental Um.
Nasce um jornal, abr. 1975, p.5.

Anexo 3 - Folha de ameaça a equipe de *Movimento*



Fonte: Ameaça ao jornal. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Movimento, caixa 283, código A.00.01, documento 283.1.1.

Anexo 4 - Ameaça ao Conselho de Redação de *Movimento*

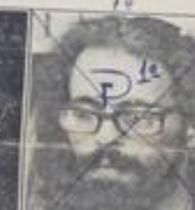
283.1.1

Você já sabe o que Movimento pode fazer por você;
veja o que você pode fazer por Movimento.

R2A B.
+
+
x

LEIA E ASSINE MOVIMENTO

UM JORNAL DEMOCRÁTICO

			
Haroldo Bordin, jornalista, escritor, jornalista, fundador do M. — <i>Teatro Popular de Brasília</i>	Orlando Vitoriano, jornalista, escritor, atual presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, eleito pelo espólio.	Américo Lemos, atual presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, eleito pelo espólio.	César Augusto de Almeida, jornalista, escritor, fundador do M.
			
Fernando Henrique Cardoso, advogado e jornalista, um dos fundadores do <i>Correio</i> — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — autor de vários livros.	Edgar de Melo Machado, literato, ex-professor universitário, deputado federal renovo, escritor e jornalista.	André Faria, sociólogo, ex-vice-executivo do Instituto de Estudos Políticos e Sociais — IUPERJ — do MDB no Rio Grande do Sul.	Alceu Faria, advogado, deputado federal pelo grupo "Independente" do MDB, presidente do C.P.I. das multinacionais.

O jornal Movimento é orientado por um Conselho Editorial composto de personalidades democráticas cujas posições são representativas das preocupações gerais do jornal. *impedidas a ditadura marxista. Mas antes vocês serão eliminados.*

SOLICITAÇÃO DE ASSINATURA DO JORNAL MOVIMENTO

Pelo presente, requiro uma assinatura do Jornal Movimento nas condições:

- anual/ Cr\$ 250,00
- anual/ exterior/ US\$ 60,00
- semestral/ Cr\$ 125,00
- semestral/ est./ US\$ 30,00

Nesse sentido, estou enviando o cheque nº _____ a favor de Edição 1/A — Editora de Livros, Jornais e Revistas — Rua Virgílio de Carvalho Pinto, nº 425, Pinheiros, São Paulo, tel. 210-6622.

Nome: *Condição de assinatura antes eliminados.*

Profissão: *Cada um de vocês será eliminado.*

Endereço: *Assinatura Movimento Democrático*

Vendedor (preencher se necessário): _____

Cada assinatura anual de Movimento dá direito, gratuitamente, a dez exemplares arretrados do jornal e cada semestral a cinco exemplares.

Movimento Anti-Comunista Brasileiro
C.P.I. 127-1/1982

Fonte: Ameaça ao jornal. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Movimento, caixa 283, código A.00.01, documento 283.1.1.